

**UFRRJ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**POSSÍVEIS REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE PORTUGUESA DOS  
SÉCULOS XIV e XV NAS CRÔNICAS DE FERNÃO LOPES E GOMES  
EANNES DE ZURARA: A PRODUÇÃO DE MEMÓRIA DA DINASTIA DE  
AVIS**

**Amanda Lopes Blanco**

**2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**POSSÍVEIS REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE PORTUGUESA DOS  
SÉCULOS XIV e XV NAS CRÔNICAS DE FERNÃO LOPES E GOMES  
EANNES DE ZURARA: A PRODUÇÃO DE MEMÓRIA DA DINASTIA DE  
AVIS**

**Amanda Lopes Blanco**

*Sob a Orientação do Professor Doutor*

**Marcelo Santiago Berriel**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura, Linha de Pesquisa em Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual

Nova Iguaçu, RJ  
2016

946.902

B641p

T

Blanco, Amanda Lopes, 1981-

Possíveis representações da sociedade portuguesa dos séculos XIV e XV nas crônicas de Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara: a produção de memória da Dinastia de Avis / Amanda Lopes Blanco - 2016.  
110 f.

Orientador: Marcelo Santiago Berriel.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 108-110.

1. Portugal - História - Séculos XIV-XV - Teses. 2. Representações sociais - Teses. 3. Crônicas - Teses. 4. Memória - Teses. 5. Lopes, Fernão, ca.1380- - Biografia - Teses. 6. Zurara, Gomes Eanes de, ca. 1470-1473 ou 4. - Biografia - Teses. I. Berriel, Marcelo Santiago, 1975-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO**


*“Possíveis representações da sociedade portuguesa dos séculos XIV e XV nas crônicas de Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara: A produção de memória da dinastia de Avis”*

**AMANDA LOPES BLANCO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11/08/2016

Banca Examinadora:

  
Professor Doutor **MARCELO SANTIAGO BERRIEL (UFRRJ)**  
Orientador e Presidente

  
Professor Doutor **CLÍNIO DE OLIVEIRA AMARAL (UFRRJ)**

  
Professor Doutor **FABIANO FERNANDES (UNIFESP)**

## **DEDICATÓRIA**

A minha família, por toda paciência, compreensão e amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Neste pequeno espaço reservado para a gratidão, gostaria de agradecer em primeiro lugar, a Deus, por ter me dado coragem para começar a jornada e por ter me dado força para continuar mesmo nos momentos de aflição, que foram muitos. E por ter acreditado em mim, quando nem mesmo eu, acreditava.

Aos meus pais, Astor Blanco Filho e Katia Lopes Blanco por todo incentivo no decorrer desses dois anos do curso de mestrado.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por permitir o meu crescimento acadêmico, durante a graduação e o mestrado.

Ao meu orientador, professor Marcelo Santiago Berriel pela ajuda ao longo do processo do trabalho, pelo incentivo e pela paciência.

Aos professores Clínio de Oliveira Amaral e Fabiano Fernandes, por aceitarem o convite para compor a banca que avaliará o trabalho.

Aos meus professores do curso de pós-graduação em História da UFRRJ, por toda informação e conhecimentos transmitidos ao longo da pós-graduação.

A minha família amada, pais, Astor Blanco Filho e Katia Lopes Blanco, irmãos, Astor Blanco Neto e Gisele Machado Blanco e sobrinhos, Alícia, Astor Miguel e Mariana, pelo constante apoio, dedicação e incentivo nos meus momentos de estudo e em toda a minha vida.

A memória de meus avós maternos e paternos, por todo carinho dedicado a mim, ao longo de suas vidas.

Ao Real Gabinete Português de Leitura, pelo espaço cedido para a pesquisa e por seus funcionários sempre solícitos e prestativos.

Ao meu trabalho e aos amigos de trabalho, por dividirem comigo todos os meus anseios e expectativas sobre a trajetória do mestrado.

Aos meus alunos, que são minha fonte de inspiração. Sem eles, jamais pensaria em ser professora e fazer licenciatura para continuar essa trajetória, que se iniciou no curso de formação de professores.

Aos meus amigos da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Carlos Rafael, Nathália Trajano e Vanessa Ramos, por toda angústia, alegria e orações compartilhadas de forma recíproca.

Aos amigos adquiridos no decorrer do curso de pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Obrigada por toda a troca de conhecimentos.

Aos eternos amigos de graduação em História, turma 2008-2, que serão lembrados por toda a minha vida.

Aos amigos queridos de infância e aos colegas que sempre me apoiaram no curso da minha vida e da minha história.

Nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados de ecos do passado, nossos homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições reais ou supostas.

Marc Bloch.



## RESUMO

BLANCO, Amanda Lopes. **Possíveis Representações da Sociedade Portuguesa dos Séculos XIV e XV nas crônicas de Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara: a produção de memória da dinastia de Avis.** 111 p. (Mestrado em História; Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2016.

Esta dissertação tem por objetivo analisar algumas representações encontradas no discurso cronístico de Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara. A escolha dos respectivos cronistas deve-se ao fato, de que os dois utilizaram o mesmo objeto em suas crônicas, o Rei D. João I da dinastia de Avis, por essa razão, o trabalho utiliza a análise comparativa. Dessa forma, encontram-se diferentes representações dentro da mesma sociedade, estas são divididas em grupos sociais, de acordo com a perspectiva do cronista que foi investigado. Assim, as possíveis representações sociais serão estudadas, visando encontrar um consenso nos diferentes grupos constituídos na sociedade, baseando-se nisso, o trabalho faz uma leitura interdisciplinar com a Psicologia Social, em que cada representação possuirá um núcleo central a ser investigado e identificado. O trabalho também dialogará com a teoria de interdependência entre indivíduo e sociedade de Norbert Elias, visto que as representações selecionadas estão ligadas a essa relação interdependente de indivíduo/sociedade. Para construir os objetivos apresentados, foram estudadas, duas crônicas medievais, que visavam a produção de memória da dinastia de Avis, são elas: *a Crônica de El-Rei D. João I*, escrita por Fernão Lopes e *a Crônica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eannes de Zurara. O método utilizado nas crônicas é o de análise de conteúdo, de Laurence Bardin, visto que o material selecionado apresenta-se de, forma representativa, no universo de estudo proposto para a dissertação, pois relaciona-se com a interdependência entre indivíduo e sociedade.

**Palavras-chave:** Representação social. Dinastia de Avis. Crônica. Memória.

## ABSTRACT

BLANCO, Amanda Lopes. **Possible Representations of Portuguese Society centuries XIV and XV in the chronicles of Fernão Lopes and Gomes Eannes of Zurara: memory production Avis dynasty.** 111 p. (Masters in History; Power Relations, Languages, intellectual History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2016.

This dissertation aims to analyze some representations found in cronicista speech Fernão Lopes and Gomes Eannes of Zurara. The choice of the respective chronicles is due to the fact, that the two used the same object in his chronicles, King D. John's Avis dynasty, for this reason, the job uses the comparative analysis. Thus, different representations are within the same company, these are divided into social groups, according to the perspective of the investigated chronicler. Thus, the possible social representations will be studied, in order to find a consensus in the different groups formed in society, based on this, the work is an interdisciplinary reading with Social Psychology, each representation possesses a core to be investigated and identified. The work also dialogues with the theory of interdependence between the individual and society Norbert Elias, as selected representations are linked to this interdependent relationship of individual/society. To build the objectives presented were studied, two medieval chronicles, which were aimed at memory production of Avis, they are: the *Crônica de El-Rei D. João I*, written by Fernão Lopes and *A Crônica da Tomada de Ceuta*, of Eannes Gomes Zurara. The method used in the chronicles is the content analysis, Laurence Bardin, for the selected material presents itself, representatively, in the universe study proposed for the dissertation, for related with the interdependence between the individual and society.

**Keywords:** Social Representation. Avis Dynasty. Chronic. Memory.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PRIMEIRA PARTE - ASPECTOS TEÓRICOS .....	17
CAPÍTULO I – Abordagens Historiográficas e Material Empírico.....	18
1.1- A Revolução de Avis .....	18
1.2 – Abordagens historiográficas sobre a Revolução de Avis .....	20
SEGUNDA PARTE – CONTEXTO SOCIAL E ANÁLISE DE FONTES .....	43
CAPÍTULO II – As Representações da Narrativa de Fernão Lopes.....	44
2.1- Fernão Lopes – Biografia e contexto.....	44
2.2- As representações da Crônica de D. João I.....	46
CAPÍTULO III – Modelos de Representações na Crônica de Gomes Eannes de Zurara .....	82
3.1 - Gomes Eannes de Zurara – Biografia e contexto.....	82
3.2 – As representações da Crônica da Tomada de Ceuta.....	84
CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS .....	108

## INTRODUÇÃO

O primeiro Rei da dinastia de Avis, tornou-se protagonista de uma mudança social, política, econômica e cultural em Portugal, conhecida como a Revolução de Avis. O Rei D. João I viveu de 1357 até 1433, era filho bastardo do Rei de Portugal D. Pedro I e de D. Teresa, segundo os cronistas oficiais da dinastia de Avis, D. João I implantou uma “nova idade” em Portugal. A transformação iniciada no reinado do mestre de Avis serviu de pesquisa para diversos historiadores, época denominada como Revolução de Avis. É neste período tão importante para a História de Portugal que originou os avanços marítimos e, conseqüentemente, a descoberta do Brasil, que a dissertação começa a ser escrita, visando abordar possíveis representações encontradas nas crônicas escritas por autores contratados pela dinastia de Avis.

O objeto da análise baseia-se através das ações apresentadas pelos cronistas Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara em suas crônicas régias, *A crônica de D. João I e A crônica da tomada de Ceuta*, em que de acordo com a visão dos respectivos escritores, a sociedade portuguesa medieval foi representada. Dessa forma, é possível encontrar diferentes representações na mesma sociedade, dividindo-as em diferentes grupos, tendo como ponto em comum, o contexto social dos cronistas que escreveram as narrativas.

O estudo é focalizado no reinado de D. João I, a partir do ponto de vista de dois cronistas oficiais da dinastia de Avis e de forma comparativa, o primeiro, Fernão Lopes e o segundo, Gomes Eannes de Zurara. A crônica escrita por Fernão Lopes narra, basicamente, a guerra entre Portugal e Castela, já a narrativa de Gomes Eannes de Zurara, a guerra entre cristãos portugueses e mouros. São nesses dois episódios, que serão analisadas as possíveis representações, com seus diferentes atores, porém contextualizados nas ações de D. João I. Importante ressaltar que as representações encontradas nas duas crônicas dos distintos autores, foram as mesmas, visto que o propósito era comparativo. Assim, além da análise das representações, torna-se possível observar a conjuntura social em que os textos foram escritos pelos cronistas.

A História política é trabalhada na dissertação, através da relação entre os autores das crônicas, no contexto das duas guerras. Dessa forma, é possível analisar as decisões políticas,

sociais e militares durante e após as batalhas. Para auxiliar na construção dessa História política foi utilizada a teoria de Norbert Elias, em que indivíduo e sociedade se relacionam de forma interdependente. Segundo Norbert Elias<sup>1</sup>, o homem só se humaniza quando convive em sociedade, assim, a reflexão das atitudes dos personagens das narrativas estão baseadas nessa interdependência, como por exemplo, os interesses em torno de cada aliança política e militar no contexto das guerras, ressaltando que as funções de peso social maior acabam tendo uma influência mais significativa na sociedade. As relações entre indivíduo e sociedade foram essenciais na decisão de escolha das representações, desse modo, ao observar as ações de determinados grupos sociais, foi possível relacionar suas decisões com a teoria de interdependência de Norbert Elias. Como por exemplo, no caso da representação de D. João I, onde é possível associar com a teoria de Norbert Elias<sup>2</sup>, em que o mesmo destaca que apesar da interdependência entre indivíduo e sociedade, ações individuais podem se sobressair quando associadas a determinadas funções sociais, como no caso do primeiro Rei da dinastia de Avis.

O foco que demonstra as representações sociais das crônicas se dá através das ações de diferentes grupos sociais apresentados nas crônicas, assim com o propósito de trabalhar as representações sociais, foi utilizado na dissertação, a noção de representação social baseada na teoria da Psicologia Social, visto que cada representação possui uma estrutura própria e, por essa razão, cada grupo representado possui um núcleo. Esses grupos diferentes também formam um consenso que diz respeito a vivência social dos cronistas que escreveram as narrativas, baseando-se nisso, a ideia da *teoria do núcleo central* será utilizada para compreender como foi construído o discurso dos cronistas, através das experiências sociais dos escritores, além de ser utilizada nas diferentes representações encontradas. Assim, cada representação social, será concluída com os respectivos núcleos centrais, e também com o núcleo central do contexto social que influenciou Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara.

A pesquisa é limitada no período de vida do Rei D. João I que vai de 1357 até 1444, época em que ocorreu a guerra entre Portugal e Castela e a batalha de Ceuta, porém não menos importante que o espaço de tempo limitado na pesquisa, é o contexto social em que os cronistas

1 ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

2 Ibidem.

Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara escreveram suas crônicas, por essa razão, a dissertação também apresenta para reflexão, aspectos importantes que, provavelmente, influenciaram os escritores das narrativas, como por exemplo, a ênfase de Fernão Lopes em escrever sobre a arraia-miúda. Essa atitude dizia respeito, a sua origem camponesa, que de certa forma, direcionou a sua produção de discurso. Gomes Eannes de Zurara também era de origem humilde, porém após receber instrução, optou por realizar escritas de forma erudita, com ênfase nos fatos cavaleirescos.

A hipótese central do trabalho leva em consideração, as possíveis representações encontradas na análise das crônicas, essas representações foram baseadas na relação entre indivíduo e sociedade através da interdependência. Com isso, ao final da dissertação encontrou-se, o núcleo central de cada grupo apresentado no trabalho. Para comprovar essas hipóteses, a dissertação foi baseada no discurso de dois cronistas oficiais da dinastia de Avis, com isso, o *corpus* documental abordará dois diferentes discursos, de forma comparativa, Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara.

Sobre as fontes, a primeira análise será feita na narrativa com o título *A Crônica de El-Rei D. João I*, escrita por Fernão Lopes, por volta de 1450. Essa crônica é composta de três partes, a primeira narra a morte de D. Fernando e a subida de D. João I, ao trono português, a segunda parte apresenta os acontecimentos ocorridos no reinado de D. João I e vai até o tratado de paz assinado com Castela, a terceira parte, não foi escrita por Fernão Lopes, visto que já estava senil e debilitado para exercer a função de cronista. A terceira parte que narra a guerra entre cristãos e mouros e a morte do Rei D. João I, foi escrita posteriormente por Gomes Eannes de Zurara.

Assim, a segunda análise cronística diz respeito *A Crônica da Tomada de Ceuta* escrita por Gomes Eannes de Zurara, sendo essa a terceira e última parte da *Crônica de El-Rei D. João I*, tal narrativa foi escrita em 1453, por ordem do neto de D. João I, o Rei D. Afonso V, com o objetivo de preservar a memória de seu avô. Essa obra narra a conquista, pelos portugueses, de Ceuta, uma cidade islâmica localizada no noroeste da África. Dessa forma, as mesmas representações foram retiradas dessas duas crônicas.

A dissertação está dividida em três capítulos, conferidas em duas partes. A primeira parte faz referência aos aspectos teóricos, contextualização do tema e a exibição das fontes utilizadas

na pesquisa. A segunda parte trabalhará a análise de fontes e a conclusão da dissertação.

No primeiro capítulo estão expostas as principais contribuições historiográficas sobre a Revolução de Avis, no que diz respeito as consequências e o legado da Revolução para Portugal. Diante das discussões historiográficas a dissertação partirá do princípio defendido pelo autor Jaime Cortesão<sup>3</sup>, apesar da abordagem do autor, estar desatualizada em determinados aspectos, julga-se que é possível buscar orientação, no que se refere à concepção em que a Revolução de Avis deu início a uma unificação social em Portugal, de forma gradativa, em que a aristocracia foi perdendo os privilégios e as classes populares foram ascendendo socialmente, porém denominar esse processo como uma nova ordem democrática é incorreto, visto que não houve uma transformação radical na sociedade. Após a discussão historiográfica, serão apresentadas as linhas teóricas que orientam a dissertação, a teoria que trabalha a relação entre indivíduo e sociedade, através de Norbert Elias e a noção de representação social com a justificativa do uso da Psicologia Social. O último item do primeiro capítulo é dedicado ao estudo das fontes que foram analisadas no trabalho e de seus escritores. Dessa forma, ajudará o leitor ao aprofundamento mais específico das obras, como por exemplo, lugar de produção, informações sobre as edições trabalhadas, condições de produção e etc.

O segundo capítulo, abordará a biografia e o contexto social de Fernão Lopes, ressaltando características importantes do cronista que, possivelmente, influenciaram na narrativa do escritor. Em seguida, será analisada a fonte *A Crônica de El-Rei D. João I* de Fernão Lopes, obedecendo o método de análise de conteúdo de Laurence Bardin. Ficaram escolhidas, assim, as seguintes representações na fonte: representação de D. João I, representação da Igreja, representação do casamento, representação do herói, representação do anti-herói e a representação da arraia-miúda.

A representação de D. João I abordará, principalmente, o seu perfil militar e a sua sacralidade, de acordo com a visão de Fernão Lopes. A representação da Igreja, enfatizará as estratégias utilizadas para o arrebanhamento de fiéis, com destaque nas palavras dos frades franciscanos, em que legitimam o Rei, através da sua devoção cristã, já a representação do casamento, oferecerá o estabelecimento de uniões matrimoniais com o objetivo de alianças

3 CORTESÃO, Jaime. **Os factores democráticos na formação de Portugal**. Livros Horizontes, LDA. Lisboa. 1964.

políticas, principalmente no período de guerra entre Portugal e Castela. A representação do herói trará a reflexão, a ideia de lealdade de um cavaleiro para o seu governante, ressaltando que Fernão Lopes ao descrever seus heróis, inspirou-se nos *Cavaleiros da Távola Redonda*, a saga do ciclo Arturiano, já a representação do anti-herói, estará ligada a noção de traição, destacando que os mesmos possuíam uma ideologia parecida com as dos heróis da crônica e a representação da arraia-miúda, se baseará, principalmente, na ideia de massa quantitativa para guerras e revoluções. Com essas representações é possível formular hipóteses para serem respondidas na conclusão, além do mais, o material escolhido torna-se representativo para o universo da pesquisa<sup>4</sup>, visto que as seis possíveis representações associam-se com a teoria do trabalho, a relação entre indivíduo e sociedade, de forma interdependente de Norbert Elias e respondem às perguntas das hipóteses levantadas na pesquisa, através da *teoria do núcleo central* da Psicologia Social.

O terceiro capítulo, de igual modo, também apresentará a vida e o contexto do segundo cronista da dissertação, Gomes Eannes de Zurara, além de abordar fatos relevantes de sua vida que poderiam influenciar o escritor nas suas produções narrativas. O tópico da análise da fonte *A Crônica da Tomada de Ceuta* apresentará as mesmas seis representações do segundo capítulo. Dessa forma, a representação de D. João I, abordará além do perfil militar, principalmente, a ideia de um legado para a descendência da dinastia. A representação da Igreja, enfatizará a confluência dos discursos entre Igreja e poder régio, especialmente na figura do Frei João Xira, já a representação do casamento, traz a reflexão de enlacedes matrimoniais para concretizações futuras, cujo único objetivo era a perpetuação da paz entre as regiões. A representação do herói, enfatizará, principalmente, os filhos de D. João I, visto que estavam na iminência de se tornarem cavaleiros, já a representação do anti-herói, irá para a questão religiosa, tendo os mouros, como inimigos do cristianismo e a representação da arraia-miúda, estará sempre associada ao clero e a nobreza, estes atuando de forma benevolente com o povo. O método utilizado nas fontes também é o de análise de conteúdo de Laurence Bardin e obedece o mesmo rigor, que se dá através da associação com a teoria de Norbert Elias e com a Psicologia Social.

Na conclusão da dissertação, será abordada novamente, a razão pela escolha das seis representações estudadas no trabalho, enfatizando a influência da teoria de Norbert Elias, através

4 BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.



da relação de interdependência entre indivíduo e sociedade, sobre a decisão final da seleção dessas mesmas representações. As perguntas levantadas na hipótese serão respondidas, pois envolvem o núcleo central de cada representação estudada, ressaltando também, o núcleo central que, provavelmente, influenciaram na produção do discurso dos cronistas Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara. Assim, novas contribuições poderão surgir, através deste trabalho, como por exemplo, a investigação dos mecanismos ideológicos que influenciaram diferentes grupos sociais, visto que as representações estudadas na dissertação, são apenas facetas de diversas possibilidades encontradas na sociedade portuguesa.

Assim, a dissertação permitirá uma maior reflexão sobre a relação entre História e narrativa e o papel da narrativa na produção da pesquisa histórica, com ênfase no discurso cronístico. Proporcionará também o debate interdisciplinar, através da Psicologia social e a abordagem sobre a produção de discurso dos cronistas medievais, contribuindo, com isso, de forma positiva para o aprofundamento e enriquecimento dos estudos específicos das representações presentes, nos textos das crônicas régias medievais.

***PRIMEIRA PARTE - ASPECTOS TEÓRICOS***

## CAPÍTULO I – Abordagens Historiográficas e Material Empírico

### 1.1- A Revolução de Avis

A Revolução de Avis serviu de campo para inúmeras análises historiográficas, muitos estudiosos pesquisavam quais transformações concretas foram, de fato, oriundas da Revolução, dessa forma, muitos autores destacaram a atuação de D. João I como um dos principais protagonistas para a Revolução de Avis, mesmo que sua coroação fosse considerada ilegítima por muitos fidalgos, visto que era filho bastardo do Rei D. Pedro I, apesar disso, não há como negar que D. João inaugurou uma nova era em Portugal. E para entender tudo isso, é preciso analisar o contexto que provocou a ascensão da nova dinastia em Portugal.

D. João I que viveu de 1357 até 1433, era filho bastardo do Rei D. Pedro I, da dinastia de Borgonha, e foi aclamado pela maioria, para ser Rei de Portugal, iniciando assim, uma nova dinastia em Portugal. Os pesquisadores comprovaram que várias questões favoreceram a subida do Mestre de Avis ao trono português como, o medo da ameaça estrangeira do Rei D. João de Castela, casado com D. Beatriz, filha do Rei D. Fernando I e D. Leonor e a antipatia do povo português para com a viúva D. Leonor, casada com o Rei D. Fernando I, irmão do Mestre de Avis.

Com a nomeação do Mestre de Avis como “Regedor e Defensor do Reino” pelo povo de Lisboa, contra todos os tratados e à rebelia de todo o direito, os reis aclamados anteriormente são abolidos e a regência de D. Leonor também. Entra-se num interregno. Ou seja, num período em que não há rei nem autoridade governativa que actue em seu nome. O que, num país dotado de história, só pode acontecer por duas causas: ou por grande cataclismo, independente da vontade dos homens; ou por revolução, que os homens provocaram. Foi a segunda alternativa que se verificou em Portugal. De modo que, digamo-lo entre parênteses, não enxergamos fundamento para discriminar, neste caso, revolução de interregno.<sup>5</sup>

Sendo assim, não foi fácil para D. João I subir ao trono, visto que o Rei de Castela, lutou para garantir o reinado de Portugal, esta situação gerou consequências favoráveis para o filho bastardo de D. Pedro I, como exemplo disto, são os fidalgos de Portugal que, por sua vez,

5 SOUSA, Armindo de. **História de Portugal – A Monarquia Feudal (1096-1480)**. Segundo Volume. MATTOSO, José (org.). Editorial Estampa. S/d, p. 495.

apoiariam o Mestre de Avis, visto que a ameaça estrangeira tornava-se um perigo real que poderia trazer consequências negativas para os nobres portugueses.

Conforme já se insinuou, D. João I subiu ao trono por eleição, após um interregno complicado, eleição feita nas Cortes de Coimbra de 1385. Era um entre diversos candidatos juridicamente mais sólidos: D. Beatriz, filha única legítima do rei D. Fernando, e D. João ou D. Dinis, filhos do rei D. Pedro e de D. Inês de Castro, dos quais não se sabia ao certo se eram legítimos ou não. As cortes de que estavam ausentes os partidários de D. Beatriz, segunda; e outro, pelos nobres de primeira e provavelmente pela maioria dos prelados. Aquele votava em D. João I, Mestre de Avis, “Governador e Regedor do Reino” desde a expulsão de D. Leonor; este votava no outro D. João, meio-irmão do anterior, considerado por muitos como infante legitimado por casamento clandestino. O segundo bloco apontava ainda como candidato preferível ao Mestre de Avis o outro filho de D. Pedro e D. Inês, o infante D. Dinis. O jurista João das Regras, orador oficial das cortes claramente filiado no primeiro bloco, encarregou-se de provar, em longos discursos, a inelegibilidade dos adversários do Mestre ou, pelo menos, falibilidade e inconsistência dos motivos fundadores das suas preferências. Esses discursos, apoiados ademais em inquérito parlamentar sobre a veracidade ou não do casamento de Pedro com Inês – que terá concluído rigorosamente na impossibilidade de concluir – foram decisivos para aquietar escrúpulos legitimistas, mas não tiveram força para vencer os adeptos dos infantes Castros. E as cortes foram-se arrastando na indecisão. Finalmente, quase 30 dias após o início dos trabalhos, o Parlamento, por unanimidade, elegeu o Mestre de Avis. Foi uma unanimidade conseguida mais pelas ameaças de violência do fogoso condestável D. Nuno Álvares Pereira do que pelas razões do jurista João das Regras. De qualquer modo, uma unanimidade; forma útil. Útil, porque de extrema conveniência para efeitos de diplomacia internacional, na cúria do papa designadamente. Mas, porque forçada, interinamente questionável. Como questionável foi todo o processo, a começar pela legitimidade da convocatória das cortes. Por isso, muitos anos volvidos, em 1398, ainda havia quem defendesse as pretensões ao trono português do infante D. Dinis, falecido que era o seu irmão D. João.<sup>6</sup>

O Rei de Castela invadiu Portugal duas vezes, com a tentativa de tomar para si o trono, D. João o venceu na batalha de Aljubarrota, onde o Rei de Castela acabou fugindo e o exército castelhano sofreu uma grande derrota. Após a guerra, é assinado um tratado de paz, em que o Mestre de Avis é reconhecido como Rei de Portugal. Joel Serrão<sup>7</sup> também destaca como um contexto primordial para a Revolução de Avis, a crise demográfica que Portugal vivia, ocasionada pela peste negra, que acabou gerando uma predisposição de todos, inclusive, a arraiamiúda, para apoiar o Mestre. Já Antonio Sérgio, seguindo uma linha marxista, considera a

6 SOUSA, Armindo de. **História de Portugal – A Monarquia Feudal (1096-1480)**. Segundo Volume. MATTOSO, José (org.). Editorial Estampa. S/d, pp. 496 e 497.

7 SERRÃO, Joel. **O Carácter Social da Revolução de 1383**. Livros Horizonte, Lda. 1976, p. 144.

Revolução de Avis como uma revolta da burguesia em Lisboa, que para favorecer aos seus interesses, escolheram o filho bastardo de D. Pedro I.

Nesta crise, a fidalguia decide-se, na maioria, pelo castelhano, ao passo que a burguesia comercial-marítima toma o caminho da revolução. Seu chefe em Lisboa era Álvaro Pais, homem maduro, secundado por um moço de 26 anos, Nuno Álvares Pereira, que unia a fé exaltada do místico a uma cauta, artilosa inteligência de estratega. Álvaro Pais era padasto do habilíssimo legista João das Regras, um dos partidários mais úteis da causa revolucionária. Para chefe foi escolhido o Mestre de Avis. Este, retrocedendo imediatamente depois da partida para o Alentejo, cuja defesa lhe confiara a rainha, entra no palácio e mata o Andeiro. Expede-se um pajem a gritar pelas ruas que acudissem todos ao mestre de Avis, que o queriam assassinar; então Álvaro Pais, com quem tudo se combinara, chega à frente da turbamulta; e o mestre aparece a uma janela, sendo vitoriado pela multidão. A rainha, diante disto, vê-se compelida a fugir para Alenquer, acompanhada da maior parte da nobreza de Portugal, (...).<sup>8</sup>

Como apresentado anteriormente, todo o contexto estava favorável ao Mestre de Avis, como uma burguesia e uma fidalguia que estavam receosos com a ameaça estrangeira e um sentimento nacionalista<sup>9</sup> que se apropriou da sociedade, inclusive das classes populares, todos estavam desejando independência, além da crise demográfica que ameaçou Portugal que gerou uma instabilidade social. Todas essas questões fizeram parte do contexto social português no período pré-revolução. Com a Revolução de Avis, houve o início da dinastia de Avis, dinastia conhecida por suas transformações significativas em Portugal, com consequências além-mar, inclusive a descoberta do Brasil.

## 1.2 – Abordagens historiográficas sobre a Revolução de Avis

As abordagens historiográficas que serão apresentadas dizem respeito às mudanças ocasionadas com Revolução de Avis, as consequências sociais, econômicas e políticas e o legado deixado no pós-revolução, além disso, também será discutido o perfil e a importância de D. João I para o contexto revolucionário. Discussões de cunho tradicional, marxista e contemporâneo estarão divididos entre os seguintes autores: Oliveira Martins, Armindo de Sousa, José Mattoso,

8 SÉRGIO, Antonio. **Breve Interpretação da História de Portugal**. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1978, p. 27.

9 SERRÃO, Joel. **O Carácter Social da Revolução de 1383**. Livros Horizonte, Lda. 1976, p. 144.

Joel Serrão, Fortunato de Almeida, Antonio Sérgio, João Ameal, A. H. de Oliveira Marques, Jaime Cortesão e Luís de Sousa Rebelo.

Para o autor Oliveira Martins, a Revolução de Avis trouxe como consequência principal, o fim da Idade Média em Portugal, com o início da formação de nação. Oliveira Martins classifica a Revolução com um juízo divino, devido a crise que D. Fernando I da dinastia de Borgonha, antecessor de D. João I, deixara instaurar em Portugal.

A Revolução de 1383 –5 tem um caráter de um Juízo de Deus. A dinastia mentira ao papel justiceiro: *morra por ello!* Por uma série de extravagâncias domésticas e políticas, D. Fernando levava uma crise a obra lenta e demorada da independência nacional, iniciada com uma espada por Afonso Henriques, assegurada com um açoite por Pedro o Cru. É verdade que não deixaria fomentar a consciência material interna do corpo da nação; mas do que valia isso, pois a deixava outra vez a braços com o problema vital da sucessão, o problema da independência?

Logo que o rei morreu, os diferentes atores da tragédia começaram a tomar os seus lugares na cena. (...)

(...) O que Portugal não queria que nesse trono viesse a sentar-se o castelhano.<sup>10</sup>

Oliveira Martins descreve D. João I como um homem autônomo que portava uma esperança de salvação para Portugal, capaz de combater a ascensão de Castela, ao trono português. O Mestre de Avis é visto como o Messias e com o apoio da Inglaterra, D. João sobe ao trono, iniciando uma nova dinastia em Portugal. Acabando com a tradição da dinastia de Borgonha.

Que melhor prova podia dar-se da vitalidade da nação e da sua independência já acabada, do que estas cortes de 1385, em que ele exalta uma dinastia, sem base na tradição nem na herança, unicamente enraizada no querer absoluto, com um dos portugueses? É só neste momento que bem de facto se pode dizer terminada a história da independência; porque a dinastia de Borgonha trazia consigo o pecado original da doação primitiva, segundo o direito feudal: o reino era um senhorio, sublevado, como por tantas vezes e por tão longos tempos o tinham sido, na própria Espanha, a Galiza e a Biscaia. Agora as coisas mudavam; e mudavam, porque a nação, alargando-se ara o sul, recebendo Lisboa, ao mesmo tempo que se constituía interna ou organicamente, era já um ser diverso do antigo, e um ser dotado de vida independente e própria.<sup>11</sup>

10 MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa. Edições Vercial. 20012, pp. 94 e 95.

11 Ibidem, p. 101.

O legado principal deixado pela dinastia de Avis, segundo o autor, foram as expansões marítimas, que conseqüentemente, levaram ao desenvolvimento tecnológico e logo, à expansão territorial e comercial para além de Portugal. A ênfase de Oliveira Martins sobre a nova dinastia dá-se através da conquista do “mar tenebroso”<sup>12</sup>. Através dessa conquista houve um aperfeiçoamento da arte de navegar, através da escola de Sagres, graças a uma nova mentalidade que surgiu na época, onde a ciência estava sendo valorizada, em prol da religião.

Essa paixão naturalista da Renascença nos seus primeiros tempos, essa tenaz curiosidade científica, diferia essencialmente do misticismo religioso da Idade Média, eivado de fantasias cabalísticas, e da ingenuidade das mitogénias primitivas. O homem já preferia a ciência à imaginação: rejeitava as fábulas, e confiava tudo aos processos e aos meios positivos.<sup>13</sup>

Diferente de Oliveira Martins que considera a Revolução como o início da nação portuguesa e fim da Idade Média, Armindo de Sousa afirma que antes da Revolução de Avis, Portugal já era considerado uma nação. O que ocorreu com a dinastia de Avis foi uma acentuação da consciência nacional.

Quando se chega a 1385, Portugal é país maduro. Independente de Leão e Castela há mais de 200 anos, nove reinados já vividos, fronteiras praticamente definitivas desde 1297, língua própria, estruturas políticas e administrativas e sociais confirmadas, rumos económicos definidos, rede escolar *update*, alianças diplomáticas internacionais escolhidas, consciência nacional existente, enfim, Portugal é País e é Nação. (...)

Em 1385, portanto, Portugal é País e é Nação. Maduro, *ma non troppo*, que o processo de personalização está, como vimos, em curso. Aliás, nunca haverá de parar, tal como sucede à gente. Que um organismo político e contínua adaptação aos avatares da história.<sup>14</sup>

O autor também aborda a ascensão de D. João I como algo divino, a dinastia de Avis escolhida por Deus, que se confirma com a vitória na batalha de Ajjubarrota. Para o autor, o Mestre de Avis foi um anti-herói carismático. Anti-herói porque não nasceu dentro de uma

12 Termo utilizado diversas vezes por Oliveira Martins, em sua obra.

13 MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa. Edições Vercial. 20012, p. 107.

14 SOUSA, Armindo de. **História de Portugal – A Monarquia Feudal (1096-1480)**. Segundo Volume. MATTOSO, José (org.). Editorial Estampa. S/d, pp. 527 e 528.

dinastia tradicional real, era filho bastardo do Rei D. Pedro I. Para Armindo de Sousa, D. João I tornou-se herói empurrado pelos fatos.

Enfim, durante o período da revolução, que é o período do interregno, o Mestre de Avis fez o que podia: prometeu o impossível e deu o que não tinha para dar. O objetivo era resistir; e resistiu. Com isso foi aprendendo a ser chefe. E o decerto de Lisboa, mais devido à peste – ira de Deus – do que a feitos militares, atraiu-lhe a aura de carismático, sobrenaturalmente assistido, e apoiantes, cada vez mais apoiantes, indivíduos e comunidades. Uns espontaneamente, outros porque obrigados a isso pela espada de Nunos Álvares e de outros capitães (...) <sup>15</sup>

Armindo de Sousa quando fala das consequências da Revolução de Avis, aborda as questões positivas que são as já conhecidas como: desenvolvimento comercial, tecnológico e expansão marítima, mas também, as questões negativas, e essas se perpetuariam com os seus sucessores, de modo que o autor questiona o título de Rei da boa memória intitulado ao Mestre de Avis.

Até 1411 andou-se praticamente em guerra; a inflação monetária atingiu níveis que nunca foram iguados em nenhum outro governo até hoje; as tradicionais queixas do povo contra os privilegiados persistiram, tendo mesmo recrudescido, conforme se lê nos textos parlamentares; os impostos extraordinários, os “pedidos”, não só se tornaram crônicos, como até foram lançados à rebelia das cortes e para finalidades diferentes da defesa nacional; e, finalmente, coisa extremamente censurada e qualificada de roubo, as “sisas”, imposto indireto municipal, só em situações muito graves concedidas a reinantes, foram apropriadas à coroa como se se tratasse de direitos reais. De modo que é grandemente equívoca a “boa memória” desse rei que a tem por cognome. <sup>16</sup>

Da mesma forma, José Mattoso também destaca a ascensão de D. João I como algo de procedência divina, visto que o medo de uma ameaça estrangeira, fez com que o Mestre de Avis fosse aclamado pela multidão, nesse caso, ele aparece como um salvador para Portugal. O autor afirma também que D. João foi um estrategista de guerra e um grande negociante, pois entrou em acordo com os mais ricos da cidade para financiar a batalha, com a orientação de Nuno Álvares Pereira, e em troca, ofereceu a estes, bens e domínios para quem o apoiasse na guerra de ascensão ao trono português. “O mestre (...) foi oferecendo aos seus apoiantes as terras, riquezas e cargos

15 Ibidem, p. 495.

16 Ibidem, pp. 497 e 498.



que pertenciam aos apoiantes de D. Leonor e D. Beatriz. Além disso, soltou um bom número de criminosos que lhe pediam perdão de suas penas”<sup>17</sup>. Assim, o Mestre de Avis foi obtendo a sua popularidade, José Mattoso, enfatiza que a troca de favores foi primordial para o seu carisma que, conseqüentemente, o ajudou a tornar-se Rei de Portugal.

As riquezas obtidas foram bem administradas pelo mestre, que se apressou a pagar os resgates necessários à libertação de prisioneiros portugueses, a abastecer a cidade com fartura de alimentos e a socorrer as famílias mais necessitadas. Pagou também os salários aos homens de armas.

Estas medidas tornaram-no muito popular. Que belo chefe, capaz de pensar e resolver problemas tão diversos! A sua presença em Lisboa sempre contribuía para levantar um pouco os ânimos da população, que naquela altura andaria bem aflita, sabendo que ia ser atacada.<sup>18</sup>

Ao contrário de Armindo Sousa, José Mattoso não fala de um anti-herói e sim de um D. João cheio de virtudes e bondade que fazia por merecer o título concedido a ele de “Rei da Boa Memória”. E após a vitória e a subida da nova dinastia, o Rei cumpriu todas as suas promessas para com aqueles que o apoiaram.

D. João I não esqueceu as promessas que tinha feito dois anos antes e distribuiu cargos, terras e riquezas a quantos o apoiaram e ajudaram. (...) Os habitantes da cidade de Lisboa viram aumentados os seus privilégios. E por aí fora. Nenhum dos apoiantes do novo rei teve razão de queixa. Por isso lhe deram o cognome de *Rei da Boa Memória*.<sup>19</sup>

A Revolução de Avis trouxe como consequência, segundo José Mattoso, o reforço da segurança do país que favoreceu a militarização portuguesa, principalmente, após a aliança com a Inglaterra. Como um dos primeiros legados da dinastia de Avis, o autor destaca a construção do Mosteiro da Batalha, chamando a atenção pela riqueza e pelo estilo gótico.

O mosteiro impressiona pela sua beleza quase fantástica. É extraordinário como uma

17 MATTOSO, José. **Tempos de Revolução – História de Portugal (III Volume)**. Editorial Caminho, SA, Lisboa, 1995, p. 157.

18 Ibidem, p. 162.

19 Ibidem, p. 175.

construção em pedra pode parecer tão elegante e leve. Mas isso era precisamente o que pretendiam os artistas que efectuaram trabalhos em estilo gótico. (...)

Este é o mais rico edifício de estilo gótico. O rei deu-lhe o nome de Mosteiro de Santa Maria da Vitória. As pessoas chamam-lhe apenas Mosteiro da Batalha, por estar ligado à grande Batalha de Aljubarrota, tão decisiva para o destino de Portugal.<sup>20</sup>

Já Joel Serrão analisa a Revolução de Avis através da linha marxista, enfatizando o lado social, a participação popular e futuramente, a aceitação da burguesia, visto que a única solução seria a ascensão do Mestre de Avis ao trono em Portugal. O autor, aborda a questão da visão salvadora de D. João I, de forma mais realista que os outros autores. Para ele, a questão do Mestre de Avis ser visto como o “messias” seria a única solução plausível, visto que a sociedade portuguesa foi condicionada para tal revolução. Assim, D. João I fazia parte de um sistema que o conduziu para essa linha “divina”.

(...), a burguesia não teria tido outro remédio senão aceitar a revolução do “messias” de Lisboa. Aceitando-a, pôs em perigo a sua garganta, mas, a partir desse momento, ela fez tudo, quanto humanamente era possível, para salvar, ajudando o Mestre. Desenha-se agora, e só agora, o carácter burguês da revolução, que se irá acentuar cada vez mais nas vicissitudes da luta que se vai travar. A burguesia compreendeu, a tempo, de que lado soprava o vento dos seus interesses e, a partir desse momento, deu então todo o seu apoio ao Mestre d' Avis.<sup>21</sup>

Segundo o autor, a aceitação da Revolução está diretamente ligada ao sentimento de nacionalidade coletiva, uma organização do Estado que estava se estabelecendo em Portugal, através de condicionamentos sociais, políticos, demográficos e econômicos, gerados pela ruptura feudal e a transformação de uma estrutura capitalista, que acabaram favorecendo ao Mestre de Avis.

Joel Serrão afirma que não houve uma transformação da sociedade após a conhecida Revolução de Avis, para o autor não houve consequências que favorecessem a população, visto que após o alvoroço criado pela ascensão da nova dinastia, tudo permaneceu igual para o povo. Não houve um legado e sim a permanência de uma velha ordem aristocrática que acabou com os

20 Ibidem, p. 193.

21 SERRÃO, Joel. **O Carácter Social da Revolução de 1383**. Livros Horizonte, Lda. 1976, p. 44.

levantes populares.

O levantamento ou, se se preferir, os levantamentos então ocorridos são, inequivocamente, de feição popular. E é no alento que lhe provém da arraia-miúda urbana e rural que o golpe-de-Estado reveste e assume forma de “revolução”. Concebido e levado a efeito por uma elite, de resto, constituída, em termos sociais, na “vertical”, a “revolução” consagra o golpe-de-Estado mas supera-o largamente.

Quanto ao resto, cuidamos que bem o sabeis. É qualquer coisa como se a “revolução” tivesse tentado assumir cariz “burguês”, o que, até certo ponto, é conseguido, mas por pouco tempo. Rapidamente, novos aristocratas, muito deles de recentíssima estracção popular, juntam-se aos sobreviventes de 1383-85, e restauram a harmonia da sociedade trinitária. É que a estrutura, mediante a renovação dos seus quadros, “absorveu” os levantamentos – e preparou-se para durar.<sup>22</sup>

Fortunato de Almeida enfatiza a questão da extensão da autoridade real em Portugal, a ideia do absolutismo baseado no modelo francês. Para o autor, essa autoridade ia ao encontro do cristianismo, através de um engrandecimento do Rei, fundamentado na autoridade divina. Com isso, D. João I utilizou essa autoridade legitimada pela Igreja para governar a sociedade portuguesa.

Quatro dias depois de eleito nas Cortes de Coimbra, querendo D. João I recompensar os serviços que a ele e ao reino prestara a cidade de Lisboa na resistência aos castelhanos, invocava, na carta régia de 10 de Abril de 1385, a *sua própria autoridade, liberdade, livre vontade e poder absoluto*, para dar, aprovar, outorgar e confirmar todos os privilégios, liberdades, bons usos, foros e costumes que a cidade recebera de seus antecessores e de que tinha usado sem contradição deles. Nenhuma das concessões feitas limitava nem de qualquer modo afectava a autoridade real, antes se aproveitaram todos os ensejos para a afirmar.<sup>23</sup>

O autor também escreve sobre a administração do Rei D. João I após ascender ao trono, assim, novos cargos foram surgindo de acordo com a vontade do Mestre de Avis e outros foram extintos. Fortunato de Almeida quis demonstrar o absolutismo em Portugal e o carácter autoritário de D. João I que, segundo o autor, Portugal estava seguindo a mesma corrente de ideias que haviam se difundido na França e na Alemanha que era o engrandecimento da autoridade, através

22 Ibidem, p. 144.

23 ALMEIDA, Fortunato de. **História de Portugal – segundo volume – instituições políticas e sociais de 1385-1580/ 1580-1816**. Bertand Editora. Lisboa, 2004, p. 19.

da ideia do direito romano.

Em tudo isto se introduziu alguma confusão no tempo de D. João I. Alguns fidalgos, por seguirem o partido de D. Beatriz, emigraram para Castela com suas famílias, e foram desnaturalizados de Portugal, com perda de seus bens e honras que gozavam; outros, pelo contrário, foram elevados à mais alta categoria da nobreza; e alguns autorizados a usar brasão de armas, que ainda não tinham. Assim começaram alguns a usar apelidos e escudos que pertenciam a outras famílias, das assistentes no reino ou das ausentes em Castela.

Então D. João I, talvez aconselhado por sua esposa ou pelo Duque de Lencastre, seu sogro, adoptou providência análoga ao que na Inglaterra se fizera com êxito em circunstâncias semelhantes: instituiu, o ofício de *Reis de Armas*, com o encargo da organização de livros em que estivessem insertos os nomes dos fidalgos e pintados os brasões e divisas de cada um, para se evitarem confusões por mais de uma razão inconvenientes.<sup>24</sup>

Como legado da nova dinastia, o autor aborda que, após 1385, ocorreu um desenvolvimento da vida coletiva em Portugal, dessa forma, houve a necessidade de instaurar novas obras públicas como: novas dioceses; o estabelecimento da inquisição, com tribunais; polícia e segurança pública; exército, marinha; administração ultramarina; serviços de higiene e polícia sanitária.

As consequências da nova dinastia para a sociedade portuguesa, estão ligadas as questões dos princípios da dignidade humana, porém tal ideia, ocorreu de uma forma gradativa, visto que costumes violentos ainda eram frequentes na sociedade, todavia, para Fortunato de Almeida, essas ideias morais passaram a ser valorizados na dinastia de Avis, distinguindo, assim, esse período dos outros, onde ocorriam hábitos considerados bárbaros e cruéis.

(...) Essa transição é bem sensível nos séculos XIV e XV; o espírito da sociedade modifica-se então incessantemente pelo desabrochar de aspirações novas e por diferente compreensão dos princípios da dignidade humana.

Todavia, não se extinguem ainda, embora tendam a rarear, as explosões de ódio pessoal, que se dão em pessoas de todas as classes e condições, desde os reis até aos mais humildes de seus vassallos. Fernão de Afonso, porque vivia amancebado com uma donzela do paço de D. João I, foi preso; mas quando acompanhava o corregedor, a caminho da prisão, fugiu a procurar asilo na igreja com outros; arrancaram-no do altar-

24 Ibidem, p. 27.

mor onde estava abraçado à imagem da Virgem; e no dia seguinte foi queimado vivo.<sup>25</sup>

Antonio Sérgio segue a mesma linha marxista de Joel Serrão, na qual, o Mestre de Avis obteve o apoio de uma burguesia comercial-marítima, e esta, por sua vez, saiu vitoriosa da disputa entre a nobreza rural e o Rei de Castela. Para o autor, o povo lutou na Revolução e foi usado como força de combate, visto que foi a burguesia que ganhou a Revolução. O autor apresenta D. João I como uma marionete utilizada pela burguesia para alcançar seus objetivos. E diferente de Fortunato de Almeida que apresenta o absolutismo do Rei, de forma natural e sem necessidade de muito esforço, Antonio Sérgio destaca que houve um emprego maior de energia do Mestre de Avis para obter o fortalecimento do poder real, visto que o Rei tinha que conceder privilégios para aqueles que o apoiassem, gerando assim, um grande problema interno com a realeza e a fidalguia.

Evidentemente, quem combateu nas cidades e nos campos – o soldado raso, por que assim digamos, - foi o povo, levado pelas ideias e pelos sentimentos que lhe eram próprios: chamamos burguesa à revolução porque foi a burguesia que a inspirou de facto, que lhe deu o rumo, que a dirigiu, que lucrou com ela. Com efeito, o que se gerou na revolução de 1383-1385 não foi só uma nova dinastia: foi uma nova proporção de importância entre as classes sociais e entre as actividades económicas, dando como resultado de uma nova fase da nossa história, que é a sua fase característica.

(...) Homem de primeira grandeza não era o rei, - nem pela finura da inteligência, nem pela firmeza de decisão no campo; mas tinha bom senso (na dose moderada que não chega ao génio) e adaptou-se, assim, às ideias das pessoas que o ajudaram: (...)<sup>26</sup>.

Como consequência da Revolução, o autor destaca a expansão marítima e colonial, logo em sequência, a expansão do comércio e a exploração comercial, principalmente na Costa da África. Para Antonio Sérgio, a expansão marítima foi uma estratégia inteligente de uma visão política, onde não foi por acaso e sem objetivos específicos, como muitos autores do século XIX narravam.

25 Ibidem, p. 120.

26 SÉRGIO, Antonio. **Breve Interpretação da História de Portugal**. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1978, pp. 29 e 32.

Os descobrimentos do século XV foram uma façanha de gente metódica, dotada de clara inteligência política, de visão lúcida, muito precisa, dos escopos práticos a que tendia, e do estudo minucioso dos meios adequados a tais escopos: em suma, um vasto plano de conjunto, capacidades raras de organização: nada que se assemelhe ao aventureirismo inconsciente com que a pintaram, depois, os românticos celticistas do século XIX.<sup>27</sup>

A visão de João Ameal sobre o Mestre de Avis está relacionada à independência de Portugal acerca de Castela, como este sendo um dos personagens decisivos na vitória contra a ameaça estrangeira. O autor enfatiza, por diversas vezes, a figura de Nuno Álvares, dizendo que o mesmo preferia à guerra que as discussões, visto que na narrativa da batalha de Aljubarrota é destacado, muitas vezes, o importante papel de Nuno Álvares, conhecido como o Condestável. Assim, o autor destaca personagens importantes que estavam ao lado do Rei, em decisões primordiais, tais pessoas passam a ter papel de destaque, em diversos momentos de sua obra.

Se Nuno Álvares é porventura o maior heróico obreiro da subida ao trono do mestre de Avis – João das Regras, nas Cortes de Coimbra, dá acto de força a sanção da legitimidade legal. O primeiro começa a empresa, a golpes de bravura; é o segundo quem a conclui e estabiliza, a golpes de dialética.<sup>28</sup>

Uma das principais consequências, para o autor, foi a conquista de Ceuta, sendo tal acontecimento, o pontapé para as expedições marítimas e o desenvolvimento comercial.

A conquista de Ceuta (...) é apenas o passo inicial na execução de um plano vastíssimo. Incluem-se nesse plano dois objectivos diversos mas convergentes: por um lado, a ideia, já assinalada, de adquirir bases militares e navais na África do Norte, que não só façam recuar o salão mas sirvam de ponto de partida à penetração futura para o interior do Continente Negro, onde se centralizam as comunicações e o tráfico com o Oriente; por outro, o desejo de reconhecer gradualmente as costas ocidentais africanas, na esperança de as contornar e atingir por fim os mares da Índia, terra de misteriosas, fabulosas riquezas que excita a imaginação e a curiosidade do Infante.<sup>29</sup>

Diferentes de autores marxistas, João Ameal denomina a burguesia, como uma nova nobreza que acompanhou o Mestre de Avis, em prol de interesses próprios, assim, para o autor não existiu uma burguesia que transformou a sociedade portuguesa. Para João Ameal, não

27 Ibidem, pp. 36 e 37.

28 AMEAL, João. **História de Portugal – Das origens até 1940**. Livraria Tavares Martins. Porto, 1968, p. 178.

29 Ibidem, p. 189.

ocorreu um legado que causasse uma nova ordem ou uma ruptura dentro da divisão hierárquica social portuguesa. Para ele, é como se fossem, novos personagens e com novos cargos realizando práticas antigas da sociedade.

A Corte de Dom João I claramente indica o abrir de nova era. Oferece, como primeira característica, ampla renovação de nobreza – parte da qual, fiel à observância das regras estritas da feudalidade, emigrou ao serviço de Dona Beatriz, perdeu vidas e fortunas na defesa das suas pretensões à coroa. Outra nobreza – constituída pelos melhores auxiliares e companheiros de luta do Mestre de Avis – lhe toma os lugares, forma poderoso e numeroso conjunto. É a “nova geração de gentes” a que se refere Fernão Lopes.<sup>30</sup>

A. H. de Oliveira Marques apresenta D. João I como protagonista da luta pelo trono, intitulado-o como defensor do reino, aborda também o Mestre de Avis como um apaziguador e um estrategista. Ele se proclamou Rei por merecimento, com reconhecimento no exterior, através da aliança com a Inglaterra.

O ódio contra Castela e os castelhanos (estava ainda fresca na memória de todos e a devastação passada que se lhes devia) obrigou o Mestre de Avis a encabeçar uma revolta contra os dois grupos: Leonor Teles-Andeiro e D. João I – Beatriz. Ele próprio ajudou a matar o Andeiro, obrigou a rainha D. Leonor Teles a fugir e a unir forças com João I de Castela, e proclamou-se a si mesmo “regedor e defensor do reino”. Fez depois enviar embaixadores a Inglaterra com o propósito de renovar a aliança política contra Castela. (...)

(...) o Mestre de Avis fizera-se proclamar rei com o título de D. João I (1385) em cortes convocadas para Coimbra, onde conseguiu libertar-se de outros dois pretendentes (D. João e D. Dinis, filhos ilegítimos do rei D. Pedro e de Inês de Castro, (...).<sup>31</sup>

Para o autor, as consequências da Revolução de Avis mudou a estrutura social de Portugal. A. H. de Oliveira Marques coloca a burguesia como parte integrante da nobreza, ele divide essa aristocracia territorialmente em dois principais grupos, os burgueses médios e os artesãos. Ele compara a Revolução de Avis com outras revoluções que existiram na Europa, porém a de Avis, foi em menor grau. Assim como nas outras revoluções, o povo participou como massa para fomentar rebeliões.

30 Ibidem, p. 177.

31 MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal – Desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Pinheiro de Azevedo – Volume I**. Palas Editores. Lisboa, 1974, pp. 185 e 187.

As camadas baixas da nobreza e os filhos-segundos, desejosos de obter terras e cargos que pertenciam aos poderosos senhores feudais, alinharam com o Mestre também. Por diferentes motivos, a média burguesia e o artesanato, que aspiravam a uma maior participação na administração local (...) e nos assuntos econômicos em geral, escolheram o Mestre de Avis por seu chefe contra os defensores da velha ordem. As classes inferiores, também, desejosas de apoiar fosse quem fosse que lhes pudesse dar ou prometer esperança de vida melhor, ou simplesmente devido ao desespero ou a um comando demagógico, seguiram os chefes do movimento e activamente cooperaram nele, gritando, matando e saqueando. (...) Foi mais um exemplo clássico da crise social e econômica dos fins do século XIV.<sup>32</sup>

Segundo o autor, a mudança ocorrida após a revolução foi a promoção de pessoas da pequena nobreza; artesãos e burgueses. E o legado foi: o plano de organização militar que se iniciou com a expansão africana e os inventos da arte da navegação, favorecido pela posição geográfica de Portugal.

Jaime Cortesão aborda o Mestre de Avis como um personagem de uma evolução social que possui características urbanas e populares, onde o Rei também conta com o apoio das massas dos grandes centros urbanos, visto que todos estavam desejosos por uma soberania em Portugal e, D. João I foi a oportunidade perfeita de que todos almejavam, surgindo como um defensor do reino de Portugal.

(...) Expostas as providências que o Mestre tinha adoptado e tencionava adoptar para se opor a tal calamidade, termina pedindo a todos, em nome do Defensor do Reino, que lhe ocorram com o dinheiro necessário às enormes despesas deste cargo. O povo aplaudiu e satisfêz com zelo o pedido do Mestre. (...) O mesmo facto dum orador popular correr as vilas do Alentejo, arengando ao público, revela a existência dum ambiente cívico, facto bem extraordinário nesta época, e os tópicos do discurso supõem a formação duma consciência nacional suficientemente radicada nas grandes massas.<sup>33</sup>

O autor apresenta como consequência da Revolução, a ascensão das classes populares, onde começa uma unificação social, em que os privilégios do clero e da nobreza vão desaparecendo gradativamente. D. João I tomou os vassallos da fidalguia e tornou a milícia um

32 Ibidem, pp. 187 e 188.

33 CORTESÃO, Jaime. **Os factores democráticos na formação de Portugal**. Livros Horizontes, LDA. Lisboa, 1964, pp. 144 e 145.



serviço público, Jaime Cortesão denomina esse período como uma nova ordem democrática, nesse período também, a lei conhecida como mental, limitou o privilégio da nobreza, onde os fidalgos tiveram o número de suas terras reduzidos.

O seu destino e a sua missão na história estavam traçados; mas para realizá-los urgia unificar a Nação, depurando-a dos elementos dissolventes e concentrar todas as suas energias na missão marítima. A invasão do estrangeiro veio auxiliar essa obra depuradora. O povo liberta Portugal, não só do estrangeiro, mas da tutela das classes oligárquicas durante o período áureo de sua história; e imprime as suas tendências à política nacional. É também durante o período de maior valimento político das classes populares que surge uma *elite* nacional tão prodigiosa que, dirigindo a Grei, dirige os destinos da Humanidade. (...)

Com a revolução de 1383, Portugal entra na maioridade; na sua política interior dominam as tendências laicas e civilistas, condição essencial para a dignificação e liberdade dos povos; (...).<sup>34</sup>

Luís de Sousa Rebelo analisa o Mestre de Avis através da visão de concepções de poder de Fernão Lopes. Ele utiliza as crônicas de Fernão Lopes para analisar o Rei D. João I, a Revolução de Avis e para tentar compreender o pensamento de Fernão Lopes e a estratégia utilizada na escrita do cronista. Influenciado pela sociologia de Max Weber, mais especificamente pelo conceito de poder de origem carismática, Luís de Sousa Rebelo apresenta a legitimidade da ascensão de D. João I ao trono de Portugal, assim, mesmo o Mestre não seguindo a lógica do princípio da primogenitura dos filhos legítimos, o seu reinado passa a ser validado através de um processo de transmissão carismática de poder, com isso os herdeiros da dinastia de Borgonha que eram candidatos ao trono, quebraram esse carisma de poder e geraram um desequilíbrio. E D. João I aparece como a figura de um restaurador da harmonia social portuguesa.

Não há dúvida de que o meio intelectual em que se nutrem estas preocupações não poderia deixar de ser altamente receptivo ao problema que a eleição do Mestre de Avis representa para a continuidade da tradição carismática. Esta faz parte integrante da Grande Cadeia do Ser no mecanismo da sucessão monárquica e no governo dos povos. Ora com ascenso do Mestre de Avis dá-se uma rotura, a quebra de um elo essencial na cadeia normal de sucessão, quando nela se insere um rei com insuficiência no carisma do sangue. Porque, se é certo que, no caso vertente, se não sai do grupo aristocrático, nem da linhagem real, certo é também que se verifica aqui uma descida de grau e de qualidade na ordem das hierarquias do nascimento. (...)

34 Ibidem, p. 157.

Na verdade, quando o governo das sociedades é pervertido por interesses adversos ao interesse geral e se abre um período de crise (...). O equilíbrio só pode ser restaurado por um novo chefe e um novo governo.<sup>35</sup>

Assim, o autor, utilizando a lógica de Fernão Lopes afirma que as consequências da Revolução de Avis foram boas, visto que D. João I veio estabelecer o equilíbrio em Portugal, através da personalidade carismática de carácter providencial. Luís de Sousa Rebelo analisa a questão da bastardia do Mestre de Avis e diz que se tal análise fosse feita pela lógica natural das coisas, D. João não teria êxito ou direito ao trono, todavia, o autor apresenta as versões de Fernão Lopes utilizadas para “encaixar” o Mestre de Avis no trono, segundo Luís de Sousa Rebelo, o cronista conseguiu oferecer características positivas do Rei nas crônicas.

(...) Fernão Lopes vai conseguir resolvê-lo e dar igualmente às suas crônicas a unidade de um todo orgânico. O discurso histórico e o discurso político revelam-nos agora todas as suas potencialidades de significação, ao confirmarem explicitamente que o curso dos acontecimentos e os actos dos homens, que os promoveram, previstos mas não precedidos pela vontade divina, contavam com a sua adesão. Essa vontade sanciona um pacto de carácter original, onde o princípio hereditário do poder, deflectido da sua intenção primeira, se encontra nitidamente subordinado ao princípio electivo da teoria populista.<sup>36</sup>

Diante das discussões historiográficas apresentadas, a presente dissertação parte do princípio defendido pelo autor Jaime Cortesão, onde a Revolução de Avis deu início a uma unificação social em Portugal, de forma gradativa, em que a aristocracia foi perdendo os privilégios e as classes populares foram ascendendo socialmente, porém denominar esse processo como uma nova ordem democrática é incorreto, visto que não houve uma transformação radical na sociedade. O trabalho também acrescenta certos aspectos da conclusão de João Ameal, visto que para ele, o que existiu foi o novo da velha aristocracia, e aqueles das classes populares que ascenderam, contribuíram para a manutenção da antiga ordem, assim como acrescenta-se, o ponto de vista de Joel Serrão, quando este afirma que houve um condicionamento social, político, demográfico e econômico para que ocorresse a chamada Revolução de Avis, desse ponto de vista,

35 REBELO, Luís de Sousa. **A Concepção de poder em Fernão Lopes**. Livros Horizonte. Lisboa, 1983, p. 51.

36 Ibidem, p. 54.

tal revolução, só foi possível através de uma séria de cadeias interligadas tanto em Portugal, como na Europa como um todo.

### 1.3 – Relações entre: indivíduo e sociedade e a noção de representação social

Baseado na questão entre indivíduo e sociedade e, com referência nas crônicas medievais em que são narrados feitos notáveis de Reis e Cavaleiros, que influenciaram toda a comunidade, surge a importância de ressaltar a relação entre indivíduo e sociedade. Dessa forma, a dissertação parte do princípio defendido por Norbert Elias, em que individual e social se dão de forma interligada.

A relação entre indivíduo e sociedade, de forma interdependente, ou seja, ambos com igual importância na construção dos relacionamentos e relação de causa e efeito de forma proporcional, encontra-se na teoria de Norbert Elias. “Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com os outros”.<sup>37</sup> Norbert Elias observando o comportamento das pessoas, constatou que os seres humanos entendem conceitos como “individual” e “social” como lado opostos que se sobrepõem, essa questão está ligada a problemas de autoconsciência, visto que as pessoas tendem a pensar esses dois conceitos de forma separada. O autor critica o discurso de indivíduo x sociedade, visto que pensando dessa forma, um acaba excluindo o outro e desmerecendo o grau de importância de cada um, para Norbert Elias, os dois conceitos são possíveis de aglutinação.

As pessoas só podem conviver harmoniosamente como sociedades quando suas necessidades e metas socialmente formadas, na condição de indivíduos, conseguem chegar a um alto nível de realização; e o alto nível de realização individual só pode ser atingido quando a estrutura social formada e mantida pelas ações dos próprios indivíduos é construída de maneira a não levar constantemente a tensões destrutivas nos grupos e nos indivíduos.<sup>38</sup>

O autor, em seu livro *A Sociedade dos indivíduos*, procura uma harmonização entre as

37 ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 67.

38 Ibidem, pp. 122 e 123.

necessidades individuais e as exigências sociais, para ele as duas coisas só se tornam possíveis se estiverem juntas, visto que existe reciprocidade entre ambos, não existe indivíduo e sociedade em si mesmos, “(...) só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito”<sup>39</sup>.

A relação entre sociedade e indivíduo é baseada, segundo Norbert Elias, na relação de interdependência, nesse caso, a sociedade influencia e é influenciada pelo indivíduo e vice-versa. Cada indivíduo traz a marca de uma sociedade específica e a sua historicidade.

Nenhuma pessoa isolada, por maior que seja sua estatura, poderosa sua vontade, penetrante sua inteligência, consegue transgredir as leis autônomas da rede humana da qual provêm seus atos e para qual eles são dirigidos. Nenhuma personalidade, por forte que seja, pode, como o senhor de um império feudal puramente agrário - para dar um exemplo ao acaso -, deter mais do que temporariamente as tendências centrífugas cuja força correspondente às dimensões do território. Ela não pode transformar sua sociedade, de um só golpe, numa sociedade absolutista ou industrial. (...). Está presa às leis das tensões entre vassallos e os senhores feudais, de um lado, e entre os senhores feudais rivais e o governante central, de outro.<sup>40</sup>

Sobre a interdependência, o autor inicia tal estudo em seu livro *O Processo Civilizador*, volumes I e II. Para Norbert Elias, a relação entre indivíduo e sociedade tem íntima ligação com o processo civilizador da sociedade. O objetivo do autor, no livro não é encontrar a origem desse processo e sim estudar o período de transição da Idade Média para a Idade Moderna. Visto que a sociedade está sempre passando por uma mudança estrutural e dessa forma, os indivíduos mudam conforme as transformações sociais, demonstrando, assim, a sua teoria da interdependência. Norbert Elias estudou o costume de uma sociedade e as ditas “boas maneiras” e como o comportamento foi mudando conforme as alterações da constituição de uma sociedade. Para ele, o desenvolvimento das normas de conduta não é uma atitude natural do homem.

(...), Elias está mostrando algo que sempre lhe foi muito caro, enquanto teoria: o desenvolvimento dos modos de conduta, a “civilização dos costumes” (...), prova que não existe atitude natural no homem. Acostumamo-nos a imaginar que tal ou qual forma de trato é melhor porque melhor expressa a natureza humana – nada disso, diz Elias, na

39 Ibidem, p. 17.

40 Ibidem, p. 48.

verdade o que houve foi um condicionamento (por este lado, ele é levemente behaviorista) e um adestramento (por aqui, ele remete a Nietzsche e a Freud).<sup>41</sup>

Dessa forma, torna-se mais clara a identificação dos mecanismos utilizados por D. João I para “domesticar” a nobreza, através das representações apresentadas por Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara. E as classificações sociais utilizadas para o adestramento e para o condicionamento da sociedade.

As funções sociais cuja renda se elevava com essas novas oportunidades passaram a desfrutar de vantagens. Incluíam elas certos setores da burguesia, mas, acima de tudo, o rei, o senhor central. Isto porque a máquina de coleta de impostos lhe conferia uma parcela da riqueza crescente; para ele se encaminhava parte de todos os lucros obtidos nessa área, e sua renda, em consequência, crescia em grau extraordinário com a circulação cada vez maior da moeda.

Como sempre acontece, esse mecanismo funcional só foi explorado aos poucos e, por assim dizer, retrospectiva e conscientemente pelas partes interessadas, sendo adotado em um estágio relativamente posterior pelos governantes como princípio de política interna. Teve como primeiro resultado um aumento mais ou menos automático e constante da renda do suserano.<sup>42</sup>

Esses mecanismos apresentados, são aceitos pela sociedade, pois já estão estruturados. Lembrando que para Norbert Elias, a estrutura social e a estrutura psíquica estão inter-relacionadas e que a análise do comportamento individual só é possível através do entendimento da estrutura social.

Em toda parte, o que vemos são os agentes individuais e seus atos, e o que se descreve são suas fraquezas e talentos pessoais. Não há dúvida de que é frutífero e mesmo indispensável estudar a história dessa maneira, como um mosaico de ações individuais de pessoas isoladas.

Não obstante, é evidente que alguma coisa mais acontece nesse contexto, além da

41 ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, pp. 9 e 10.

42 ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador, volume 11: Formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 20.

emergência fortuita de uma série de grandes príncipes e da ocasional vitória de numerosos territoriais ou de rei sobre estados, mais ou menos pela mesma época. Não é sem motivo que falamos em uma era de absolutismo. O que encontra expressão nessa mudança na forma de dominação política é uma mudança estrutural, como um todo, na sociedade ocidental. Não apenas reis isolados expandem seu poder, mas, claramente, as instituições sociais da monarquia ou do principado adquirem nova importância no curso de uma transformação gradual de toda a sociedade, uma importância que simultaneamente confere novas oportunidades de poder aos maiores príncipes.<sup>43</sup>

Baseado nisso, o conceito de *habitus*, para Norbert Elias, é o saber incorporado à vida em sociedade, ele pensa em *habitus* através de indivíduos interligados. Quanto mais complexa a sociedade, mais diferenciado se torna o *habitus*. Jurandir Malerba define o conceito de *habitus* de Norbert Elias:

O conceito de *habitus* não se apresenta explicitamente definido como em Bourdieu, mas se constrói a partir de sua teoria do processo civilizador. A civilização é um devir no qual um conjunto de interações forma um sistema não-planejado e se estrutura progressivamente: as relações entre unidades ou grupos sociais são, na realidade, as relações de força que ligam, opõem e, dessa forma, inscrevem os indivíduos em estruturas hierarquizadas, que presumem “campos de forças”, “de tensão”, “de equilíbrio”, “de competição”. Nesse sentido, a configuração de Elias é muito próxima do campo de Bourdieu, o qual traduz a ideia de um espaço estruturado de posições, no qual se desenvolvem as relações de luta.<sup>44</sup>

Ainda na relação entre indivíduo e sociedade também é considerado na pesquisa, a ideia de relações e funções. As relações dos indivíduos entre si e no social como um todo e suas funções. Certas funções costumam ter um peso social maior que outras e nesse caso, quem tem a função com um peso social menor estará ligado ao outro de peso maior, através da interdependência, todavia, todas as funções, por menor que sejam consideradas socialmente, deixam espaços para decisões individuais.

A pessoa, individualmente considerada, está sempre ligada a outras de um modo muito específico através da interdependência. Mas, em diferentes sociedades e em diferentes fases e posições numa mesma sociedade, a margem individual de decisão difere em tipo

43 Ibidem, p. 16.

44 MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: SP, Papirus, 2000, p. 216.

e tamanho. E aquilo a que chamamos “poder” não passa, na verdade, de uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas.<sup>45</sup>

Tão importante para este trabalho quanto as considerações sobre indivíduo e sociedade, é a noção de representação. Assim, o conceito de representação assume diferentes formas na História Cultural, Ronaldo Vainfas denomina teorias da virada cultural como “tirania do cultural”<sup>46</sup>, visto que existe um reducionismo cultural, ou seja, a questão econômica, intelectual, social e política seriam culturalmente condicionados. Ciro Flamarion Cardoso critica Roger Chartier justamente por esse reducionismo culturalista, Ciro F. Cardoso afirma que para ser um conceito é necessário ter operacionalidade, se existem diferentes formas de interpretar algo não existe operacionalidade, por essa razão, ele diz que representação não é um conceito e sim uma noção. O autor prefere utilizar a noção de representação segundo as teorias da psicologia social.

Em primeiro lugar, parece-me que, dentre as diversas ciências sociais até o presente momento, a psicologia social foi aquela que soube manejar com maior precisão, bem como atenção às complexidades que envolve uma noção que, nas demais disciplinas (incluindo a história cultural), só aparecer em formas desanimadoramente vagas e, ao mesmo tempo, como se se tratasse de algo simples. Em segundo lugar, porque é também a psicologia social a área dos estudos sociais que menos cai na tentação de querer reduzir o pensamento científico a meras representações: estas últimas são vistas como estando firmemente ancoradas na “epistemologia do sentido comum”, no conhecimento vulgar, ainda que não estejam de todos ausentes das construções científicas (que em caso algum podem esgotar, entretanto).<sup>47</sup>

Autores da psicologia social como Denise Jodelet e Claude Flament partem do princípio de que cada representação social tem um núcleo central ou princípio organizador. As representações mentais são a “matéria-prima” das representações sociais e as representações sociais são peças que constituem estruturas maiores como crenças, mitos, ideologias... Segundo, Denise Jodelet:

(...) as representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão

45 ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 50.

46 MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: SP, Papyrus, 2000.

47 MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: SP, Papyrus, 2000, p. 21.

uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas – trata-se das funções e da dinâmica sociais das representações.<sup>48</sup>

Sobre a estrutura da representação, será utilizado a teoria do *núcleo central*, também da Psicologia Social. De acordo com Claude Flament o “lugar de coerência de uma representação autônoma é o núcleo central da representação (...). Parece certo que esse núcleo é uma estrutura que organiza os elementos da representação e lhes dá sentido”.<sup>49</sup>

Baseado nisso, a abordagem da pesquisa, além de enfatizar diferentes propostas de representação da sociedade portuguesa, como figuras de linguagem, categorias e pronomes de tratamento, também identificará o núcleo central das representações encontradas nas fontes.

#### **1.4 – Fontes e cronistas do contexto da dinastia de Avis**

Os reis da Dinastia de Avis preocuparam-se em preservar a memória portuguesa através da produção de crônicas, destacando-se nessa preservação, está um dos mais importantes cronistas dessa dinastia, Fernão Lopes, também conhecido como o “cronista da nova dinastia”. Fernão Lopes como funcionário do governo procurou justificar a ascensão da dinastia de Avis através de três pilares: “ético-político, jurídico e o providencial”<sup>50</sup>, essas características serão apresentadas no capítulo de análise das fontes. Sobre Fernão Lopes, Antônio José Saraiva acrescenta a importância do cronista para a nova dinastia. “Pesava, portanto um labéu de ilegitimidade sobre a nova dinastia e a missão principal de Fernão Lopes, como cronista da corte, era justificá-la.”<sup>51</sup>

Fernão Lopes era de família humilde<sup>52</sup>, por essa razão, torna-se possível afirmar que o

48 JODELET, Denise. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro:EdUERJ, 2001, p. 21.

49 FLAMENT, Claude. **Estrutura e Dinâmica das Representações Sociais**. In: JODELET, Denise (org.) *Op. cit.* p. 175.

50 REBELO, Luís de Sousa. **A concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 22.

51 SARAIVA, Antônio José. **O crepúsculo da idade média em Portugal**. Lisboa; Gradiva, 1998, p. 166.

52 MARQUES, A. H. de Oliveira. **Fernão Lopes**. In: SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*.



autor enfatizou a participação e personagens populares em suas crônicas, ao lado dos feitos dos “grandes heróis”. Conhecido também como “cronista-historiador”, pois suas crônicas possuíam uma metodologia, onde o autor tinha o objetivo de pesquisar até chegar, segundo ele, na “verdade nua”. O cronista foi tabelião do reino e tornou-se guarda-mor da torre do Tombo em 1418, Fernão Lopes recebeu a designação, do infante D. Duarte, de escrever as crônicas dos Reis, até o Rei D. Fernando. As crônicas de sua autoria são; a *Crónica de Portugal de 1419*, *Crónica de D. Pedro I*, *Crónica de D. Fernando*, as duas primeiras partes da *Crónica de D. João I* foi atribuída a Fernão Lopes e a *Crónica de D. Duarte* que foi redigida novamente, em outro momento, pelo cronista Ruy de Pina.

A versão da *Crónica de D. João I* utilizada na pesquisa está disponível para download na Biblioteca Nacional de Portugal, na subdivisão, biblioteca nacional digital, na categoria, Bibliotheca de Clássicos Portugueses<sup>53</sup>. A primeira edição da crônica ocorreu em 1644<sup>54</sup>, em seguida novas edições ocorreram com algumas omissões. E a versão que foi publicada em 1915 por Anselmo Baraamcamp, extraída do códice n. 352 do arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A participação de personagens populares na obra de Fernão Lopes abrirá a oportunidade para a pesquisa de uma das ordens da trifuncionalidade, o Terceiro Estado, além disso, a análise da crônica ajudará na investigação das relações entre as possíveis representações entre os diferentes grupos, como os exemplos que estão na crônica, eventos políticos importantes para a ascensão da dinastia e a sacralidade que envolvia toda a idade média, em particular Portugal<sup>55</sup>.

O sucessor de Fernão Lopes foi Gomes Eannes de Zurara, que após a morte de Fernão Lopes recebeu a incumbência de assumir o cargo de guarda dos escritos da Torre do Tombo e cronista oficial do reino, dando continuidade a obra sobre o Rei D. João I, iniciada por Fernão Lopes, ficando com a missão de escrever a terceira parte da mesma crônica, dando ênfase a

---

Porto: Livraria Figueirinhas, 1976, p. 56.

53 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I**. Clássicos Portugueses, director litterario – conselheiro Luciano Cordeiro, proprietário e fundador – Mello D’Azevedo. ESCRITORIO. 147 – rua dos Retrozeiros – 147. Lisboa. 1897.

54 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I – 2 vol**. Introdução: Humberto Baquero Moreno. Lisboa: Livraria Civilização, 1994.

55 Conforme já visto, na visão de Luís de Sousa Rebelo, a ascensão da dinastia de Avis se dá através dos pilares: ético-político, jurídico e providencial, dessa forma, torna-se possível a relação do cronista com o tema do trabalho.

tomada de Ceuta, por essa razão, a sua obra ficou conhecida como a *Crónica da Tomada de Ceuta*. Gomes Eannes Zurara é lembrado por utilizar grande erudição em seus escritos. Estudiosos acreditam que o seu nome “Zurara” esteja relacionado ao lugar de seu nascimento, embora, não se saiba ao certo o verdadeiro local.

Os seus biógrafos, fundando-se no apelido de Zurara, supuseram que Gomes Eannes nascera em uma povoação daquele nome. O mais antigo escritor, que faz menção da terra natal de Gomes Eannes, é Soares de Brito (1611 – 1699) no *Thetrum Lusitaniae Litterarium* (...), e admite que Gomes Eannes era natural de Azurara da diocese do Porto.<sup>56</sup>

Além da *Crónica da Tomada de Ceuta*, Zurara também escreveu a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* e as *Crónicas de D. Duarte e D. Affonso V.* Sobre a *crônica da Tomada de Ceuta*, o autor enfatiza a bravura do Rei e de seus filhos no advento da guerra contra os mouros, narra a preocupação de D. João I com a inexperiência de seus filhos em batalhas e, ao mesmo tempo, justifica a invasão do porto em Marrocos, como prudência dos Infantes ao seu pai, o Rei, visto que seus filhos queriam tornar-se cavaleiros, assim a prática e o contexto da guerra foi o estopim para esse acontecimento.

A versão da crônica utilizada na pesquisa faz parte da Biblioteca dos clássicos portugueses, de versão disponível para download na Academia das Ciências de Lisboa, publicada sob a direção de Luciano Cordeiro e Melo de Azevedo. A *crônica da Tomada de Ceuta* teve duas versões anteriores a utilizada no trabalho, a primeira em 1644, impresso por Antônio Alvarez e a segunda versão mais moderna em 1899-1900.

A crônica escrita por Gomes Eannes Zurara também servirá para as analogias já referidas no trabalho, além disso, será utilizada de forma comparativa a obra de Fernão Lopes para detectar os dois diferentes pontos de vistas dos respectivos autores, além do mais, Fernão Lopes utilizou em suas obras personagens populares, já Gomes Eannes de Zurara deu importância aos feitos heroicos de “grandes” personagens.

56 PEREIRA, F. M. Esteves. **Vida de Gomes Eannes de Zurara**. In: ZURARA, Gomes Eannes. *A Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

Concluindo o capítulo, e não menos importante que os outros, o método que será utilizado na investigação das fontes é a análise de conteúdo de Laurence Bardin. Assim, o investigador ao utilizar o método citado precisa relevar três etapas, são elas: pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados<sup>57</sup>. Na pré-análise das fontes que são formuladas as futuras hipóteses da pesquisa, já na exploração do material, o mesmo precisa ser representativo no universo do estudo proposto, visto que “(..). Nem todo o material de análise é suscetível de dar lugar a uma amostragem, e nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiadamente importante”.<sup>58</sup> Dessa forma, ao explorar o material, decidiu-se por seis representações, pois estas ajudaram a formular as hipóteses do trabalho, além de ser significativo para o campo da pesquisa.

57 BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009, p. 121.

58 Ibidem, p. 123.

***SEGUNDA PARTE – CONTEXTO SOCIAL E ANÁLISE DE FONTES***

## CAPÍTULO II – As Representações da Narrativa de Fernão Lopes

### 2.1- Fernão Lopes – Biografia e contexto social

Fernão Lopes foi o cronista que narrou a vida e o reinado de D. João I, o primeiro Rei da dinastia de Avis. Não existem dados conclusivos que comprovem o período de nascimento do cronista, acredita-se que ele nasceu em Lisboa, entre 1380/1390, homem de origem humilde, pois sua família era de procedência popular. Em 1419, torna-se escrivão do Rei D. João I, assim, Fernão Lopes passa a ter a função de escrever sobre as atitudes dos Reis de Portugal e, em 1434, foi promovido ao cargo de cronista-mor do Rei, por D. Duarte, filho do Rei D. João I, cargo muito importante e significativo que permitiu que Fernão Lopes tivesse contato com a aristocracia portuguesa da época. Dessa forma, o cronista ficou com a responsabilidade de preservar os arquivos da realeza. E com o tempo, devido a sua idade avançada, foi substituído na função de escritor por Gomes Eannes de Zurara, vindo a falecer por volta de 1460.<sup>59</sup>

Muitas de suas obras se perderam, restando apenas três crônicas: a *Crônica de D. Pedro*, escrita por volta de 1434, a *Crônica de D. Fernando*, escrita entre 1436 e 1443 e a *Crônica do Rei D. João I*, escrita em 1443. Fernão Lopes foi tão importante na história de Portugal que foi denominado por muitos estudiosos, como cronista-historiador, visto que o mesmo utilizava uma metodologia em sua escrita, tendo por objetivo a chegar à “verdade nua”. Essa metodologia foi verificada no primeiro capítulo da crônica estudada na pesquisa, *Crônica do Rei D. João I*, onde o autor inicia, afirmando que sua escrita condiz com a questão da “verdade nua”. Assim, esse

59 Os dados biográficos de Fernão Lopes não chegam a um consenso, porém encontram-se escritas significativas sobre o mesmo em A. H. de Oliveira Marques. **Fernão Lopes**. In. SERRÃO, Joel. *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livaria Figueirinhas, 1971. SARAIVA, Antonio José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998. REBELO, Luís de Sousa. **A Concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

método utilizado pelo cronista foi objeto de estudos e pesquisas, visto que o mesmo inovou a escrita da época.

“(…) pretensão de dizer a verdade nas histórias que se apresentam como recuperação e reconstituição do passado é lugar - comum no discurso dos cronistas e é questão das mais abordadas na escrita crítica sobre esses textos”.<sup>60</sup> Nessa passagem, Teresa Amado enfatiza a liberdade que Fernão Lopes possuía para organizar os textos, a autora chama o cronista de pretensioso e que esse fator foi alvo de estudos críticos sobre Fernão Lopes. Todavia, mesmo com as críticas de estudiosos posteriores a ele, é inegável que o cronista possuía liberdade na escrita de suas narrativas, ocasionando uma ruptura com os textos tradicionais de sua época.

Com isso, Fernão Lopes alcançou prestígio como autor e, além disso, é importante relatar que sua história não é regionalizada, conforme será observado posteriormente, na análise da crônica de D. João I, assim, o autor narrou vários feitos dos fidalgos e do Rei de Castela, dessa forma, ele não se limitou a Portugal, suas crônicas “(…) são atípicas tanto pela novidade que exibem face à evolução que as precede como pelo talento e pela inteligência e a subtileza da compreensão que não se reproduziram nos cronistas que se lhe seguiram (...)”<sup>61</sup>

Luiz Costa Lima aborda que toda essa liberdade na escrita do cronista tem ligação direta com o contexto vivido pelo mesmo, visto que a dinastia de Avis também inovou a história de Portugal, através do rompimento da linhagem tradicional real portuguesa.<sup>62</sup> Dessa forma, Fernão Lopes inovou e rompeu com alguns tradicionalismos na escrita, um dos exemplos mais importantes desse rompimento, é o interesse do cronista em narrar sobre a arraia-miúda, esse fator também tem relação com a origem camponesa de Fernão Lopes.

Apesar de escrever sobre os camponeses, observa-se que ainda existia o tradicionalismo no cronista, visto que muitas vezes, o povo é descrito como rebanho pacífico direcionado pela Igreja e massa quantitativa utilizado pelos fidalgos na guerra contra Castela. Essa questão será relatada de forma detalhada no tópico da *Representação da arraia-miúda* apresentado posteriormente nessa dissertação.

60 AMADO, Teresa. **Os pensamentos do cronista Fernão Lopes**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007, p. 137.

61 Ibidem, p. 136.

62 LIMA, Luiz Costa. **Sociedade e Discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986, pp. 21-34.

Enfim, Fernão Lopes inovou como escritor, utilizando da liberdade na escrita para descrever os acontecimentos, porém, ao ler as suas crônicas, é possível observar que o cronista ainda obedecia a muitas tradições da escrita, como por exemplo, a ênfase nos grandes feitos e nos grandes homens, mesmo esses não sendo protagonistas, o tempo todo em sua obra e, a influência da Igreja na sociedade. Apesar destes tradicionalismos, Fernão Lopes foi considerado um inovador para a sua época.

Conforme apresentado no capítulo de teoria sobre Norbert Elias, o indivíduo traz a marca de uma sociedade específica e a sua historicidade, além disso, a análise do comportamento individual só é possível através do entendimento da estrutura social, foi dessa forma, que Fernão Lopes escreveu sobre a nova estrutura proporcionada pela ascensão de uma nova dinastia em Portugal.

## **2.2- As representações da Crônica de D. João I**

Foram observadas seis possíveis representações na crônica escrita por Fernão Lopes, a decisão favorável por essas seis, parte do princípio da teoria do trabalho, mas especificamente, de Norbert Elias, onde indivíduo e sociedade se relacionam de forma interdependente, e com a *teoria do núcleo central*, visto que, a partir das investigações, tais representações apresentam de forma mais clara, os seus núcleos centrais. As representações analisadas também proporcionarão, um conhecimento aprofundado, no campo de conhecimento de seus cronistas e suas produções de discurso na literatura medieval. São elas: representação de D. João I, representação da Igreja, representação do casamento, representação do herói, representação do anti-herói e representação da arraia-miúda.

É importante destacar que a crônica chama atenção pela quantidade de detalhes descritos em diversas batalhas entre Portugal e Castela, os possíveis diálogos entre os inimigos, a narração das atitudes da aristocracia de Castela feita pelo cronista, os inúmeros protagonistas da narração e a presença da arraia-miúda, sendo todas essas ações narradas, de forma bem detalhista.

Basicamente, a crônica está toda voltada para a guerra entre Portugal e Castela, somente

nos momentos de trégua entre os dois reinos é que Fernão Lopes narrava sobre a vida pessoal do Rei, como por exemplo, o nascimento de seus filhos legítimos e ilegítimos, casamentos e outros. Fernão Lopes escreve duas partes da crônica, a segunda parte termina, no momento, em que Castela e Portugal assinam um tratado de paz. A terceira e última parte foi escrita por seu sucessor Gomes Eannes de Zurara.

### Representação de D. João I

No capítulo I da crônica, Fernão Lopes apresenta a sua metodologia e declara que escreve sobre a “verdade”. O cronista afirma que escreveu a verdade sobre D. João I, enfatizando, assim, uma justificativa *a priori* das atitudes do Rei que seriam narradas posteriormente na fonte, nesse caso, a “verdade” afirmada pelo cronista é usada como algo positivo em favor das ações do Mestre de Avis, visto que está sempre associada aos valores cristãos.

Nós certamente levando outro modo, posta a departe toda a affeição, que por azo das ditas razões haver podíamos, nosso desejo foi em esta obra escrever verdade, sem outra mistura, leixando nos bons aquecimentos todo fingido louvor, e mormente mostrar ao povo, quaesquer contrarias causas da guísa que avierem. E se o Senhor Deos a nós outrogasse o que a alguns escrevendo não negou, convem a saber: em suas obras clara certidão da verdade, sem duvida não somente mentir do que sabemos, mas ainda errando falso não queiramos dizer, como assi seja, que outra cousa não é de errar, salvo cuidar que é verdade aquello que é salvo, e nós enganados por ignorancia de velhas escripturas e desvairados authores, bem podíamos ditando errar; porém que escrevendo homem do que não é certo, ou contar mais curto que foi, ou falar a mais largo do que devemos, mentirá, e este costume é muito afastado de nossa vontade.<sup>63</sup>

Na verdade, essa justificativa do cronista no primeiro capítulo diz respeito aos capítulos subsequentes, onde D. João I, ainda com o título de Mestre de Avis, matou o Conde João Fernandes, amante da Rainha Leonor, sua cunhada, viúva de seu irmão, o Rei D. Fernando I. E para que a representação do governante que inaugurou a dinastia de Avis fosse positiva, Fernão Lopes já inicia com um peso argumentativo, declarando que toda a crônica é verdadeira, pois do ponto de vista do cronista, não seria bom iniciar a representação do Mestre de Avis como um

63 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. I, volume I, p. 17.



assassino, visto que diante da fidalguia e do clero português, ele era considerado um bastardo. Era o momento de inauguração de uma nova dinastia, por isso, foram utilizados tais argumentos para enaltecer o novo Rei de Portugal.

O Mestre, que mais tinha em vontade de o matar que de estar com elle em razões, tirou logo um cutello comprido e enviou-lhe um golpe à cabeça; porém, não foi a ferida tamanha que d'ella morrera se mais não houvera. Os outros todos, que estavam d'arredor, quando esto viram, lançaram logo a espadas fóra, para lhe dar, e elle, movendo para se acolher á camara da rainha, com aquella ferida, e Ruy Pereira, que era mais acerca, meteu entonce um estoque d'armas por elle, de que logo cahiu em terra morto. Os outros quizeram-lhe dar mais feridas, e o Mestre disse que estivessem quedos, e nenhum foi ousado de lhe mais dar.<sup>64</sup>

O cronista enfatiza que o Conde não morreu com o golpe do Mestre, e ainda aponta o caráter misericordioso deste, ao impedir que os outros continuassem com os golpes contra João Fernandes e ao pedir perdão à Rainha por ter matado o Conde nos aposentos dela. A morte do Conde foi por merecimento, uma justiça, o Mestre defendeu a honra do seu irmão, fez o que era certo, segundo Fernão Lopes. Nas narrações, D. João I foi escolhido para essa missão porque era corajoso, temente a Deus e um excelente cavaleiro.

A crônica foi construída numa sequência lógica de acontecimentos que indicavam o Mestre de Avis como a solução para Portugal. Após a morte do Conde João Fernandes, o autor da crônica apresenta as questões da invasão de Castela em Portugal e nesse caso, o Mestre era o corajoso que havia matado por honra e justiça, o amante da Rainha Leonor e que ajudaria na defesa do reino português.

Andando o povo assim alevantado, posto em trabalho de falar em tão grandes dúvidas, e, vendo no Mestre tanta auctoridade que pera os defender era pertencente, ardiam todos com cubiça de o vêr por senhor; e falando uns com os outros diziam: “Que estamos fazendo? Tomemos este homem por defender, ca sua discrição e fortaleza é tanta que bastará pera empaxar todos os perigos que nos avir podem.”

Entonce chegaram a elle, pedindo-lhe por mercê que os não quisesse desamparam, leixando a elles e ao reino todo, que com tanto trabalho fôra ganhado pelos reis d'onde elle vinha, em poder de castellãos; ca elles bem certos eram que el-rei de Castella era á pressa poderosamente, era por força de se assenhorear d'elle, se não tivesse quem o defender, e elles todos os postos em mesquinha e refece sujeição. E que porém lhe pediam por mercê que se não quisesse partir, mas que ficasse na cidade, ca elles o

64 Ibidem, cap. X, p. 43.

queriam tomar por senhor, que os regesse e mandasse em toda cousa.<sup>65</sup>

Os acontecimentos levaram o Mestre a se tornar Regente que, segundo Fernão Lopes, o povo o escolheu devido a sua virtude. É interessante observar a narração que diz que D. João I não tinha interesse no reino e que apenas obedeceu a vontade do povo, o autor da crônica o descreve como um homem virtuoso que fazia tudo pelo bem-estar do povo.

Não curando muito d'algumas razões que escriptas achamos em este logar, somente d'esta que razoada parece, diremos brevemente por nos espedir, a qual é que o Mestre, quando tomou cargo de regedor e defensor do reino, não embargando as razões que ouvistes, que lhe dissera Frei João da Barroca, sua tenção porém não foi de reinar, mas por tal que sua fama crescesse de bem em melhor: des-ahi doendo-se da terra, de hu era natural, e havendo amadosa piedade do commum povo que o tanto aficava, tomou tal cargo e não d'outra guisa, esperando que o infante D. João seu irmão houvesse azo por alguma maneira de ser livre da prisão e solto, e vindo ao reino o podesse cobrar e ser senhor d'elle, como alguns diziam, a qual cousa seria a elle grande honra e façanha muito de louvar, e que lhe todo o mundo teria a grão bem.<sup>66</sup>

Essa citação demonstra como a relação indivíduo e sociedade estão interligadas. Segundo, Fernão Lopes, o Mestre não queria ser regente, porém, nesse caso, o desejo do coletivo o levou a aceitar tal cargo. De fato, o cronista enfatiza muito a aceitação de D. João I pela sociedade portuguesa, demonstrando que o período que Fernão Lopes escreveu a crônica, foi baseado na autoafirmação do filho bastardo do Rei D. Pedro na conjuntura da Revolução de Avis.

O autor da crônica também relata D. João I, enquanto Regente, como um estrategista de guerra, visto que buscou aliados para a guerra contra Castela, como por exemplo, o apoio da Inglaterra e os empréstimos realizados por fidalgos portugueses e judeus para custear a batalha, em troca receberiam terras e benefícios do Regente, caso, Portugal ganhasse a guerra, por essa razão, também o apoiaram para o cargo de Rei em Portugal.

Entendendo todos que lhe convinha por serem livres de tal sujeição de acorrer a tamanha necessidade como esta, ordenaram de dar ajuda, e fazer serviço ao Mestre d'alguns dinheiros, e prometeu-lhe a cidade cem mil libras em serviço, que eram mil

65 Ibidem, cap. X XI, pp. 70 e 71.

66 Ibidem, cap. X XIX, p. 91.

dobras, e que pagavam os mouros e os judeus moradores em ella, as quaes lhe foram pagadas em dinheiros meudos e moeda branca e em prata. Moeda branca chamavam entonce graves e barbudas e pilartes. E estes dinheiros tiravam á pressa certas pessoas pelas freguezias e era mandado que qualquer que levasse moeda da cidade para fora que a perdesse toda, e ouvesse o quinto o que a tomasse, e filhavam-na a alguns que a levavam escondidamente e entregavam-na ao Mestre. Além d'esto pediu o Mestre a algumas pessoas da cidade e de seu termo que entendeu que o podiam fazer, certos dinheiros emprestados, e todos lhe offereceram de boa vontade qualquer cousa com que o ajudar podiam.

E a communa dos judeus afora o que lhe pagaram no serviço lhe emprestaram setenta marcos de prata. E emprestou-lhes mais a clerezia em cruces e calices e outros labores aquella prata que escusar podiam. Em guiza que a igreja cathedral da Sé com vinte egrejas que ha na cidade lhe prefizeram duzentos e oitenta e sete e as outras egrejas segundo que a cada um tinha escuzada.<sup>67</sup>

Essa situação demonstra a adesão da sociedade em favor do Mestre e o seu poder de convencimento e o de criar alianças. Ele também ajudou portugueses que tinham dívidas com Castela, os libertando de seus devedores, ganhando assim, a admiração e o respeito da maioria da sociedade portuguesa.

Como toda representação de uma pessoa importante, o Regente tem um leal conselheiro ao seu lado, chamado Nuno Álvares, o cronista narrou informações de aconselhamento de D. João I com ele. De acordo com a crônica, Nuno Álvares possui um diferencial importante para a ascensão da dinastia de Avis em Portugal.

O Mestre não curou dos que o contradiziam, e faltou isso com Nuno Álvares, e encommendou-lhe tal negócio com todas as boas razões de esforço e encommenda, que se em tal feito cumpria dizer. E elle sem nenhuma cobiça de honra nem de ganho, mas somente por serviço de seu senhor, e defensor da terra, d'onde era natural, recebeu sua encommenda, que, se em tal feito compria dizer.

E elle sem nenhuma cobiça de honra nem de ganho, mas somente por serviço de seu senhor, e defensão da terra, d'onde era natural, recebeu sua encommenda e mandado como aquelle que com limpa vontade tinha desejo em toda cousa que lhe á mão viesse de o servir. Então foi sabido a todos como Nuno Álvares havia de ir por fronteiro d'entre Tejo e Odeana, e elle trabalhou-se de levar comsigo até quarenta escudeiros bons, dos bons que na cidade havia por segurança do Mestre, como alguns escrevem, mas por que se cumprisse seu talante, que foi de haver em sua companhia homens que o fossem por nome e obra; (...).<sup>68</sup>

67 Ibidem, cap. X LIX, pp. 146 e 147.

68 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. LXXXVIII, volume II, p. 50.

Essa passagem narra a atitude de obediência de Nuno Álvares ao Mestre, quando esse foi para a fronteira da comarca entre Tejo e Odiana, para defender aquela região e armar estratégias com os homens da comarca contra a invasão de Castela. Nuno Álvares foi protagonista da crônica em diversos capítulos, este era sempre enfatizado por Fernão Lopes, devido a sua força militar e sua lealdade ao Mestre. Como todo governante, era preciso ter um leal escudeiro, como braço direito, no caso de João, o Mestre de Avis, o seu escudeiro foi Nuno Álvares. Autoridades reais são sempre representadas com pessoas leais ao seu lado, onde estes escutam e executam muitos de seus conselhos, já no caso de Nuno Álvares, ele além de ser um conselheiro, foi um grande militar e peça importante para a revolução. Além disso, o cronista faz uma comparação com a cronologia da bíblia, no início do reinado de D. João I, e consegue inserir nessa contagem, o Rei. Fernão Lopes a chama de “sétima idade”, onde iniciou-se o tempo do Mestre na história de Portugal.

Segundo o nosso fallamento, por dar fim ao que começamos, em este passo deveis notar que os que escreveram as deferenças do tempo, assim como Eusebio, de temporibus, e Beda e outros alguns assignaram nomeando seis idades. A primeira de Adão até Noé, que passaram mil e seiscentos e cincoenta e dois annos, na qual se contiveram dez gerações, e perdeu-se toda por dilúvio. E a segunda foi de Noé até Abrahão, cujo espaço foi duzentos e noventa e seis annos, na qual se contiveram dez gerações. A terceira de Abrahão até David, em que foram quatorze gerações, e durou novecentos e quarenta annos. A guerra desde David até o trespassamento da Babylonia, em que houve outras quatorze gerações, e durou tres mil setenta e tres annos. A quinta desde David até a vinda do Salvador, que conteve em si quatorze gerações, e foram os annos d'ella quinhentos e noventa e nove. A sexta, em que ora andamos, que ha quatrocentos e quarenta e tres que dura não tendo certidão por annos na conta de gerações, mas cuidam alguns que terá fim, quando se acabar os segres, a qual dizem passados por esta guisa cinco mil duzentos e noventa e sete. E assim ficam pera se acabar o mundo setecentos e tres annos. Assim que d'outra edade d'esta presente vida nenhum se entremeteu de falar, salvo quando alguns disseram que assim como Deus criara o mundo por espaço de seis dias e no setimo folgara, que assim a folgança das espirituaes almas que no Paraiso haveriam, seriam a setima edade. (...)

Assim que esta edade, que dissemos, que se começou no feito do Mestre, a qual pera era de Cesar porque esta chronica é compilada, ha agora setenta annos, que dura e durará até o fim dos segres, ou quanto Deus quiser, que todos creou.<sup>69</sup>

É utilizado mais de uma vez na crônica, comparações com personagens importantes da

69 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. CLXIII, volume III, pp. 112, 113 e 114.

bíblia, dessa forma, observa-se um empenho do autor em realizar analogias que causassem um certo impacto para o leitor, a ponto de quem lesse a crônica, acreditasse que o Rei era dotado de inúmeras virtudes. Com essa comparação, Fernão Lopes inicia o período da revolução, o reinado e a ascensão da dinastia de Avis. Quando o Mestre tornou-se Rei, o cronista traçou de forma mais detalhada, o perfil militar de D. João I, nesse caso, a crônica narra com detalhes, a atuação do governante nas cidades portuguesas invadidas por Castela e a sua participação ativa na guerra.

E el-rei chegou mui á pressa com os seus, e começaram de entrar na villa, e quando el-rei entrou deitaram da torre, de cima da porta, uma grande pedra, que veio dar junto com elle.

Os de Lopo Gomes que pouzavam pela villa, de que muitos ainda jaziam nas camas, quando ouviram aquelle arruido e viram consigo tantos hospedes não rogados, com som de trombetas começaram de se volver e pôr em armas, trabalhando-se de os receber de má guisa, defendendo as ruas, mui rijamente escudados e armados, e bradando todos:

“-Castella, Castella, não é nada”.

Mas seu appellar e defensão lhes prestou pouco, ca os fecheiros e as outras gentes os fizeram logo retirar atraz, e d'elles matando e outros prendendo, acolheram-se pelos muros ás torres, e d'alli defendiam o melhor que podiam.<sup>70</sup>

A dinastia de Avis também inaugurou uma nova geração de guerreiros e cavaleiros e, que mesmo com as vitórias de Portugal nas guerras, o Rei era representado como um homem cheio de compaixão com os seus inimigos. E foi assim até o final da crônica, quando Portugal e Castela entraram num acordo de paz, D. João I foi narrado sempre com ênfase na sua atuação nas batalhas, os seus acordos políticos. Nos períodos de trégua com Castela, Fernão Lopes se dedicava em descrever a biografia e a vida familiar do Rei, assim, a crônica tem por objetivo maior, narrar as decisões políticas e militares do período da guerra com Castela. Tal disputa, passa por várias etapas da vida de D. João I, no primeiro momento, ele era Mestre, em seguida, Regente e por último, o Rei de Portugal.

70 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. XVII, volume IV, pp. 64 e 65.

## Representação da Igreja

A Igreja exercia um importante papel na Idade Média, pois possuía o monopólio da cultura letrada e influenciava nas decisões da sociedade, porém no final do período medieval, a Igreja começou a perder o domínio das letras para as ciências, visto que muitos laicos procuravam respostas que não encontravam nos sermões cristãos. Francis Rapp em seu livro *La Iglesia y la vida religiosa em Occidente – a fines de la Edad Media* descreve como gradativamente, o clero foi perdendo o monopólio intelectual para a ciência experimental.

Em realidade, Tomás de Aquino era uma figura aislada em su época y bastante antes de 1300 la oportunidad, más aún, la posibilidad de una construcción que hermanase los dominios de la fe y de la razón era discutida. Cuando se abrió el período que nos corresponde estudiar, los filósofos y los teólogos no descubrieram solamente elementos positivos em el patrimonio que habían recibido: hallaban también motivos de duda y de crítica.<sup>71</sup>

Apesar disso, muitos sermões ainda influenciavam, de maneira significativa, na vida e na atitude das pessoas. A crônica escrita por Fernão Lopes narra a ação da Igreja diante de diversas situações e apresenta a sua estratégia para continuar sendo uma das instituições mais poderosas na Idade Média, um exemplo disso foi o sermão do Mestre Rodrigo de Cintra, após uma vitória de Portugal contra Castela.

Chegando todos aquelle mosteiro. Depois que fizeram sua devota procissão, começam de pregar um notavel e grande pregador, mui letrado e theologo, chamado por nome mestre Rodrigo de Cintra, da Ordem de S. Francisco, o qual fez uma solemne e comprida pregação, abastadamente de textos da Santa Escripura, que seu propósito saberdomente trouve, do qual se mais dizer não pode, senão o modo que em ella levou, segundo muito em breve alguns leixaram escripto, e foi d'aquesta guisa.

Elle tomou por thema em começo de seu sermão: “- Misericordiam fecit nobiscum.” Tornando a dizer por linguagem: “Gram misericordia fez Deus comnosco”.

(...)

Contou da cidade de Jerusalém como fora cercada por Senacherib, rei da Syria, sendo entonce Ezechias rei d'ella, e como tendo-a assim cercada, querendo-se Deus amercear

71 RAPP, Francis. **La Iglesia y la vida religiosa em Occidente – a fines de la Edad Media**. Barcelona: Editorial Labor, S. A. 1973, p. 68.

d'ella, ferira o anjo de Deus uma morte ao arraial, e matara cento e oitenta e cinco mil d'elles, e fugira el-rei somente com dez homens com grão temor e espanto que houve.

(...)

“ - Oh! Cidade de Lisboa, ouvida é tua oração, e porque te amei, quero te livrar, havendo de ti grão dó, e a astúcia e mão forte e tua fiuza d'aqui em dó, e a astúcia e mão forte e tua fiuza d'aqui em diante em mim será, mas por quanto aquelle grão rei de Castella era enduredo em seu coração, a não descercar esta cidade, por cousa que havir podesse, até que a por fome ou força d'armas podesse tomar, não quis Deus com elle ter outro jeito por mostrar seu grande poderio, salvo aquelle que teve com el-rei de Pharaó, a que mandou por muitas vezes, que leixasse ir santificar a seu povo ao deserto, que pero o percudisse com grandes e estranhas pragas, nunca o quis leixar de todo, até que o Deus tangeu a decima praga, matando-lhe todos os primogenitos filhos, desde o filho do maior senhor do Egypto até o filho da mais pequena serva, que havia entre elles, e dos filhos de Israel nenhum entonce morria.

“ - Assim o Senhor Deus começou de tanger, de pestelança el rei de Castella, ante que esta cidade chegasse, que era signal e amoestamento que lhe não prazia de vir a ella, e elle por isso não leixou morrer alguns dos seus, assim da gente de bom estado como d'outros de pequena condição.<sup>72</sup>

Interessante observar a estratégia da Igreja para arrebanhar fiéis a uma devoção e obediência, o sermão do Mestre Rodrigo de Cintra foi construído de modo que todos acreditassem que Portugal foi escolhido por Deus, no primeiro momento da pregação, o clérigo cita passagens da bíblia, onde o povo de Israel necessitava de auxílio divino e como Deus os ajudou, em seguida, compara a cidade de Lisboa com Israel e Castela com Egito, depois, ele encerra o discurso, com a vitória de Lisboa sobre Castela, enquanto todos que estavam ouvindo, choravam e agradeciam. Dessa forma, a vitória dada por Deus, só seria oferecida se os fiéis acreditassem e obedecessem a Deus, nesse caso, Deus se manifestava através da Igreja, assim todos deveriam ser orientados por essa instituição. Esses sermões demonstram estratégias para o povo se tornar pacífico e obediente, pois se fundamentavam na bíblia, algo inquestionável para a época. Na crônica observa-se também que em toda vitória de Portugal contra os seus adversários, é realizada uma missa ou um sermão em ação de graças a Deus. Essa situação comprova uma total dependência da sociedade pela Igreja, sejam nobres ou não nobres.

72 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. CLI, volume III, pp. 66 a 70.

(...). Oh! Que maravilha tão grande, oh! Que juízo mui alto Deus que aquelle que com infinita multidão de hoste cuidou de gastar a terra e tomar o reino que seu não era, fugiu assim d'elle deshonradamente que mais á pressa ser não podia. E os portuguezes cobraram de seus inimigos tão honrosa fama e boa nomeada que a mui longa velhice não tirara já nunca da memoria, assim que esguardadas todas estas cousas com são e limpo entendimento, achareis que todas obrou Nosso Senhor Deus, e são maravilha ante os nossos olhos; e porém eu posso bem dizer a vós, concelho da cidade de Lisboa e reino de Portugal, que graças e louvores possas dar ao teu Deus, por taes maravilhas e benefícios como este, que por muitas que fossem e em ellas multiplicasses, não parecesses ser ingrato.

Certamente não somos bastantes pera ello por a multidão de nossos pecados, e pois quem lh'as dará por nós? Se os humanaes louvores d'esto não são abastantes, dem lh'as os seus santos, louvem-no os seus amigos e sejam da ordem dos poderios, a quem esto mais pertence, dizendo em nome de nós todos: Oh! Christo Jesus, imagem de Deus Padre poderoso em virtude e forte nas batalhas, mitas graças e louvores te damos que por a tua infinita piedade quisesse olhar pelos portuguezes o dia de tão grão trabalho, por lhe dar honrada vencimento, contra a sanha dos seus crueis inimigos. A tua majestade, humildosamente pedimos que esta tua devota cidade e o outro reino seu ajudador, hajas sempre em tua encommenda e guarda, sendo seu capitão e sua fortaleza, por cuja parte orando digamos aquelle que temos em costume: gloria e louvor, benção e poderio, grandeza e exalçamento receba o cordeiro sem magoa, de toda língua e nação das gentes, agora e sem fim pera todo sempre. Amém.

Ouvida esta pregação com muitas lagrimas e soluços, disseram missa solemnemente e puzeram as bandeiras em cordas atravessadas em meio da egreja.<sup>73</sup>

Essa citação se refere a uma parte do discurso do Frei Pedro, após a vitória de Portugal em Aljubarrota. Percebe-se mais uma vez, as analogias de Portugal com Israel e no final do sermão, é notório a emoção de todos. A Igreja sempre exerceu essa estratégia de extrair emoção de seus fiéis, visto que já é sabido que o sermão religioso tinha resultado direto na vida das pessoas, independente de seus cargos ou títulos, foi o que aconteceu com o Condestável Nuno Álvares, em uma das batalhas de Portugal contra Castela, no auge do combate, ele se retirou para orar a Deus.

Em esto chegou o conde e achou alguns bem fora de esforço, e d'elles assentados, de que lhe muito pezou, e feze-os levantar e correger em sua batalha como haviam de estar, e andando os esforçando d'uma parte a outra com suas boas razões, foi achado menos e não pareceu ante elles. Mas quem poderá por este passo lêr, que não se espante de tal apartamento? Que não faça detença sobre esta historia a sizo de todo o homem razoado? Qual foi o principe nos tempos passados de que se conte semelhante obra? Ou capitão de que tal cousa faça escripto? Leixar o negócio da peleja na força de seu mor trabalho e aparatar-se dos seus a orar sem lhe antes dizer alguma coisa? Aiada se lhe ante dissera - "Sofrei-vos um pouco, cá quero ir orar", cobraram esforço em seus corações e grande fouteza pera pelejarem, mas sendo alli achado menos e não sabendo que fazer, eram em

73 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. XLVIII, volume IV, pp. 199 e 200.



tanto servidos avondo de lanças e dardos e muitos virotões, de guisa que havia hi muitos feridos assaz e mortos alguns em a az onde estavam, e não ouzando abalar por diante sem mandado de seu capitão, disseram que o buscassem á pressa por entre a gente, que lhes viesse mandar que fariam, não morressem assim estando quedos.

(...)

E elle afastando-se afora esteve quedo, e por esta guisa veiu a elle Gonçalo Annes de Castello de Vide, aquelle bom cavalleiro que já nomeamos, pedindo-lhe por mercê que leixasse o rezar por entonces e fizesse andar a bandeira, porque das gentes eram mal feridos e mortos e não podiam aquello mais sofrer, e elle a esto não respondeu nada, nem fez por seu dito nenhuma mudança, mas estava quedo em grão assocego, como se estivesse falando com Deus.<sup>74</sup>

Observa-se a influência do cristianismo em toda a sociedade portuguesa, que vai da arraia-miúda até o mais alto nobre português, no caso do Condestável, essa atitude o coloca como além de um homem valente, um homem fiel a Deus e cheio de virtude, pelo menos, essa é a intenção que o autor pretende transmitir em sua crônica. Diante dos fatos apresentados na fonte, a Igreja ainda dita muitas regras na vida e nas ações das pessoas, essa atuação se intensificou no período de guerra entre Portugal e Castela, a obediência à instituição, valeria como garantia de vitória em batalhas, pois obedecendo à Igreja, automaticamente obedeceria a Deus. Assim, de acordo com a tese de doutorado de Marcelo Santiago Berriel<sup>75</sup>, essa influência da Igreja na sacralidade do Rei e na vida dos fiéis tinha íntima ligação com o discurso dos frades franciscanos, visto que na crônica escrita por Fernão Lopes, existia uma valorização dos franciscanos e os mesmos lutavam em favor do Mestre de Avis, os franciscanos legitimavam a autoridade do Rei. Dessa forma, os frades franciscanos, na crônica representavam o discurso da Igreja e estão em harmonia com a vontade de Deus. “Fernão Lopes utiliza-se da autoridade espiritual dos franciscanos para dizer, com base nas Escrituras, o que ele tenta imputar em sua narrativa: a ideia de que D. João é escolhido por Deus e deve reger Portugal, o no “povo eleito” a serviço do Criador”<sup>76</sup>. Os frades franciscanos representando a Igreja também possuem um papel harmonizador no contexto da guerra entre Portugal e Castela.

Bondosos e justos, como faz crer o cronista, os franciscanos estão em perfeita harmonia com as intenções de D. João I, também bondosas e justas. Por isso, são escolhidos para

74 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. LVII, volume V, pp. 13, 14 e 15.

75 BERRIEL, Marcelo S. **Cristão e Súdito: representação social franciscana e poder régio em Portugal (1383 – 1450)**. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. 2007.

76 Ibidem, p. 151.

soltar os prisioneiros castelhanos em território português. São investidos de amplo poder para este encargo<sup>77</sup>.

Esse fator também serviu como estratégia de arrebanhamento e submissão dos fiéis a Igreja, visto que os frades franciscanos serviram para harmonizar em um período conturbado de guerra. Outros procedimentos dessa estratégia da Igreja, eram os discursos dos sermões e das missas, que estavam impregnados de analogias de personagens bíblicos, permitindo comparações de personagens ditos santos pelos fiéis, com Portugal, tornando, também, uma sociedade escolhida e abençoada por Deus, assim como Israel.

### Representação do casamento

Os casamentos dos nobres medievais estão repletos de propósitos e alianças que favoreciam o reinado e a fidalguia, prevalecendo, assim, os interesses de duas famílias em prol de uma determinada sociedade, entrando, dessa forma, em acordo matrimonial entre as famílias da fidalguia. Analisando a crônica escrita por Fernão Lopes, é possível observar essa representação do casamento também em Portugal, já no volume I da crônica, o Mestre de Avis e sua cunhada, a Rainha Leonor, planejam um acordo, a respeito do casamento.

E falando sobre esto perlongados sermões, vieram alguns a cuidar que por esquivarem similhante damno qual aviera ao reino no tempo d'el-rei D. Fernando, com guerras; des-ahi, por esta cousa ser melhor e mais proveitosamente feito, que era bem que o Mestre cazasse com a rainha D. Leonor, dizendo que ella havia d'haver o regimento do reino por certos annos, segundo nos tratos era conteudo, e que em tanto poderia ser que haveria el-rei de Castella filho da rainha D. Beatriz, o qual havia de ser trazido ao reino e creado em elle, como nas avenças fôra outorgado; e que elle com a rainha seria regedor todo aquelle tempo, e quando viesse aquella sezão que elle houvesse de reinar que ficaria o Mestre governador d'el-rei e o mor do reino e de seu conselho; e d'esta guisa seria a terra em assossego e paz, e elles seguros da parte da rainha, pela união que alevantaram contra ella; e que o papa, vendo quanto bem se de tal cousa seguia, que ligeiramente dispensaria com elles que podessem ambos casar.<sup>78</sup>

77 Ibidem, p. 152.

78 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. XXVI, volume I, pp. 81 e 82.

Assim foi sugerido um acordo matrimonial com sua cunhada, a Rainha Leonor, para que o Mestre viesse a reger Portugal, todavia, o matrimônio entre ambos não foi realizado, na verdade foi uma estratégia política para beneficiar D. João I e evitar assim, a invasão de Castela em Portugal. Dessa forma, os casamentos entre nobres na Idade Média davam-se através de estratégias políticas e econômicas, em Portugal não seria diferente de outros lugares, homem e mulher poderiam odiar-se, porém o benefício adquirido seria maior que qualquer aversão entre ambas as partes. Seguindo essa regra, foi realizado o casamento de Nuno Álvares, o Condestável, amigo do Rei e maior estrategista militar na revolução de Avis.

Esta dona era filha d'algo e comprida de toda a bondade, rica assaz de bem d'este mundo, assim de moveis como de raiz.

O priol, sabendo parte de sua fama e riqueza, mandou-lhe commetter casamento para Nuno Álvares, seu filho, e quando João Fernandes, commendador de Flor da Rosa, lhe foi commetter este casamento por parte do priol, a dona deu em resposta que o fizessem saber a el-rei, e do que a sua mercê mandasse que ella lhe não sahiria do mandado. Tornou João Fernandes com este recado, e o priol feze-o saber a el-rei, pedindo-lhe por mercê que pozesse em ello mão, e a el-rei prouve d'ello, e mandou-a chamar por sua carta.

E em esta sezão que o priol esto tratava, era Nuno Álvares em sua casa, sem d'esto saber nenhuma parte, e um dia chamou seu filho, sem estando hi outrem, e dise-lhe em esta guisa:

- “Nuno, pero tu sejas moço e de nova idade, parece-me que é bem e serviço de Deus e tua honra que tu hajas de casar; e por que Entre Douro e Minho ha uma mui nobre dona, manceba e de grande bondade, meu desejo é que, se a Deus aprouvesse, de tu casares com ella, e porende quero de tí saber que é o que te d'ello parece”.

E não lhe disse mais. Nuno Álvares, além de ser mesurado de sua natueza, era muito mais a seu padre, e muito mandado e obediente, e quando lhe tal razão ouviu dizer, ficou um pouco torvado, a uma por vergonha que seu padre havia, a outra por lhe falar em feito de casamento, do que sua vontade andava muito affastado: que elle em esta sezão, que era de pequena idade, todo seu cuidado não era salvo trazer-se bem si e aos seus, e desahi cavalgar a monte e caça, não entendendo d'amor de nenhuma mulher, nem tão somente lhe vinha por maginação.<sup>79</sup>

Os jovens nobres quando atingiam uma certa idade eram oferecidos em casamento, através dos acordos políticos de seus pais e para os filhos, só lhe sobravam obedecer, visto que os mais velhos são mais sábios e sempre sabiam o que faziam por seus jovens, a questão como, o

79 Ibidem, cap. XXXV, pp. 106 e 107.

amor ao parceiro, não era contestado, a obediência dos filhos era uma virtude. Como casamentos arranjados eram naturais na época, assim que o Mestre de Avis assumiu o reino, os nobres o fizeram prometer sobre uma boa escolha para o seu futuro casamento, visto que o matrimônio de seu irmão, com a Rainha Leonor, havia causado muita tristeza para Portugal, de acordo com a narração de Fernão Lopes na fonte.

E outrosim disseram, que por quanto as cousas que a todos os povos pertencem, e de que todos sentem carrego e cuidado, devem ser chamados a ello pera com seu accordo e conselho se fazerem, e elles d'esto foram privados por el-rei D. Fernando, seu irmão, fazendo as cousas que pertenciam ao estado do reino como lhe aprazia, de que se seguiram muitos males, como era notório a todos, que lhe pediam por mercê que não fizesse paz nem guerra sem seu accordo, nem tomasse casamento.

“A guerra e paz, disse el-rei, que a faria aquella que começada tinha por honra e defensão do reino, que não entendia de começar outra sem accordo e conselho d'elles, e quando era em effeito de seu casamento, que pois que os casamentos haviam de ser livres, e os reis que elle não se obrigava a prometer tal cousa, pero seu talento era de o fazer, quando a Deus provesses de o prover d'ello isso mesmo”.

Dos geraes casamentos se agravaram muito os povos, dizendo que el-rei D. Fernando e a rainha sua mulher, por cartas de rogo faziam casar contra suas vontades assim mulheres viúvas, como outras que estavam em poder de seus padres e parentes, não sendo esses com quem casavam pertencentes pera ellas, e se casar não queriam, mandavam-na'as chamar e traziamn'as a por si quatro ou cinco mezes, despendendo o que haviam, e o peor d'esto que alguns em breve tempo gastavam o que ellas tinham em maus uzos e costumes, deitando-as em grandes minguas e proveza, a qual cousa era contra consciência e serviço de Deus, e contra a lei porque os casamentos hão-de ser feitos, e que pediam por mercê que taes cartas e casamentos não quisesse fazer.

A esto respondeu el-rei que não entendia fazer casar ninguém contra sua vontade, e posto que cartas de rogo passasse sobre taes cousas, que cada um fizesse o que entendesse por seu proveito, ca elle não entendia de lhe fazer força nem desaguizado por ello, e que cada um respondesse ousadamente, e não curasse de taes cartas.<sup>80</sup>

Conforme escrito na crônica, o Rei D. João I afirmou que ele seria livre para escolher a sua esposa e que a mesma também não seria obrigada, a casar-se contra a sua vontade. Nota-se nessa fala do Rei, um desejo de ruptura com os casamentos tradicionais medievais, apesar de na prática ter acontecido de forma diferente com o Rei, todavia, observa-se que já estava ocorrendo, de forma gradativa, uma pequena mudança na mentalidade do homem medieval.

80 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. I, volume IV, pp. 14 e 15.

Apesar de ter feito essa promessa, o casamento do Rei também foi uma estratégia política que visava uma aliança entre Portugal e Inglaterra. O Duque de Lencastre, filho de Eduardo III, da Inglaterra, casou-se pela segunda vez com a filha do Rei Pedro I de Castela, a princesa Constança, com isso, o Duque acabou participando da luta Ibérica, ficando, dessa forma, ao lado do Mestre de Avis, na guerra pelo trono e para testificar o acordo, prometeu sua filha mais velha, D. Filipa, para D. João I.

Ora aqui dizem alguns que logo n'esta embaixada foi fallado sobre o casamento d'el-rei com uma das infantas, filha do duque, mas quando quer que fosse movido el-rei teve conselho sobre ello, no qual lhe muitos aconselharam que casasse com D. Cathelina, neta d'el-rei D. Pedro, dizendo que por alli lhe podia vir azo de herdar depois o reino de Castella.

Outros diziam com a infante D. Filippa, e a conclusão de todos foi que elle, a quem esto mais pertencia, escolhesse qual sua mercê fosse.

El rei disse que pois a escolha havia de ficar n'elle, como era de razão, que sua vontade não se outorgava casar com a infante D. Cathelina, porque lhe parecia casamento d'arruido, e mistura de nunca perder guerra quem com ella casasse, por azo de herança que sua madre entendia de haver no reino de Castella. D'outra guisa deixando-a de fazer quem a houvesse por mulher, que lh'o contariam por mingoa, e seria por ella sempre prasmado e que pois a Deus graças elle estava com victoria de seus inimigos que lhe não entendia mover mais guerra, salvo por cobrar o que lhe tomado tinham, até que lhe dessem paz, e entonce viver assocegado governando seu reino em direito e justiça.

E ainda dizia el-rei que esto era muito melhor pera o duque, porque andando elles em guerra, poderia ser que falleceria a el-rei de Castella sua mulher, e casaria com esta infante, ou casaria com ella seu filho, que esperava de herdar o reino, e esto lhe vinha muito bem á mão pera cessar tal contenda com honra de um e outro, o que a elle avir não podia; e assim ficou determinado, prazendo a Deus, de casar com a Infante D. Filippa.<sup>81</sup>

A leitura da crônica, oferece margem a uma interpretação, onde D. João I, escolheu livremente o seu casamento, mas no final do capítulo, percebe-se o verdadeiro interesse que estava por trás desse casamento, quando D. João deixa claro que o melhor seria que ele se casasse com D. Filipa, ao invés, do Rei de Castela casar-se com a mãe de D. Filipa, caso o Duque de Lencastre viesse a falecer em alguma guerra.

81 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. XCI, volume VI, p. 113.

As lianças e convenças, que el-rei e o duque alli trataram, contam alguns por desvairados modos, mas a verdade, que errar não pode, nos certifica que foram d'esta guisa:

El-rei, e o duque com os prelados e barões de sua falla, havendo sobre esto maduro conselho, ordenaram entre si que por bem e honra de suas pessoas, e estados de seus reinos, fossem ambos e seus successores, e povos a elles sujeitos, boas e leaes amigos, sem malicia nem engano, e que esta liança e amizade fosse junta e unida, de guisa que se ajudassem um ao outro, e isso mesmo seus herdeiros, contra quaesquer pessoas que conquistar quisessem seus reinos, ou parte d'elles, tão cedo e trigosamente como cada um bem fazer podesse; e que el-rei de Portugal em esta conquista, porque o duque era vindo, fosse teudo de o ajudar, fazendo guerra claramente contra o tedor dos reinos de Castella, e que a tivesse assim aberta contra elle e os tentes sua voz, e não cessando per nenhuma guisa, nem fazendo com elle paz nem tregua, e que esto se entendesse emquanto o duque, ou seus successores estivessem em esta terra por fazer tal conquista e cumpril-a, e que por esta guisa o dito senhor duque e seus herdeiros fizessem contra quaesquer os reinos de Portugal ao dito rei D. João os seus descendentes, tendo guerra aberta por sua parte, no modo dito é.

(...)

E pera mais abastança de liança de amizade e segurança d'essas cousas, ordenaram então e prometteram que o duque desse sua filha, a infanta D. Filippa, el rei de Portugal por mulher, e que el-rei a recebesse, havida primeiro dispensação pera que tal casamento fosse valioso, e que esta D. Filippa jurasse de receber a el-rei de Portugal por marido, havida primeiro aquella dispensação, e por bem e razão d'este matrimonio, e ajuda que d'el-rei de Portugal havia de haver á sua custa, ordenou o duque e sua mulher por si e por seus successores, por aquelle titulo de rei e de rainha que traziam que elles dessem e entregassem a el-rei de Portugal pera sempre, pera a coroa de seus reinos, uma parte de Castella e de Leão, por villas e logares nomeados d'esta guisa.<sup>82</sup>

Essa citação é uma demonstração clara de que os casamentos medievais eram baseados em alianças políticas que favoreciam ambos os lados. Mesmo D. João I tendo feito um juramento diante dos fidalgos que ele não seria influenciado na escolha do seu casamento, porém, o Rei não resistiu a pressão do jogo político que envolvia o casamento. Até as donzelas do reino se casavam para agradar uma determinada regra política e econômica e, no caso dessas moças, o próprio Rei que indicava os seus casamentos, assim muitas se casavam para cumprir uma tradição e não por escolha ou sentimento.

As cortes acabadas pera supportar a guerra, e partidos já alguns que depois d'esto eram escusados, el-rei com bom desejo e cuidado das mulheres de sua casa, assim de as guardar de sua queda, em que muitas sem empacho por seu mau sizo vem a cabir, como de crescentar em ellas, posto que pouco tempo houvesse que em casa da rainha

82 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. XCIII, volume V, pp. 116 a 118.

andassem, cuidou de casar algumas d'ellas que lhe pera esto pareceram pertencentes, assim como Betingueira Pereira, e Beatriz Pereira e outras donas, e como era d'alta discricao e entendimento, bem cuidou que escusado era fallar a ellas de quem se contentariam pera lhes dar por maridos, sabendo que sem resguardo em similhante feito escolhiam as vezes pera si o contrario d'aquelle que é sua honra e proveito, a que se já outorgadas tem, e porém elle que lhe bem conhecia os padres e madres, pensou pera cada uma o marido igual a ella, e o que elle determinou de lhe dar, assim como pera Beatriz Pereira, Martins Vasques de Rezende, e assim pera as outras, e tendo-as assim casadas na vontade, trazendo já esto em cuidado, sem o dizendo a nenhum, feze-o saber um dia a todas por estas palavras:

- “Manda vos el-rei dizer que vos façaes prestes pera desposar de manhã;” - sem mais dizendo com quem, ca não era d'ello sabedor o que tal recado levava.

(...)

Em outro dia levou el-rei consigo os noivos á camara da rainha, e alli disse a cada um aquella que recebesse, a cujo mandado não houve contradição, posto que não acertasse mais de uma a casar com quem tinha em sua vontade; as outras, pero o calassem, bem deram depois a entender que de tal feito não eram contentes.

El-rei sabendo d'esto parte, disse que elle lhes dera maridos assaz convinhaveis pera ellas, de que seriam bem casadas e honradas, e com quem lhe faria muitas mercês, mas que pois assim era, que elle jurava e promettia que nunca mais d'alli em diante a nenhuma, por edade que houvesse, lhe ordenasse nenhum casamento, salvo se o ella ou seus parentes primeiro pedissem muito por mercê.

Estas foram as primeiras donzellas que el-rei D. João casou, e deu a cada uma em casamento, afora os apostamentos que houveram pera sua boda, cincoenta mil libras, que eram mil dobras cruzadas, valendo então a dobras cincoenta libras.<sup>83</sup>

Segundo o cronista, o Rei sempre sabia o que era melhor para as moças que viviam em seu reino, dessa forma, foram articulados vários casamentos com o objetivo de alianças que visavam vantagens entre os nobres. Já no final da crônica, uma das últimas referências sobre a questão do casamento, foram sobre os filhos de D. João I, D. Affonso, seu filho legítimo, com a filha de Nuno Álvares e a D. Beatriz, sua filha bastarda, filha de Inês Pires, com o Conde inglês de Arandel.

(...); e elle lhe tinha em grande mercê receber d'elle tão boa resposta, e assim se foi espaçando por tempo até esta sazão, em que estando o Condestabre com el-rei em Leiria, e tendo isso mesmo el-rei aquelle seu natural filho chamado D. Affonso, que houvera ante que casasse, vomo contamos dos filhos que houve, tratou-se casamento, e firmou,

83 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. CXXXIX, volume VI, pp. 55 e 56.

d'este D. Affonso, filho d'el rei, com a filha do Condestabre, e de que o Conde foi mui ledado, e deu-lhe com ella em casamento o condado de Barcellos com terra de Penafiel e de Basto, e Montalegre com terra de Barroso, e Chaves e Guimarães, e Baltar, e o Arco de Boulhe, e certas quintas que o Conde havia entre Douro e Minho, e com outras rendas; e pediu a el-rei por mercê que pois elle dava o condado de Barcellos a seu filho, que o fizesse conde d'elle, e esto era porque el-rei lhe tinha promettido que enquanto elle vivesse não fizesse outro conde em Portugal, como ouvistes.<sup>84</sup>

Maisuma vez, o casamento é utilizado como uma forma de aliança política e econômica entre os fidalgos, no caso da citação acima, a ideia de casar sua filha com o filho do Rei, partiu de Nuno Álvares, visto que a guerra entre Portugal e Castela havia cessado, eram tempos de paz e Nuno Álvares havia sido um dos mais importantes cavaleiros, no período das batalhas. Por essa razão, D. João I concordou em casar seus filhos, pois nesse caso, o Rei retribuiu ao Condestável pelos serviços prestados na guerra. Dessa forma, o casamento medieval é representado na crônica do Rei D. João I, como uma aliança da fidalguia que visava a perpetuação do poder da nobreza, onde ambas as partes saíam com algum tipo de benefício, em que os filhos eram passivos e totalmente obedientes à escolha de seus futuros cônjuges, por seus pais ou responsáveis. Assim, não aconteceu a ruptura desse tipo de representação na crônica, visto que poderia ocorrer essa possibilidade, através do discurso e promessa do Rei sobre seu casamento, todavia, o Rei e seus filhos continuaram realizando alianças matrimoniais que visavam as vantagens para a nobreza.

### Representação do herói

O primeiro herói de uma nação é o Rei ou o regente, pois segundo a lógica, é aquele que se preocupa com o povo, agrada a nobreza e o clero para obter benefícios durante o seu reinado ou regência. De acordo os cronistas, os Reis portugueses são sempre associados às figuras dos Reis de Israel, e são agraciados por Deus. O período do reinado é considerado como uma benção divina, visto que no caso de D. João I, Fernão Lopes o constrói, a partir da cronologia bíblica, conforme foi apresentado no tópico *Representação da Igreja*, dessa forma, o Rei passa a inaugurar a sétima idade em Portugal.

84 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. CCIV, volume VII, pp. 141 e 142.



Devisado o dia a que o logar fosse tomado, fallou el-rei isto com alguns fidalgos, dizendo que levassem os cavallos mais pouco rinchadores que tivessem, e levou comsigo até trezentos de cavallo, e mui poucos homens de pé, e ouviu missa e jantou cedo, e partiram aforrados sem outras azemulas nem corregimentos que levassem, e chegaram já muito noite á Veiga de São Affonso Lourenço estava aguardando, e d'ahi os levou derredor, até o valle da deveza, que chamam Santa Maria, que é muito espessa d'arvores, que seria da villa, uns tres tiros de besta, e alli fazia cada um quanto podia que sua besta não rchasse, e porque um cavallo rinchou, mandou el-rei logo que o matassem.

(...)

El-rei foi sempre com os dianteiros, e quando chegou á porta da villa, o primeiro que por ella entrou em cima do seu cavallo, foi aquelle ardido e famoso fidalgo de quem em cima é feito menção, que chamam João Rodrigues de Sá, o qual houve logo uma ferida pelo rosto d'alguns que já acudiam ao arruido, porém os da villa não tomaram armas, mas folgaram muito de assim ser feito, e Affonso Lourenço ia deante bradando altas vozes Portugal, Portugal, e nenhuns castellãos nem dos de Ayres Gomes haviam accordo senão de se porem em salvo, e João Rodrigues que bem sabia as ruas da villa e como o logar tinha outra cerca, encaminhou logo em cima do cavallo com sua lança na mão, chamando Portugal e S Jorge, e esto por tomar a porta da segunda cerca, que se não acolhessem a ella os de Ayres Gomes que pouzavam pela villa, e ante que chegasse achou já ante si Alvaro de Tor de Fumos, aquelle bom homem d'aemas que dissemos, com uns vinte escudeiros, entre homens d'armas e de pé, os quaes acaudelava e recolhia, e João Rodrigues vendo que lhe não cumpria metter-se só a cavallo entre elles, desceu-se logo a pé, e com a lança d'armas na mão os levava todos ante si, em guisa que se não ouzavam a ter com elle, e por se acolherem á villa iam-se retrahindo atraz, e nenhum portuguez acompanhava João Rodrigues, mas andavam pela villa roubando das cousas dos castellãos que achavam em casa dos hospedes, e quando João Rodrigues viu como se todos acolhiam pela porta e lhe não podia empeder como elle queria, com merencoria lançou a lança das mãos e arrebatou um castelão pelas pernas e assim o tomou e o trouxe preso perante el-rei, da quaes cousas foi muito louvado aquelle dia.<sup>85</sup>

Essa passagem apresenta o Rei como um herói militar e narra a tomada da Vila de Guimarães. É interessante notar que a citação demonstra um lado mais racional de D. João I, embora, muitas vezes, o cronista insista em representar o lado misericordioso do governante. Essas atitudes racionais oferecem mais uma face de cavaleiro e estrategista militar ao Rei.

O segundo e não menos importante, na hierarquia de representação do herói, é sempre um nobre aliado do Rei, que no caso, da crônica analisada, é Nuno Álvares. Esse é um herói militar, estrategista de guerra, obediente ao governante, cheio de virtudes, por essa razão, Deus sempre o ajudava a vencer nas batalhas, Nuno Álvares foi primordial nos anos de luta entre Portugal e

85 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. XI, volume VI, pp. 43, 45 e 46.

Castela.

Elegido o Mestre e alçado por rei, falou-se logo que fizessem Condestabre pera a guerra em que eram, posto segundo novamente fizera el-rei D. Fernando, quando em seu tempo os inglezes vieram, e ordenou que o fosse o seu mui leal e fiel servidor Nuno Álvares Pereira, havendo áquelle tempo vinte e quatro annos e nove mezes e doze dias, conhecendo d'elle que era de honestos costumes e mui avizado de cavallaria.

Assim que, vista sua prudente e notável discrissão (que bem se podia dizer d'elle que posto que cega a fortuna em esta presente vida leixe alguns nus de galardão que o bem merecessem) contra este, não sendo ingrata o proveu entonce em alteza de grande e honroso offício nas guerras e hostes do reino, do qual elle uzou de tal guisa, crescendo cada dia em cavalleirosos feitos e muitos, como depois ouvireis, espertou invejosa grandeza porque se esfortaleçam em esforçado desejo de percalçar grandes cousas em suportamento de proveitoso trabalho.

Este não esperando noites nem esquivos dias não temia de se poer a quaesquer aventuras por haver victoria dos inimigos, não por desprezar com soberba afouteza a multidão d'elles, mas porque nenhum avizamento antigo podia entonce ser igual ás suas sagaçarias, de que este novo guerreiro, sendo sempre muito em ufania e levantamento em esses bemaventurados vencimentos, assim sagazmente ordenava seus feitos, que nenhum outro podia entender o proposito de sua intenção, salvo com aquelles de que costumava fallar. Da ardidez e bom regimento em que está a principal cousa de guerra, era elle assim comedido, que quem fosse semelhante a elle assim lhe seria de trabalho.<sup>86</sup>

Esse capítulo narra a ascensão de Nuno Álvares ao cargo de Condestável. Fernão Lopes utilizou de vários predicativos para qualificá-lo como um herói, o primeiro deles e o mais importante para o cronista, é a lealdade ao Rei, o segundo, a obediência a Deus, visto que era um bom cristão e o terceiro, a preocupação com o povo. Como toda representação de um herói, ele está sempre associado à preocupação com as mazelas sofridas pela arraia-miúda e sempre buscava amenizar o sofrimento de todos, demonstrando-se misericordioso com a sua população e justiceiro com os povos de outras sociedades, como foi o caso com Castela. O herói também é sempre aclamado por todos da sociedade, os grandes e os pequenos compreendem que a única solução para os problemas vigentes de uma região, é a figura do bem feitor.

Os da cidade fizeram prestes pera ir receber o Mestre, e a clerezia em procissão, e os leigos com seus jogos e tribilhos. E des-ahi os fidalgos e conselhos que ahi eram todos, juntamente de bestas, como melhor podiam, e em se corregendo uns e outros,

86 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. CLXXXIII, volume III, pp. 216 e 217.

começaram muito apoz de sahir fora da cidade per o caminho per onde vinham o Mestre, com cavallitos de cannas, que cada um fazia nos canaviaes com pendões correndo todos, e bradando:

- Portugal, Portugal, por el-rei D. João, boa hora venha o nosso rei.

E assim foram por mui grande espaço, acerca de uma legua.

O Mestre e Nuno Álvares, e muitos dos que hi vinham, maravilhavam-se d'esto muito, havendo por cousa estranha, e assim como milagre, dizendo que Deus os movera a fazer aquello e fallava por aquelles moços, como boccas de prophetas, e assim vieram ante elle até á cidade, onde foi grande honra recebido.

Quando o Mestre chegou acaerca d'ella, viu estar a porcição, desceu-se elle e todos os outros das bestas, e humildosamente fincou os gíolhos em terra e beijou a cruz, e veiu-se de pé com a porcição, e entrou pela cidade com gran festa e prazer que com ella vinham, e levaram-n'o aos paços da Alcaçova onde havia de pousar.<sup>87</sup>

É de suma importância refletir sobre a representação de um herói apresentada pelo cronista, principalmente a do Conde Nuno Álvares, visto que ele era um cavaleiro perfeito, com lealdade incondicional, um cristão verdadeiro. Fernão Lopes ao descrever Nuno Álvares se inspirou, provavelmente, na crônica de autoria desconhecida, denominada de *Crônica do Condestável de Portugal Dom Nuno Álvares Pereira*, essa é uma narrativa que apresenta a biografia do Condestável. Fernão Lopes estava vivendo um processo político de transformação dentro de Portugal, por essa razão, a literatura medieval com o seu universo simbólico foi eficaz para o contexto. Assim, o cronista inspirou-se nesse campo do simbolismo medieval europeu e personificou os *cavaleiros da Távola Redonda*, em sua obra, com isso, D. João I seria o Rei Artur, e seus cavaleiros, principalmente, Nuno Álvares, seriam os cavaleiros da *Távola Redonda*, o Condestável fora comparado a figura de Galaaz, cavaleiro eleito para encontrar o Graal. Cabe ressaltar, que existia um processo de transformação da literatura medieval em andamento na Baixa Idade Média e não, somente, em Portugal.

Até o fim do século XII, só há literatura vernácula em verso: o lirismo e a canção de gesta, ambos cantados, e, um pouco mais tarde, o romance. As primeiras crônicas moldam-se pela versificação épica ou romanesca. A aparição de romances e crônicas em prosa, no limiar do século XIII, tem sem dúvida alguma coisa a ver com o desenvolvimento da escrita e da leitura (particularmente no caso de crônicas traduzidas

87 Ibidem, cap. CLXXXI, pp. 169 e 170.

do latim para mecenas leigos). Porém, muitos outros fatores estão em jogo. Entre eles, uma meditação sobre a verdade. A prosa, já dizia isidoro de Sevilha, é um discurso em linha reta - *pro(r)sum* – que escapa às contorções da versificação. Ela evita, ressaltam reiteradamente os prosadores medievais, o anfiguri e os ornamentos fúteis do verso. Oferece o reflexo mais direto e mais fiel do pensamento. Presta-se, portanto, especialmente à expressão das mais altas verdades e das coisas de Deus. Não é talvez por acaso que os primeiros romances em prosa sejam os do Graal. A prosa serve também para a escrita da história<sup>88</sup>.

Assim, Fernão Lopes resolveu retratar uma cavalaria com atributos divinos, inspirado num romance consagrado. Dessa forma, Nuno Álvares tornou-se o cavaleiro ideal, todavia, é interessante observar um caso de mudança de atitude do personagem. Conde Nuno Álvares, que durante cinco volumes, fora um dos heróis da crônica, porém no sexto volume, o Condestável modifica o seu comportamento, devido à ação do monarca. No decorrer da narrativa, o Rei D. João foi questionado sobre a fidelidade do Condestável, dessa forma, muitos fidalgos diziam que o Conde só era fiel ao Rei, pois herdara muitas terras deste, assim, D. João decidiu retirar algumas terras de Nuno Álvares. Após esse episódio, o Conde decidiu sair do reino, porém foi impedido pelo Rei, todavia, D. João I não mudou de ideia sobre a decisão de recuperar as terras doadas a Nuno Álvares.

Entonce partiram todos pera suas casas, por concertar sua ida, e o Conde pera Portel por encaminhar como partisse; e estando n'aquelle logar, sabendo el-rei parte como se partir queria do reino, não teve menos sentido que o Conde quando foi chamado por lhe tirarem as terras, e mandou a elle Ruy Lourenço, deão de Coimbra, pelo torvar de sua ida; e ditas por elle, como letrado que era, todas as razões boas, assim que lhe el-rei disse, como as que elle soube dizer, nenhuma cousa o mudar poude do proposito que começado tinha, e com tal recado se tornou.

El-rei vendo esto mandou a elle D. Fernão Rodrigues, mestre d'Aviz, e pero fosse notavel pessoa e avondoso de muita razão, o Conde sempre respondeu com grande humildade que sua partida não podia escusar; de que a el-rei seu senhor não devia desprazer, mormente pois por longo tempo era já d'accordo com seus inimigos. E com esta resposta se despediu sem mais arrecadar com elle.

Entonce mandou el-rei D. João bispo de Evora, um prelado de boa auctoridade, que fosse a elle, e em fim de todas suas razões, sentindo o Conde o desejo d'el-rei, disse ao bispo que elle lhe mandaria notificar sua vontade, e partido d'elle enviou a el-rei Martim Gonçalves seu tio, e Lopo Gonçalves de Extremoz, por fallarem com elle largamente o que d'esto sentia, prazendo a el-rei do que lhe o Conde mandou dizer, e foi sua ida

88 ZINK, Michel. Literatura. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2v. Bauru/SP: EDUSC, 2006. V2. pp. 90 e 91.

torvada de todo e paniu-se pera o Porto, onde el-rei já estava de assocego, e alli foi ordenado que el-rei tomasse pera si todos os vassallos que o Conde e outros fidalgos tinham, e que outro não tivesse vassallos senão elle; e que o Conde tomasse pera si as terras que já dissemos que dera, que elle fez contra sua vontade, mas não podia hi al fazer; e como as terras foram tiradas, el-rei poz a todos suas contias, e assim ficou o Condestabre assocegadoon'aquellas que tinha de juro e de herdade, mas as que eram de prestimo lhe foi forçado leixar.<sup>89</sup>

Como apresentado anteriormente, a mudança de um personagem com características positivas para negativas, dava-se de forma rápida, na Idade Média, geralmente, o governante mudava a sua perspectiva em relação ao herói, passando a persegui-lo. No caso de Nuno Álvares, o Rei quis verificar a sua fidelidade, passando a tratá-lo de forma rude, porém o Rei precisou novamente da ajuda do Conde e o mandou chamar para guerrear na fronteira entre Tejo e Odiana.

El-rei que d'esto soube parte em Santarem, onde entonces estava, houve d'ello gran nojo e sentimento, e mandou chamar suas gentes pera ir a elles, entre os quaes mandou chamar o Condestabre, e nenhum d'aquelles a que el-rei escreveu se vinham pera elle, posto que muitos recados lhe mandasse; o Conde acintamente, como alguns escrevem, respondeu a quem lhe levou tal recado que el-rei não se devia tanto d'anojar da entrada d'aquellas companhas, pois em sua terra havia senhores e fidalgos a que encomendar podia que fossem a ellas, posto que elle a lá não fosse, e outras taes razões d'escusa, de que a el-rei muito desprouve quando as ouviu.

Porém o Conde não cessava juntar suas gentes, e mandou el-rei outra vez a elle, contando-lhe o mensageiro o nojo que tomava, especialmente por as gentes que lhe não vinham; e o Conde respondeu outra resposta semelhante da primeira; com tal se espediu d'elle, e estando el-rei com este nojo, e tendo já o Conde juntos mil e dozentas lanças, encaminhou por ir vêr el-rei, não levando comsigo mais de vinte mulas, ficando todos os outros em Evora; e quando chegou a Santarem, porque vinha de suspeita, soube-o el-rei tarde, a que muito prouve de sua vinda; e sahindo-o a receber a pressa, achou o entre Santa Maria de Palhaes e Santa Iria; e quando o el-rei abraçou, porque o achou armado de cota e braçaes, disse alto em sabor, que ouviram muitos:

- “Quanto agora posso eu dizer que este é o primeiro homem d'armas, que eu em esta terra ví”.<sup>90</sup>

A representação de um herói é baseada também na perplexidade e surpresa de sua aclamação por todos, este sempre fica admirado e honrado com a atitude da sociedade, assim, a pessoa que foi aclamada, associa sempre que essa ação foi uma benção instituída por Deus, devido a sua obediência.

89 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. CLIV, volume VI, pp. 108 e 109.

90 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. CLXI, volume VI, pp. 126 e 127.

O terceiro herói que se encontra na crônica, também é um nobre aliado do governante, sendo conhecido como doutor João das Regras. A sua virtude se encontra na habilidade com as palavras e com a dialética, assim o Rei sempre pedia conselhos a ele e ambos se ajudavam na política do reino.

E elles todos em um Paço postos em assecego, em boa ordenança, era ahi um notavel barão, homem de perfeita auctoridade e cumprido de boa sciencia, mui grande letrado em leis, chamado doutor João das Regras, cuja sotilidade e clareza de bem fallar entre os letrados e teudo em conta.

Este propooz n'aquellas cortes, tendo cuidado de mostrar por sciencia, razão e verdade, o proveito de tão grão negócio, como este aos povos ficar depois encarrego de escolher qual determinação quisessem.

Mas quem poderia reter, segundo alguns escrevem, a abundança de seu bom follar, e como se houve tão sabedormente á cerca de tão alto feito, das quaes cousas alguns leigos leixando as migalhas, do que percalçar podiam, em escripto dizem que começou d'esta guisa: (...)

(...)

- Ora, senhores, disse aquelle doutor, porque já vistes claramente aquello sobre que tanto duvidaveis, e a que Deus prouve de serdes em conhecimento de como estes reinos são de todo vagos e postos em nossa disposição pera elegermos quem os defenda e governe, não curemos mais de histórias antigas que a nosso proposito possamos trazer. Mas porque sempre foram defesos e manteudos por rei e nos isto como cumpre por nos fazer, não podemos, segundo a necessidade em que somos postos requer e a nós convem em tal caso por força elegermos, segundo a necessidade em que somos postos requer e a nós convem em tal caso por força elegermos que rei faça todo aquello que cumpre pera cahirmos em sugeição de nossos inimigos seismaticos, que se d'ello trabalham quanto mais podem, não somente por nosso damno e perda, mas ainda da Santa Egreja e de nosso Senhor, cujos inimigos capitaes são.

“E pois não é menos de consirar a pessoa que hade ser elegida, que o proveito que se d'ella segue ao reino, vejamos primeiro as condições que se requerem em ella, e se as taes acharmos a aquelle que houvermos de eleger, nossa eleição será discreta e sem reprensão nenhuma. E digo brevemente, segundo os sábios recontam, que entre as outras cousas que em elle ha de haver, deve ser de boa linhagem e de gran coração pera defender a terra, des-ahi que haja amor aos subditos, e com isto bondade e devoção.

Ora que estas condições sejam achadas no Mestre nosso senhor, que temos em vontade pera eleger, assaz é visto claramente como todos bem sabeis. De ser de boa linhagem vêdes-lhe bem ser filho de rei, e de ser de gran coração assaz se mostrou e mostra, que com tão pouca parte do reino como comsigo tinham, com maravilhosa ousação sofreu taes perigos como has passados, e dispoz-se a muito maiores segundo o tempo em que somos postos. De haver amor aos subditos vede que podia mais fazer, que com quantas avenças e promettimentos de el-rei de Castella mandou fazer com grandes accrescentamentos de sua honra e estado, tal necessidade, qual foi a fome e cerco de

Lisboa, que nunca em ello quis consentir por não leixar os povos em sugeição de seus inimigos. De haver em ello bondade bem se mostrou no roubar dos judeus que os de Lisboa quizeram fazer, e no remir dos captivos as ajudas que pera ello dava, segundo que cada um era. E d'elle ser devoto e encaminhar que os de Lisboa fossem providos e os seus bons feitos, segundo Deus, esguardae as esmolas que fez e o fallar com frei João da Barroca; e achamos que todos seus feitos são em grande pezo em a dureza de siso. Além d'esto ordenar tão discretamente todas as cousas que á defensão d'estes reinos pertencem, nenhum outro melhor poderia.<sup>91</sup>

Essa é uma pequena parte do discurso de João das Regras, onde este discorreu sobre os quatro candidatos ao trono em Portugal, dentre eles o Mestre de Avis que, também estava nessa disputa. Assim, João das Regras, em seu discurso, colocou adjetivos que negativaram os outros três concorrentes de D. João I, e engrandeceu o Mestre, com palavras que expressaram qualidades, além disso, ele utilizou uma boa dialética de convencimento, dessa forma, convenceu aos nobres a aceitarem João de Avis como Rei de Portugal. Assim, Fernão Lopes apresentou o doutor João das Regras, homem capaz de convencer a todos com as suas palavras, o herói das letras. Muitos fidalgos que lutaram com o Rei contra Castela também são citados, de forma nominal, na crônica. Estes são sempre apresentados de forma louvável, visto que são fiéis ao governante de Portugal.

Na ala direita que nascia da ponta d'esta az, ia Mem Rodrigues e Ruy Mendes de Vasconcellos, e d'outros bons fidalgos uma leda companhia, que por suas honras e defensão do reino entendiam defender o logar onde eram postos, e chamavam-lhe a ala dos namorados, e seriam por todos dozentas lanças, e haviam uma grande bandeira ordenada á vontade de todos. Na outra parte, na ala esquerda, eram de mistura com Antão Vasques e com outros portuguezes, alguns estrangeiros, assim como Micer João de Monferrara, e Martim Paulo, e Bernardom Sola, e d'outros inglezes frécheiros e outros homens d'armas, que eram por todos outros dozentos, assim que minguavam a estas alas da sua direita ordenança dozentos homens d'armas, porque tanto havia d'haver em ambas as alas, como na direita az de vanguarda, e estes tinham uma alta bandeira de S. Jorge, e outros balsões de mistura, assim que a az de vanguarda com suas alas era semeada de bandeiras e pendões, como a cada um prazia de ter, ca ahi não havia entonce rei d'armas nem outro arauto que a ninguém desdicesse, des-ahi trombetas em alguns logares, segundo se requeria; detrás os homens d'armas que eram em ambas as alas, havia bestaria e homens de pé postos em tal ordenança, que lhe podessem fazer ajuda e empecer a seus inimigos; em a az dianteira, não havia nenhuns, ca não cumpriam em tal logar, alli não havia cotas d'armas, porque o conde nem outros fidalgos fossem conhecidos, ca ainda entonce não era em uzo, mas o conde trazia uma jaqueta de lã verde toda bordada de rozeiros, des-ahi cota, peito e braçaes, e arnez de pernas e guantes, segundo de cote costumava, e sempre espada cinta e adaga, salvo

91 Ibidem, cap. CLXXXIII, p. 173 e cap. CLXXXI, pp. 210 e 211.

quando ouvia missa.<sup>92</sup>

Após essa descrição, o autor narra a batalha de Aljubarrota, com riquezas de detalhes da luta e da participação dos fidalgos, com seus diálogos descritos minuciosamente por Fernão Lopes, futuramente, esses nobres foram nomeados cavaleiros pelo Rei. Interessante observar a ênfase dada pelo autor da crônica, ao narrar acontecimentos de fidalgos não tão conhecidos para a história. O herói era sempre recompensado por Deus e pelo Rei, no caso de Nuno Álvares a sua bravura serviu como moeda de troca no jogo de interesses políticos.

(...), e entre todos aquelles que el-rei tinha em vontade de acrescentar, assim era Nuno Álvares Pereira, seu honrado condestabre e muito fiel servidor, e faltando um dia com elle a de parte, disse que sua vontade e tenção era, esguardando os muitos e notaveis serviços que lhe feito tinha e esperava d'elle receber, de o acrescentar em nome e rendas e dignidade de honroso estado, e pois elle era seu condestabre, officio na guerra do reino, que d'ahi em diante lhe prazia que fosse mais conde de certo condado, o qual lhe logo queria dar, segundo já com elle fallara.

Nuno Álvares respondeu a esto como grande mesura e assecego, dizendo que lh'o tinha em grande mercê, mas que sua vontade não era aceitar tal honra e dignidade, salvo se lhe elle primeiro promettesse de em sua vida não fazer outro nenhum conde, mas d'outra guisa que o não queria ser. E el-rei disse que lhe prazia muito, e assim lh'o prometeu e authorgou.

Entonce o fez conde d'Ourem, como costumava de fazer, com todas as rendas e terras e villas que João Fernandes Andeiro, cujo fora aquelle condado, havia ao tempo de sua morte. E mais lhe deu Borba, e Villa Viçosa, e Estremoz, e Evora-Monte, e Portel, e Monte-Mór-o-Novo, a Almada, e Sacavem, com seus Reguengos, e o serviço real das judeus de Lisboa, e Porto de Mós, e o Rabaçal, Bouças, e Alvaizere, e terra de Pena, e terra de Basto, e o Arco da Baulhe, e terra de Barroso, e mais em aprestimo todas as rendas e direitos que el-rei havia na cidade de Silves e Villa de Loulé, e no reino do Algarve, e diziam os que esto viam que esta fôra a mais formosa e rica doação que nenhum rei que na Hespanha fosse fizesse a algum seu vassalo com que devido não houvesse, e estimavam as villas e cercadas e terras chãs, que sua renda passava de dezesseis mil dobras.<sup>93</sup>

Essa passagem narra o presente oferecido a Nuno Álvares por D. João I, vindo este a receber o condado d'Ourem. No início, os ditos heróis que recebiam recompensas, não se achavam dignos para aceitar os agrados, porém, sempre concordavam com os regalos, no final.

92 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. XXXVIII, volume IV, pp. 145 e 146.

93 Ibidem, cap. LII, pp. 213 e 214.



O herói também pode ser aquele que se une com o governante, através do jogo político do casamento, como é o caso do Duque de Lencastre<sup>94</sup>, após o casamento de sua filha, D. Filipa, como D. João I, o mesmo passou a ser visto como herói, acompanhando o Rei em diversas lutas contra Castela.

Cobrado Roales d'esta maneira, partiu el-rei caminho de Valdeiras, com o duque e suas gentes.

Em este logar estava por guarda Sancho de Valasco, filho bastardo de Pero Fernades de Valasco, com oitenta de cavallo consigo; estava hi mais Gonçalo Fernandes de Aguilar e Gomes Eanes Maldorme e Gonçalo de Paredes, grande besteiro e muita certo da nomina d'el-rei, e mr. Roby Bracamonte com francezes e outros estrangeiros que por guarda d'aquella comarca eram postos, assim que a villa estava bem percebida de quanto cumpria á sua defensão.

El-rei levava uma escala pequena e um engenho, se mister fizesse, pera algum logar, e porque o muro era estroso feito de taipa e a logares fraco, tiveram conselho el-rei e o duque de o combater e tomar por força, por ser escarmento a outros logares, e armada a escala e engenho, e repartidos os combates a cada uns e todos armados, antes que dessem ás trombetas, tomaram tal medo d'aquella guerra que não haviam em uso de ver, especialmente o Sancho de Valasco que tinha carrego do logar, que bem entendeu que não havia n'elles cobro, salvo serem entrados por força, e fez sahir um cavalleiro armado da villa bradando se estava ahi Pedro Affonso de Ancora, cavalleiro portuguez, que lh'o chamassem pera lhe dar o galgo que lhe promettera.<sup>95</sup>

O sogro do Rei passou a ser aliado de D. João I, na luta histórica entre Portugal e Castela. O grande mérito do Duque foi entregar a sua filha em casamento, formando assim uma aliança política com Portugal e depois, enviando pessoas para o combate na península Ibérica. Também existiam heróis que tinham a função de apaziguar a guerra entre os reinos, esse era o ofício dos Procuradores. Cada Procurador defendia a sua sociedade, através de um acordo político, assim, estes procuravam a concórdia entre Portugal e Castela.

Gastando-se o tempo em disputações que os procuradores dos reis a justificar suas causas formavam, era já esto no mez de março, e aquelle Micer Ambrosio, que dissemos, veiu alli a Olivença, e disse:

- “Que por quanto d'ambas as partes eram allegadas muitas razões, a cada um mostrar

94 A trajetória do Duque e os interesses políticos envolvidos na crônica, foram apresentados no tópico *Representação do casamento*.

95 LOPES, Fernão. *A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes*. 1897, cap. CVI, volume V, pp. 146 e 147.

sua querella ser boa, e uma parte dizia que movera justa guerra, e a outra também que diretamente a fazia, e uns diziam que as treguas foram quebradas por a parte adversa, outros que as quebrantara seu adversário, que por estas duvidas e todas outras virem a boa egualdade, que leixassem as disputações que tarde ou nunca haveriam fim, e tomassem outro modo de razoar chão, sem mistura de mais direitos, posto que algumas cousas já por elles allegadas replicassem em seu fallamento; (...).<sup>96</sup>

Esses Procuradores eram representados como homens de apaziguamento, que negociavam o fim das guerras, através de acordos como: libertação de prisioneiros, deliberação de terras conquistadas por tropas inimigas e pagamento dos custos da guerra em dinheiro. Tais negociações eram feitas mediante um papel escrito por cada representado. Acima dos procuradores, estavam os Embaixadores, que possuíam basicamente a mesma função dos Procuradores.

Os feitos da guerra estando em estes termos, foi movido que se tratasse entre os reis tregua e paz por sempre, e foram enviados a Castella por embaixadores os honrados D. João, arcebispo que depois foi cardeal, e João Vasques d'Almada, cidadão de Lisboa, mui honrado cavalleiro, e Martim Docem, doutor em leis.

Estes mandou el sei bem corregidos como cumpria, e sessenta em cavalgadas com elles, os quaes chegaram a Segovia uma quarta-feira, primeiro de junho, e depois de comer forma vêr el-rei e lhe fallar, propoendo a razão de sua ida como era por se tratar de tregua ou paz entre elle e el-rei seu senhor.<sup>97</sup>

Os Embaixadores eram os heróis das missões diplomáticas de seus reinos, utilizavam dos mesmos acordos que os Procuradores para conseguirem o fim, ou a trégua de uma batalha. Dessa forma, os heróis eram representados na crônica, visto que para ser um herói só era necessário está do lado de seu reino, assim todas as qualidades seriam adquiridas por estes. A escolha política de um determinado lado, garantiria a virtude de um herói ou o vício de um anti-herói.

### Representação do anti-herói

As pessoas que foram denominadas de anti-heróis nesse trabalho, correspondem a

96 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. CLXXI, volume VII, p. 49.

97 Ibidem, cap. CLXXVI, p. 63.

indivíduos que possuíam um certo ideal, mesmo que sendo contra ordem vigente da sociedade, geralmente, eram os traidores que serviam ao reino durante um tempo e depois se rebelavam. Partindo desse pressuposto, foram priorizados, em primeiro lugar, quatro anti-heróis, Fernão Lopes enfatizou os seguintes personagens: Conde D. Pedro, D. Pedro de Castro, João Affonso e Beça e Garcia Gonçalves Baldes.

Tais pessoas eram fidalgos que procuravam vingança e dessa forma, se aliaram com Castela. De certa maneira, o Mestre de Avis havia realizado ações contra os mesmos, insuflando a ira desses homens, assim, o cronista narrou como os quatro homens tentaram matar D. João I, nos detalhes da descrição da fonte, os quatro homens estão cheios de ódio e com vontade de punição. Na narrativa, o Mestre venceu os inimigos com a ajuda e misericórdia de Deus, no primeiro momento, D. João se mostrou uma pessoa tolerante com os seus traidores, porém depois, segundo a leitura da crônica, a justiça foi feita pelo Rei.

Mas a esto não minguava que responder muitas razões, culpando-o no perdão que fizera a D. Pedro, dizendo que a muito se aventurava quem punha a vida e honra em quem a elle em algum tempo começou de errar. Des-ahi diziam que fiar de nenhum castellão era a elle cousa mui empecida, maiormente em tal como o conde D. Pedro, que era primo co-irmão d'el-rei de Castella, do que elle bem devera entender que seu serviço não era fiel.

E o Mestre respondia a todo, e em fim veiu a dizer:

- “Eu não sou o primeiro que fui enganado por falsos vassalos, nem hei de ser o derradeiro, mas eu dava gran fé a todo seu conselho, por serem homens de auctoridade, des-ahi por mostrarem grão desejo que amavam muito meu serviço, em tanto que por vezes me fizeram dizer asperas palavras a alguns que me lealmente desejavam servir, assim como fiz ao mestre dos engenhos, que d'aqui fugiu com medo que de mim houve, e alguns outros, muito sem porque”.

Em todo esto vendo João Duque como queimavam Garcia Gonçalves, com grande menencoria que d'ello houve, mandou tomar uns seis ou sete portuguezes, homens trabalhadores, que tinha presos, e mandou-os todos decepar das mãos e fanar dos narizes, e poer todos as mãos ao collo d'um d'elles, e mandou-os assim ao Mestre, o qual vendo sua desmesurada crueldade, mandou lançar no fundo do engenho, dentro da villa, os prisioneiros que tinha castellãos.

Des-ahi uzando mais de piedade que de rigor de vingança, houve d'um d'elles compaixão, e mandou que se não fizesse.<sup>98</sup>

98 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. CLXXVIII, volume III, p. 158.

Geralmente, a morte de um anti-herói é sempre marcante, visto que existe a necessidade de provar para a sociedade que a punição foi realizada, porém tais mortes podem ser amenizadas, quando um governante tem por objetivo demonstrar misericórdia, ou como no caso, de D. João, com os cronistas querendo afirmar um novo tempo em Portugal, através da nova dinastia.

O anti-herói também pode ser o herói de outra região, como é o caso do exemplo do Rei de Castela, visto que para Portugal, o governante era uma ameaça, mas para Castela, o seu Rei era o herói que lutava pelos interesses da região.

Segundo alguns que d'estes feitos fallaram, escrevem, el-rei de Castella a esta sezão era em Cordova como dissemos, e havia já enviada sua frota cercar Lisboa, e mandava a grão pressa por todos os escudeiros e fidalgos e homens d'armas que se viessem para elle pera entrar em Portugal pela parte de Badalhuçe, segundo tinha ordenado, e escreveu a D. Pedro Tenorio, arcebispo de Toledo, e a certos cavalleiros seus vassallos, que os ajuntassem todos em Ciudad Rodrigo, e que d'alli entrassem no reino de Portugal a talhar as vinhas e pães, e fazer todo o mal e damno que podessem, e elles vendo o tempo azado pera esto, foram déllo mui ledos, ca era no mez de Maio, em que o bem fazer podiam.<sup>99</sup>

O cronista português descreveu as atitudes do Rei de Castela, como sendo más, porém se a narrativa fosse escrita por um cronista de Castela, provavelmente o seu governante agiria conforme a vontade de Deus e lutando pela cidade. Fernão Lopes, provavelmente, tinha consciência dessa reflexão feita acima, e sempre narrava também o lado de Castela.

Estas gentes que se ajuntavam de uma parte e d'outra pera haverem d'haver batalha, razoadamente é cuidar que cada uns teriam quem por elles fizesse preces e orações que fosse Deus da parte, e ajudasse os do seu bando, e quem por os muitos tivesse cuidado de rogar, bem entenderia que sua oração seria mais totemente ouvida, e a Deus mais ligeira de cumprir, e assim era de feito que a rainha D. Beatriz, mulher d'el-rei de Castella, depois que seu marido partiu do reino pera entrar em Portugal, sabendo ella que lhe tinham prestes a batalha, que se não escusava de haver, da qual lhe muito prazia, entendendo que havia de vencer e que por alli cobraria o reino todo, e era sua demanda acabada, estando em um logar que chamam Avila, e o arcebispo de Toledo em sua guarda, ordenou com certas donas e donzellas, quaes ella quis escolher, que tivessem cuidado de rezar continuadamente, assignado espaço, de guisa que de dia e de noite nunca cessassem de orar, e como alguma era achada menos, logo lhe mandava tolher a razão e se queixava muito contra ella, e ella as visitava muito a meude, que não desfallecessem d'esto que lhe encommendado tinha.<sup>100</sup>

99 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. XIX, volume IV, pp. 70 e 71.

100 Ibidem, cap. XLI, pp. 157 e 158.

Mesmo o autor escrevendo a versão de Castela, a ênfase da batalha entre as duas regiões era sempre positiva para o lado de Portugal e justificada com argumentos religiosos. Assim, o anti-herói também pode ser representado por um religioso, que nesse caso, perdia todo o respeito para o cronista, mesmo que seu cargo tenha sido instituído por Deus, como é o caso do Bispo Clemente, este foi intitulado por Fernão Lopes de antipapa. Esse clérigo apoiava o Rei de Castela, na luta contra Portugal, por essa razão foi considerado pelo cronista como um antipapa. O autor da crônica apresenta uma carta do Bispo Clemente ao Rei de Castela, após mais uma derrota para Portugal.

Clemente, Bispo servo dos servos de Deus, ao muito amado em Christo filho D. João rei de Castella e de Leão, saude e espirito de fortaleza em as cousas a ti contrarias. Ouvi novas, de que toda minha vontade foi contorvada, e os beijos de minha boca de todo estremeceram, porque aquelle dia foi de grande ira, e espantavel sanha contra a tua real majestade, quando aquella resplandente Alteza, que d'onde o sol nasce até onde se põe de todos era temida, por um ligeiro aquecimento que adur se começava, cahiu assim trigosamente, que espanto é d'ouvir. Mas porem, Príncipe mui alto, não te espantes tanto d'esto, nem tomes grande pezar, ca muitas vezes se leu o vencedor ser vencido d'ouro mais baixo que si, e lemos que a arca do testamento dos que em Deus não criam, foi filhada e teuda em seu poder, e que Saul e Jonatas seu filho foram pelos phylisteus ambos vencidos e mortos. Escripto é que a grande cidade de Roma, senhora de todo o mundo, vencida foi por vezes de seus inimigos e contrarios, e não duvidamos, mas sabemos de certo como el-rei Rodrigo, senhor da Hespanha, vencido foi dos Alarves e perseguido d'elles. Sabemos que pouco tempo ha que a nobre prol de liz dos Inglezes foi abaixada; e bem sabeis que aquelle esclarecido principe entre os cavalleros do mundo, el-rei Dom Anrique, teu padre, que nas móres perdas e perigos mostrava seu grande esforço, e vencido depois vencia. Assim que aquelle a que Deus ama, esse castiga e correge, e se agora feriu e chagou o teu pé, elle é aquelle que sarará tuas chagas; e se o forte açoute de seu castigo soffreres com paciencia, a tua dor se tornara em prazer, e o teu nojo em alegria, e segundo a grandeza da dor do coração tens, assim será a consolação pera a tua alma, e prova Deus em ti a sua misericordia, e porém te castiga e apreme em este mundo em os bens temporaes, porque depois não hajas de passar o ardor da mora perdurável, que escripto é, que na edificação do templo todas as pedras primeiro eram lavradas com fortes martellos de ferro por se poerem mansamente na obra que havia de durar; e assim aquelles que d'este mundo hão de ser enviados pera poer na parede d'aquelle celestial templo, que é dito Hierusalem, primeiro são atormentados aqui, a paz mansamente sejam ali treladados e postos, e pois assim é, tu varão de bem, no qual nunca houve nenhum engano, porque te atromentas com tas grande dor? Ca posto que justa razão tenhas de a haver, a discrição requer encobri-la, e não a publicar, ca a publicação da dor ao commum povo faz aos amigos, acrescentar pezar e nojo, e nos inimigos gera mui gram prazer e ledice, e porende filho muito amado, rogo-te quando posso, que em tal caso como este, não seja tua maneira de dor tão grande que te ponha fora de teu bom sizo, mas veste-se de vestiduras de saude e fortaleza, e põe teus feitos em esperança d'aquelle Senhor que acorre e ajuda aquelles que em elle esperam. Dante

& c.<sup>101</sup>

A justificativa utilizada para a derrota também estava ligada ao povo de Israel, conforme apresentado no tópico a *Representação da Igreja*, assim Castela por ser uma região muito amada por Deus, foi castigada, pois o Pai repreende quem ama, além do mais, o anti-herói religioso fez um discurso baseado no cristianismo que foi, normalmente, aceito por Castela, porém criticado pelo cronista de Portugal. E assim como os heróis portugueses aliaram-se com heróis ingleses, como por exemplo, o caso do Duque de Lencastre, da mesma forma, os anti-heróis de Castela também se aliaram com os anti-heróis franceses na luta pela península Ibérica.

El-Rei e o duque em Portugal postos ante que mais ouçaes d'esto que fallamos, convém que se diga das duas mil lanças que el-rei de Castella aguardava em ajuda, não por termos que contar e fazer daquesto historia, mas porque a França levamos recado e trouvemos à resposta que vistes, a rasão requer que desejeis saber que o cumprimento houve tal promessa, onde assim foi que el-rei e o do que partidos da conquista e tornados a Portugal, houve el-rei de Castella novas como o duque de Bourbon, tio d'el-rei de França, irmão de sua madre, vinha em sua ajuda por capitão de duas mil lanças, por que el-rei esperava, que eram já nos termos de Logronho, andando quanto podiam por chegar a seu serviço.

Em esto chegou o duque primeiro, e el-rei o recebeu mui bem, e havendo com elle conselho que maneira se teria de fazerem todos guerra, alguns capitães francezes e muitos castellãos diziam que era bem que el-rei entrasse em Portugal e fosse pelear com o duque e com o Mestre que se chamava rei.<sup>102</sup>

Esse apoio francês tem ligação com a rivalidade histórica entre Inglaterra e França, nesse caso, a participação francesa e inglesa ampliou, de forma acentuada, a polarização entre Portugal e Castela dentro da Ibéria.

Dessa forma, as amizades e as inimizades oscilavam bastante, um dia, o homem pode ser exaltado perante todos e, no dia seguinte, humilhado, tal situação dependerá da engrenagem política da sociedade, assim, a linha de relações entre as pessoas é bastante frágil. Conforme apresentado, os anti-heróis da crônica possuíam as mesmas características dos heróis, o fator primordial que diferencia um do outro, é a obediência ou a desobediência, à ordem que está em vigor em uma determinada sociedade.

101 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. LXVIII, volume V, pp. 48 a 50.

102 Ibidem, cap. CXIV, pp. 169 e 170.

### Representação da arraia-miúda

Foram observadas duas formas diferentes ao apresentar a arraia-miúda na crônica, a primeira: um povo cheio de temor devido a guerra contra Castela, onde muitos fugiam amedrontados para outros lugares, tornando a população como vítima das atrocidades cometidas por Castela e a segunda forma: a utilização do povo como massa quantitativa que ajudou na Revolução de Avis e na guerra contra Castela.

E vendo os da villa como o castello se não podia tomar assim á pressa, como elles cuidavam, e que se el-rei de Castella ou os seus viessem, que era por força de passarem mal pela entrada que deram na villa, acordaram de se partir logo.

Entonce partiram as mulheres com filhas e filhos com essa pouquidade que levar poderam, e não ficaram senão alguns pobres, e depois não receberam nojo, e pero lhe Vasco Pires bradava, quando viu ir, que se tornassem e não houvessem medo d'el-rei nem das gentes suas, posto que viessem, poendo a de parte sua segurança. Meteram-se nas galés, vieram-se pera Lisboa muito anojados do que começaram, pois não houvera fim, e ficando-lhe muitos dos bens moveis, que tinham as casas avondadas de alfaias, que os do castello depois roubaram ante que outra gente viesse.<sup>103</sup>

O fator medo pode ter contribuído para a participação da arraia-miúda na guerra da Revolução. Jaime Cortesão, em seu livro *Os factores democráticos na formação de Portugal*, afirma que o povo enxergou no Mestre de Avis, uma oportunidade para a autonomia de Portugal e, conseqüentemente, o fim da guerra com Castela. Na crônica, a população também foi utilizada para justificar o comportamento da nobreza, como no caso do ataque de Castela. Fernão Lopes argumentou sobre a arraia-miúda dizendo que eram pessoas boas que habitavam na região, esse raciocínio foi utilizado como causa para o ataque e defesa daquela região.

Quando os da cidade souberam como os castellãos eram em aquelle logar, e a vontade com que vinham, houveram todos seu acordo, dizendo uns aos outros:

- Estas gentes que alli jazem são muitas e boas, e vem com tenção de cercar esta cidade, e a tomar se poderem, pois nós cercados d'elles, ou nos leixaremos aqui jazer encerradas

103 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. CX, volume II, pp. 112 e 113.

como gados em curral e não sairemos fora, ou lhe poeremos a praça. Senão sairmos fora esto será a nós mui grande mingua e prasmio, pois cumpre todavia de sairmos, ca de outra guisa, que vergonha seria a nós havermos a cidade cercada de nossos inimigos, que querem de nós haver honra, e provar pera quanto somos, e nós não curarmos d'ello, e estarmos olhando do muro, como mulheres. E porém não devemos consentir com elles nem levem de nós tal louvor, e a vergonha fique comnosco, leixando-os chegar aqui á sua vontade. Mas saiamos a elles e em toda a guisa e nenhum não haja receio, ca Deus será em nossa ajuda.

E havido este acordo, leixando concelho, trabalharam logo de se armar todos á maior pressa que puderam, em tanto que do maior até o mais pequeno não ficou nenhum que se não armasse pera sahir fora, como fossem prestes todos.<sup>104</sup>

Nesse capítulo, o povo também pega em armas para se proteger de Castela, interessante notar que a narrativa de batalha utilizada para descrever a arraia-miúda, é diferente da nobreza. Quando o povo ajuda na batalha, a redação da crônica é mais ampla, o autor não enfatiza detalhes da guerra, já com a nobreza, o cronista especifica os detalhes, através de quantidade de nobres com armas e a pé, nobres com armas e a cavalo, fidalgos carregando bandeiras e símbolos e descreve os diálogos entre a fidalguia. Fernão Lopes denominou de povo para dois tipos de sujeitos na crônica, o primeiro, a arraia-miúda, o segundo, pessoas de bem com algum tipo de profissão, geralmente, essas pessoas de bem estão especificadas na crônica, visto que o autor os individualizou com os nomes, profissões e diálogos na fonte. Já a arraia-miúda aparece com uma ideia de multidão, rebanho.

Respondeu entonce um homem bom cidadão do logar, que chamavam Domingos Pires de Eiras, que deram logar os cidadãos que fallasse por elles, havendo já a gente informação do que lhe havia de ser proposto, e disse em esta guisa.

-Ruy Pereira, vós dissestes mui bem vossa mensagem todo o que a vós foi encomendado.

Eu digo por mim, e por todo este povo que aqui está, que nós somos prestes com boa vontade de seguir o Mestre nosso senhor, e fazermos todo o que elle mandar por seu serviço e defensão do reino, que já elle seria um estranho, que nós não conheceríamos, e quando se elle despozesse aos taes trabalhos e perigos, por nos defender e amparar, maiormente ser elle filho d'el-rei D. Pedro, como é, e não termos outro a que tenhamos mentes, senão a Deus e a elle.<sup>105</sup>

104 Ibidem, cap. CXX, pp. 141 e 142.

105 Ibidem, cap. CXXIII, pp. 149 e 150.



Esse contexto faz referência a guerra com Castela, onde as pessoas ditas de bem, declaram o apoio ao Mestre de Avis. Essas pessoas são representadas com nome e sobrenome, diferentemente da representação da arraia-miúda. A crônica também aborda que assim como o povo apoiou a Revolução de Avis, muitos também acabaram aliando-se a Castela, devido à escassez de mantimento em Lisboa, dessa forma, no primeiro momento, os soldados de Castela os ajudaram com mantimentos, depois negaram ajuda e muitos pereceram de fome.

E esto fartou assim a cidade apertadamente, que as publicas esmolos começavam de fallecer, e nenhuma geração de pobres achava quem lhe dar pão de guisa que a perda commum vencendo de todo a piedade, e vendo a grande mingua dos mantimentos, estabeleceram deitar fora as gentes minguadas, e não pertencentes pera a defensão. E certo foi feito duas ou tres vezes, até lançar fora as mancebas mundanarias e judeus, e outros similhantes, dizendo que, pois taes pessoas não eram pera pelejar, que não gastassem mantimentos aos defensores, mas isto não aproveitava cousa que muito prestasse.

Os castellãos a primeira aprazia-lhe com elles, e davam-lhe de comer e acolhimento, e depois vendo que esto era com fome por gastar mais a cidade, fez el-rei tal ordenança, que nenhum de dentro fosse recebido em seu arraial, mas que todos fossem lançados fora, e que se ir se não quisessem, que os açoutassem, e fizessem tornar pera a cidade, e esto lhe era tão grave de fazer, tornarem por força pera tal lugar, onde chorando não esperavam serem recebidos. E taes hi havia que de seu grado se iam da cidade, e se iam pera o arraial, querendo de todo ante ser captivos, que assim perecendo morrerem de fome, como não lançariam fora gente minguada, e sem proveito, que o Mestre mandou saber em certo pela cidade que pão havia por todo em ella, assim por covas, como por outra maneira, e achavam que era tão pouco, que bem haviam mister sobre ello conselho.

Na cidade não havia trigo para vender, e se o havia era mui pouco, e tão caro que as pobres gentes não podiam chegar a elle, que valia cada alqueire quatro libras, e o alqueire do melhor quarenta soldos, e a canada de vinho tres e quatro libras, e padeciam mui apertadamente, e dia havia alú, que ainda que dessem por um pão uma dobra, o não achavam á venda, e começaram a comer pão de bagaço de azeitona, e dos queijos das malvas e raizes d'hervas, e outras desacostumadas cousas pouco amigas da natureza. E taes hi haviam, qu se mantinham em alfelosas.<sup>106</sup>

A escassez de alimento chegou a Lisboa, devido ao aumento de números de pessoas que se refugiavam na cidade. Lisboa não conseguiu suprir a todos que chegavam. No final do capítulo, o autor apresenta a solução do Mestre de Avis, através de mantimentos vindo da cidade do Porto, mesmo assim, não foi suficiente para alimentar a todos. Esse capítulo destaca que a arraia-miúda

106 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João I de Fernão Lopes**. 1897, cap. CXLVIII, volume III, pp. 52 e 53.

preferia ser cativa e receber alimento de Castela, em vez de ser um português livre e com fome. Talvez se Castela continuasse a abastecer os portugueses, a história que narra a vitória do Mestre, fosse diferente, por essa razão, era uma necessidade imediata do Mestre, ajudar ao povo. Antonio Sérgio em seu livro *Breve Interpretação da História de Portugal* afirma que o governante precisa ter bom senso para se adaptar às ideias dos que o ajudavam,<sup>107</sup> para esse exemplo, a crônica aborda a posição de D. João que nesse caso, o povo necessitava da ajuda de uma autoridade real para oferecer-lhes segurança e caridade. Dessa forma, o Mestre possuiu o bom senso, que seria em dose moderada, segundo a teoria de Antonio Sérgio, para se adaptar ao povo, oferecendo a eles, o que necessitavam, e assim, obtendo a ajuda da arraia-miúda.

Após esse acontecimento, Lisboa venceu mais uma batalha contra Castela, na sequência da crônica é apresentado o sermão do Mestre Rodrigo de Cintra, como apresentado no tópico *Representação da Igreja* tal discurso tinha o objetivo de arrebatar as pessoas, depois do sermão, os fiéis são levados a obediência, e em seguida, no capítulo CLV do volume III, Fernão Lopes narra os motivos pelos quais, o povo apoiou o Mestre de Avis.

Tanto que esto foi acabado viu o senhor Mestre, como os moradores da cidade mostravam tal desejo de o servir, que maior ser não podia, despondo-se em toda guisa a levar este feito avante, não embargando o cerco e fome em que foram postos, e des-ahi a destruição dos bens que tinham passado, e esperavam de receber até despoer os corpos á morte, por serviço seu, e honra do reino.<sup>108</sup>

A passagem apresentada anteriormente, demonstra a obediência da arraia-miúda em servir e apoiar o Mestre. A sequência da crônica foi a seguinte: primeiro, o povo está passando necessidade, Lisboa consegue reverter essa situação, ganhando uma batalha contra Castela, em seguida, ocorreu a entrada da Igreja para testificar a vitória, através da argumentação divina e por último, o apoio do povo ao Mestre. Analisando a narrativa de Fernão Lopes, observa-se que a função do povo na crônica, serviu como massa quantitativa para apoiar D. João I e a Revolução, e que possíveis revoltas seriam controladas pelo poder de arrebamento da Igreja. O povo também é comparado muitas vezes com o povo de Israel, assim como os judeus precisavam

107SÉRGIO, Antonio. **Breve Interpretação da História de Portugal**. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa. 1978, p. 32.

108 LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. 1897, cap. CLIV, volume III, p. 79.

sempre de um líder para realizar grandes feitos para eles, Portugal também necessitava.

O Mestre quando viu tantas gentes da condição, e como bradavam uns e outros que amerceasse d'elles e as levasse em sua companhia pera haverem algum mantimento, e não serem postos em poder dos seus inimigos, foi posto em cuidado, e mais lhe prouguera com outros tantos homens d'armas que o ajudaram, que levar comsigo homens e mulheres e parvos, compridores de muita miseria, com tantos e de tal guisa que lhe podiam entonces chamar padre de muitas companhas, porque até um cego que morava no arrealde, ouvindo como o Mestre se partia d'este jeito com aquellas gentes, começou de bradar grandes brados, rogando por Deus que o levasse comsigo e não ficasse em poder de tão más gentes.

Nuno Alvares quando esto ouviu, movido com dó e piedade d'elle, mandou que lh'o pozessem nas ancas da mulla em que ia, e d'esta guisa foi com os outros.

Entonce partiu o Mestre com elles assim como Moysés quando trouxe os filhos de Israel pera o deserto, em esta ordenança; e elles iam todos diante, e elle com suas gentes detraz, que seriam até seiscentas lanças, das quaes iam encavalgados cento e cincoenta, e as outras todas de pé com cotas e laudeis vestidos, e os bacinetes ao pescoço nas fachas, e assim andavam suas trabalhosas jornadas, as quaes o Mestre mandava que não fossem maiores que quanto aquella pobre gente podesse andar passamente, que eram duas e tres leguas.

Quedou o cego em um logar, onde se contentou de ficar, e ás vezes ia o Mestre a pé com os seus, por lhe fazer boa companhia, como era seu costume, e assim passaram por entre Obidos e o Cadaval, e n'aquella villa de Obidos se lançou com os castellãos Alvaro Fernades Turrichão, commendador de Montemór-o-Novo.<sup>109</sup>

Segundo a crônica, a arraia-miúda sempre consegue refúgio e segurança no seu líder, as analogias feitas por Fernão Lopes, os consideram como um rebanho que necessita constantemente de um pastor. Esse chefe tem a função de salvar o povo de toda a opressão, em contrapartida, a missão da população é obedecer e servir o seu governante, essa servidão sempre foi utilizada por seus chefes, como massa quantitativa em guerras, batalhas ou revoluções.

109 Ibidem, cap. CLXXX, pp. 165 e 166.

## **CAPÍTULO III – Modelos de Representações na Crônica de Gomes Eannes de Zurara**

### **3.1 - Gomes Eannes de Zurara – Biografia e contexto**

Na introdução da *Crônica da Tomada de Ceuta*, obra escrita por Gomes Eannes de Zurara, Francisco Maria Esteves Pereira descreve sobre a vida do cronista. Em primeiro lugar, não é conhecido o local de nascimento de Eannes Gomes de Zurara, muitos estudiosos associam o apelido "Zurara" do autor, como o nome do local de seu nascimento, que seria, nesse caso, Azurara, também acredita-se que ele nascera entre 1410 e 1420.

Eannes Gomes de Zurara era conhecido por sua erudição literária, fato que não era muito comum para os homens portugueses da época, segundo Francisco Maria Esteves Pereira, a *Crônica da Tomada de Ceuta* ficou conhecida por sua eloquência e valor estético.

É muito extensa a lista das obras e dos escritores citados por Gomes Eannes de Zurara; são:

Da Bíblia: o Pentateuco, Paralipomenos, Esdras e Macabeus; os livros de Salomão e dos Profetas; os Evangelhos, as Epístolas canônicas; e o livro apócrifo Pastor de Hermas.

Dos antigos Santos Padres: S. Bernardo, S. Tomás de Aquino, Alberto o Magno.

Dos escritores gregos: Homero, Hesíodo, Heródoto, Aristóteles, que muitas vezes designa somente pelo título de filósofo, Josepho e Ptolomeu.

Dos escritores romanos: Cesar, Tito Livio, Marco Tullio Cícero, Ovídio, Salustio, Valério Máximo, Plínio, Lucano, os dois Senecas, o trágico e o filósofo, e Vegecio.

Dos escritores da idade média: Paulo Orosio, Isidro de Sevilha, Lucas de Tuy, Rodrigo de Toledo, Pedro d'Ailly (Petrus de Alliaco ou Petrus Lombardus), Egidio, Frei Gil de Roma, João Duns Scoto.

Dos escritores italianos: Dante, Bocaccio e Marco Polo.

Dos escritores arábicos: o astrônomo Alfragan e Avicena.

Vê-se enfim das citações feitas por Gomes Eannes de Zurara, que ele era lido nas crônicas e histórias da Espanha e da França, e nos romances de cavalaria, tanto em voga

no seu tempo em todas as cortes da Europa.<sup>110</sup>

Assim como Fernão Lopes, ele foi promovido ao cargo de cronista-mor da Torre do Tombo. A Crônica da Tomada de Ceuta foi escrita por ordem do Rei D. Afonso V, neto do Rei D. João I, seu neto soubera que as memórias de seu avô não foram acabadas, devido à debilidade senil do cronista Fernão Lopes, por essa razão, para preservar a memória de seu avô, o Rei atual contratou Gomes Eannes de Zurara para terminar a crônica.

O cronista não enfatiza o povo como Fernão Lopes, na verdade, Gomes Eannes de Zurara possui uma maneira cavalheiresca de escrever, suas obras enfatizam os grandes heróis e os feitos notáveis, exaltam a nobreza e principalmente, os cavaleiros.

Gomes Eannes de Zurara deveu a sua criação e instrução literária a el rei D. Afonso V, que o tirou de classe humilde; e o próprio rei o confirma na carta (...), pelas palavras: “polla muita criação que em elle temos facta”.

É sabido que nos séculos XV e XVI os moços fidalgos recebiam instrução literária no paço real, onde lhe era ensinada a leitura, escrita, gramática portuguesa, e provavelmente também da língua latina. Em uma memória sobre as mercês, que fez el rei D. Afonso V, escrita por D. Vasco de Ataíde, Prior do Crato, se diz que o mesmo rei “criou filhos de muy grandes fidalgos em muy grande numero e com muyto amor e afeiçam... de si, asi em sua mesa como em sua camera”.

É pois de presumir, que Gomes Eannes de Zurara, sendo ainda mancebo, fosse admitido no paço real para ajudar o serviço da guarda e conservação da livraria e cartório; e que el rei D. Afonso V, sendo informado da boa disposição e natural inclinação dele para os estudos, o mandasse ensinar como os filhos dos fidalgos, que eram instruídos no paço.<sup>111</sup>

Assim como Fernão Lopes, Gomes Eannes de Zurara também possui uma origem simples, todavia, ao receber aprendizagem e novos ensinamentos, o cronista optou em fazer literatura do modo tradicional, exaltando os grandes feitos e os grandes heróis, além de escrever suas crônicas com grande erudição.

### 3.2 – As representações da Crônica da Tomada de Ceuta

As representações analisadas na *Crônica da Tomada de Ceuta* serão as mesmas apresentadas no capítulo dedicado a análise de fonte de Fernão Lopes, visto que o objetivo

110 PEREIRA, F. M. Esteves. **Vida de Gomes Eannes de Zurara**. In: A Crônica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700). Academia das Ciências de Lisboa. 1915, pp. 22 e 23.

111 Ibidem, p. 16.

baseia-se numa análise comparativa, com ênfase, principalmente, na diferença da produção de discurso dos cronistas analisados, são elas: *Representação de D. João I*, *Representação da Igreja*, *Representação do casamento*, *Representação do herói*, *Representação do anti-herói* e *representação da arraia-miúda*. Tal decisão é somente para fins comparativos, e por essa razão, as representações de duas crônicas diferentes serão as mesmas, objetivando encontrar maneiras diferenciadas de se representar.

A crônica da Tomada de Ceuta tem dois objetivos principais, apresentar a guerra entre cristãos e mouros, com a vitória do cristianismo e a nomeação dos filhos do Rei D. João I, em cavaleiros. Todos acontecimentos narrados na literatura passam por esses dois objetivos apresentados anteriormente.

### *Representação de D. João I*

No primeiro capítulo, o cronista faz uma justificativa para o início da narrativa, o mesmo faz diversas analogias e citações para explicar que Deus o concedeu a graça de escrever sobre o Rei D. João I, nessas citações estão Aristóteles, Job, Gregório, a Lógica, o antigo e o novo testamento. Percebe-se nos argumentos de Gomes Eannes de Zurara, a sua erudição, demonstrando assim, que havia convivido com pessoas letradas de sua época.

No segundo capítulo, o cronista inicia a representação do Rei D. João I, ele dota o nobre com quatro adjetivos, e os descreve cada um de forma singular, são eles: “grande amor da fé, grandeza de coração, maravilhosa ordenança e proveitosa vitória”.

Grande ardor foy o de sua fee em todas suas obras singularmente em esta. Ca todo seu principal movimento foy per serviço de Deos e grande desejo que tinha de emmendar alguma cousa se a contra vontade de Deos fezera no tempo da guerra passada, e assi o dizia muitas vezes em sua vida quando se acertava em ello falar. Que posto que elle ouvesse guerra muy justa com seus imigos a qual era por defensam de sua terra, na qual suas armas muitas vezes foram tintas de sangue que elle nom entendia dello fazer comprida pendenza senom lavando suas mãos no sangue dos infiees. (...)

E falando da grandeza de seu coração que poderemos dizer senam que foy huua cousa mais pera maravilhar que pera falar de grandioso homem de tamanha idade pouco seguro de seus imigos, por que as pazes que com elles tinha nam eram tam firmes que se ligeiramente nam podessem quebrar, mayormente nan sendo outorgadas porel Rey, a qual cousa muitos consiravam que podia empachar sua obra, mas elle com nenhuua cousa pode rreceber embargo, ante com aquella firmeza e ardor da fee de que já falamos

desprezou todollos contrairos que o poderiam empachar pera cobrar aquella vitoria que o seu coraçam profetizando chamava. (...)

(...). Muito sufficientes estoriadores escreveram cavaleirosos feitos e façanhosas estorias de muitos rreis duques e principes passados, mas por certo em escretura nam se achara em tam breve tempo huua tam notavel e tam grande cidade filhada per força darmas, nam por que ella de muitos por sua grande nobreza nam fosse cobiçada e deseitada, mas por certo com espanto tornavam seus rrostos os que esguardavam seu temeroso sembrante.<sup>112</sup>

O cronista ao construir esse capítulo, partiu do todo para as partes, primeiro, adjetivou o Rei e depois foi justificando no decorrer do capítulo, o motivo pelo qual D. João I estava recebendo essas qualidades. Nesse capítulo também, Gomes Eannes de Zurara escreve que muitos anos se passaram após o ocorrido da tomada de Ceuta e que devido a isso, muitas partes da crônica poderiam estar com lacunas, nesse caso, ele não afirmou que escrevia a “verdade”, conforme Fernão Lopes descreve no início de sua literatura. Ainda nesse mesmo capítulo, o cronista elogia Fernão Lopes, visto que ele iniciou a crônica que narra a vida do Rei D. João I e explica também, que foi D. Afonso, neto de João I, que o contratou para terminar a memória de seu avô.

Como Gomes Eannes de Zurara escreve uma continuação da crônica de Fernão Lopes, a sua representação de D. João I se dá através da busca da paz com Castela, visto que a guerra durou anos e todos estavam cansados, o cronista também apresenta o lado heróico do Rei e que o desejo de um acordo com Castela, era mais importante do que a continuação da guerra.

Mas he agora primeiramente de saber o grande desejo que el Rey avia de ver acabados os feitos da guerra que era antre elle e o rregno de Castella. Nam por que elle em seu coraçam temesse o poder dos Castellãos nem doutras nenhuas pessoas, ca assaz era desforçado e vallente em todollos casos perigosos e quando o trabalho e o espanto era mayor, tanto o seu esforço era mais grande segundo bem ouvistes nos grandes e perigosos lugares em que foy como os sosteve esforçadamente. Nem ainda avia elle rrezam de desejar paaz por que lhes as cousas ata alli nam acodissem segundo sua vontade, ca em todos aquelles feitos lhe a fortuna rrespondera melhor do que elle desejara, per cuja rrezam os feitos daquella guerra eram per todallas partes do mundo muy nomeados e afamados, ainda mais pollos dannos e perdas que os Castellãod rreceberam que elle nem os seus. Mas de tal guisa peleiava que sempre peleiando parecia que buscava paaz segundo se claramente mostrou per todos seus feitos, a qual cousa foy sempre muito louuada assi pollos doutores da santa igreja como pollos filósofos estoicos

112 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. II, pp. 8, 9 e 10.

e peripateticos, (...).<sup>113</sup>

Para o Rei, o desejo de paz era algo mais virtuoso que o fato de ser um bom cavaleiro e um herói militar, seria a recompensa de qualquer bom cristão por anos de luta em favor de seu reino e seu povo, visto que nessa crônica, o Rei D. João I já estava mais velho e cansado, assim, o seu objetivo é deixar o legado militar para os seus filhos. E para tornar seus filhos em cavaleiros, era necessário, a realização de um grande feito, assim, D. João, aconselhado por nobres, percebeu que a solução seria a tomada de Ceuta, porém, antes de qualquer atitude, D. João I, resolveu consultar a Deus e a Igreja.

E el Rey mandou logo chamar o mestre frey Joham Xira e o doutor frey Vasco Pereira que eram os seus confessores e o Inffante Duarte e assi outros alguus principaaes letrados que se naquella cidade poderam achar. E também fez chamar alguus principaaes do concelho ainda que poucos fossem e sob grande segredo lhes disse por esta guisa. Amigos, fizuos aqui ajuntar conhecendo de vos que Deos guarneceo antre todollos outros do meu rreino me poderees saam e proveytosamente aconselhar em todo aquello em que minha alma possa ser em alguua duvida, e pera esto sey certo que vos nam falleceram tres cousas principaaes que se rrequerem pera os conselhereiros dos grandes senhores antre outras muitas que bem sabees que sam detreminadas em todollos livros que os antigos escreveram pera insinança dos principes, a primeira que ajam amor aaquelle principe ou senhor que ouverem de aconselhar, porque o amor traz huua necessidade polla qual moue o coração do seu possuidor a enquerer e buscar todallas cousas proveitosas e honrosas pera aquella cousa que ama. Porque as cousas que deseiamos pera nossos amigos am nacimiento daquellas que pera nos queriamos, ca cada hum naturalmente deseia ao seu amigo o que pera sy mesmo queria, e se os conselheiros dos rreis fallecessem desta paixam muitas vezes proveitariam a mayor força de seus conselhos. E porem disse nosso Senhor Jesus Christo aos seus apostollos depois que lhe rrevelou seus segredos que lhe nam chamaria mais seus servos, por que o servo nam sabe a vontade de seu senhor, mas que lhe chamaria amigos por quanto os já tinha ensinados na vontade de seu padre. E a segunda cousa que se rrequere ao conselheiro he que aja sabedoria, porque sem ella nam poderia dereitamente aconselhar, ca posto que tevesse booa vontade se lhe fallecesse saber nam poderia muito aproveitar aaquelle que seu conselho ouvesse mester porque a booa vontade sem a obra nam he cousa perfeita.<sup>114</sup>

Essa citação demonstra um Rei mais prudente, devido a sua maturidade, desse modo, realizando a comparação com a representação de D. João I feita por Fernão Lopes, é observado

113 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. V, p. 14.

114 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. X, p. 31.



um amadurecimento com relação as atitudes relatadas do mesmo, na crônica escrita por Fernão Lopes, visto que antes era um Rei que agia muito por ímpeto de justiça, agora, um Rei, mais paciente e precavido. Sendo assim, D. João I concordou em tomar a cidade de Ceuta, após muita insistência de seus filhos. Todavia, antes de tomar Ceuta, demonstra sua capacidade para formular estratégias de combate.

A mim parece que o principal começo que a mim convem fazer neste feito assy he que primeiramente aja de saber o assentamento daquella cidade, e assy a fortalleza de seus muros e altura delles, ou como sam acompanhados de torres e de caramanchões pera saber quaaes artelharias me convem de levar para seer combatida. Outro sy convem que saiba as ancorações que tem e com quaaes ventos trabalham os navios mais estando sobre ancora, e se per ventura as prayas sam assy liures e desempachadas que nossas jentes possam sair sem grande trabalho ou perigo ou que o mar he tam chegado ao muro que dos navios mesmos se possa combater. Consirando acerqua desto quaaes pessoas la posso melhor enviar, por quanto cumpre que seiam homees descretos e entendidos, e taaes que possam bem todo prover segundo he necessario pera tal caso, e nam me parece que tenho outros que o melhor possam fazer que o priol do Esprital e o capitam Afonso Furtado, o priol pera devisar a cidade e o capitam pera atentar o mar com todallas outras cousas que a ello pertencem.<sup>115</sup>

A partir do capítulo XV da crônica, o Rei começa a retomar as suas características descritas, anteriormente, pelo cronista Fernão Lopes. A atitude de D. João I foi bastante refletida e analisada por ele e, segundo o cronista, também foi pedido a orientação a Deus sobre essa decisão. Também o que pesou bastante na demora da decisão do Rei, foi a ideia de ver seus filhos em uma batalha, sabendo que correriam risco de morte. Além disso, antes de invadir Ceuta, o Rei pediu a opinião da Rainha e do Condestável.

Vista assy aquella mostrança que o prioll fez, el Rey consiirou sobre todo per alguu pequeno espaço de dias, e depois que todo teve bem consiirado, fallou com seus filhos em esta guisa. Consiirey acerqua de nossos feitos começados, e acho que pera sse bem poderem emxucutar, tenho dous muy grandes impedimentos. O primeiro he a Rainha minha sobre todos muito preçada e amada molher, a quall por suas grandes virtudes e bondades he assy amada de todos geerallmente, que sse ella em este feito nom da consentimento, nehuu dos do pouco nem ainda dos outros mayores, nunca poram mão em este feito com nehuua fiuza nem esforço. O segundo empacho he o condestabre, o quall sabees que assy por sua muy boa vida como pollos grandes e bem aventurados aqueecimentos que ouve, tem assy as gentes do rregno chegadas a sua amizade, que sse elle per ventura contradisser este consselho, todos teeriam que nom era feito

115 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XV, p. 50.

dereitamente, a quall cousa lhes faria menos esforço pera nos ajudarem a ello quando fossem rrequeridos. Porem ante de nehuua cousa he bem que veiamos per quall maneira lhe faremos saber a determinaçam que em esto avemos, porque ao depois per seu desprazimento nom rrecebamos alguu peio.<sup>116</sup>

Também é apresentado o lado “romântico” do Rei, visto que estava preocupado com a opinião de sua esposa sobre Ceuta, pois também eram filhos dela, e em segundo lugar, o de seu antigo amigo, o Condestável, pois este o ajudou bastante nas batalhas contra Castela, demonstrando assim, um Rei grato pela fidelidade de anos de dedicação de Nuno Alvares. Assim, a prudência de D. João I, apresentado nos primeiros capítulos, deu lugar ao corajoso Rei, a partir do capítulo XXI da crônica.

Quem poderia ouvir aquellas pallavras que sse antre aquelles senhores passauam, que nom ouvesse extrema follgamça, por certo bem disse Sallamam em seus proverbios, que a mayor parte da bem aventuraça desta vida pera quallquer homem esta em teer boa molher. Nem el Rey nom era pouco ledo de ouvir assy aquellas pallavras aa Rainha, das quaaes em sua voontade foy muito contente. Empero nom quis determinar sua hida consiirando que sse a Rainha determinadamente soubesse que elle avia de hir que sse lhe rrecreceria mayor trabalho desprito da quall cousa se lhe poderia seguir alguu danno polla fraqueza de sua compreissom, mas a hida de seus filhos ficou logo posta em determinaçam e logo el Rey começou demcaminhar avivadamente o corregimento que perteeceia pera sua hida.<sup>117</sup>

Apesar de ter tomado a decisão de invadir Ceuta, ao lado de seus filhos, o Rei é representado como um homem preocupado com a aprovação da Rainha, nessa crônica, Gomes Eannes de Zurara descreve um D. João mais preocupado com os conselhos das pessoas que convivem a anos com ele, como é o caso da Rainha e do Condestável. Assim, a representação do Rei feita pelo cronista, apresenta um homem com as mesmas características marcantes descritas por Fernão Lopes, como, lealdade, coragem, temor a Deus e estrategista militar, porém, apresenta também, um homem mais prudente, devido a sua maturidade e que ouve conselhos antes de agir dentro do seu reino.

116 ZURARA, Gomes E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XIX, p. 60.

117 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XXI, p. 66.

## Representação da Igreja

Na crônica escrita por Gomes Eannes de Zurara, o Rei D. João I resolveu invadir a cidade de Ceuta, seguindo o conselho de seus filhos, que tinham por objetivo, a nomeação à função de Cavaleiros. Todavia antes de partir para essa missão, D. João resolveu assistir uma missa para pedir a benção divina, visto que era um cristão temente a Deus.

E o dia em que sse esto ouve de começar, era huua quinta feyra, na quall el Rey e seus filhos ouviram huua missa de Santo Spritu officiada com grande sollempnidade, por tall que a sua santa graça lhe podesse dar verdadeyro conhecimento de todo o que naquelle feito por seu santo serviço entendiam de fazer. E dalli ficou a el Rey sempre por devaçom ouvyr semelhante missa cada somana em aquelle dia nom tam soamente aimda elle, mas todos seus filhos o costumaram sempre em suas capellas em quanto viverom.<sup>118</sup>

O papel da Igreja é primordial, principalmente em períodos de guerras e batalhas, visto que os Cavaleiros iam para a instituição, rogar a Deus as benções divinas. Na crônica, é observado com bastante frequência, que o Rei D. João I tinha por hábito fazer prelações com inspirações cristãs, sempre evocando a Deus a justiça, para todos os fiéis cristãos.

E nosso Senhor Deos quando foy a sua transfiguraçom em monte Tabor, nom ouve por mall de amoestar aaquelles tres apostollos que apartou consyguo, que calassem o segredo daquella celestial visom como quer ue aquelles tres eram os principaaes, que elle sempre tinha quanto aa humanidade no seo de seus conselhos por testemunha de seus segredos. Porém ante que eu nehuua pessoa per pallavra nem per escripto ante afastarees todo aazo e jeito per que sse nehuua cousa que ao dito feito perteeça possa saber nem entender. Todos disseram que lhe prazia, empero cada huu era duvidoso antre ssy pensando que cousa podia ser aquella sobre que sse fazia tam novo fundamento. E entom lhes deu el Rey juramento no lenho da vera cruz sobre o livro dos evangelhos, que guardassem assy todo aquelle segredo como dito he. E esto assy acabado começou el Rey Seu proposito em esta guisa. Amigos, este dia foy sempre de mym muito desejado ca bem sabees quanto minha voohtade sempre foy chegada ao amor de todollos christaãos e esto podees claramente emtender consiirando como sendo guerra antre mym e o rregno de Castella, quantas vezes fuy rrequerido del Rey de Graada, offerendome

118 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XXV, p. 78.

gentes pera me ajudarem a destroyr ou deneficar meus comtrairos a qual cousa sempre emgeitey, conhecendo que posto que mu trouvesse proveito, que nom era rrezam tomar tall ajuda seendo elles inmiigos da nossa santa ffe. Outrossy fuy per elles rrequerido pera lhes dar de mym e de meus rregnos paz perpetua, ou tregoas por alguu tempo, oferendosse por ello a meu serviço per suas cartas e rrecados, a quall cousa menos quis outorgar avendo tall amizade e concordia por maa e desonesta, e que seemdo a elles favor que he vituperio de nossa ffe, pois a vida delles em este mundo segundo sua entençom he por seu doesto. E sabees outrossy que em todollos feitos passados, posto que per graça de Deos sempre ouvesse vitória de meus emmiigos, nunca em meu coraçom pude desejar outra cousa se nom paz, nom porque esta cobiça ouvesse avendome por cansado de semelhantes trabalhos, soomente nembrandome que eram christaãos, cujo dano eu muito sentia e como e quantas vezes eu esta paz deseiey e busquey com elles, manifesto he antre o conhecimento de vos outros.<sup>119</sup>

Nessa passagem, o Rei faz analogias da bíblia, buscando sempre por finalidade, arrebanhar todos os ouvintes para uma fé cristã. Essa crônica demonstra que o poder do Rei tem como fundamento a vontade de Deus, assim Rei e Igreja utilizavam o mesmo argumento para o povo, desse modo, a Igreja recebia apoio do Rei e vice-versa. Segundo a tese de doutorado de Marcelo Santiago Berriel<sup>120</sup>, essa confluência entre a Igreja e a vontade do Rei faz parte integrante do discurso do cronista Gomes Eannes de Zurara, em que o escritor não cita de forma abundante, o discurso dos frades franciscanos, ele se restringe a uma única figura, a do Frei João Xira.

O sermão em si é a própria prova da confluência entre o poder régio e a ordem franciscana. Seu conteúdo é dividido em duas partes. A primeira constitui-se naquilo que o rei mandou que o frade dissesse. Já a segunda é inteiramente do franciscano, fruto de seu ofício, como explica Zurara. Mesmo com esta divisão, é extremamente difícil distinguir o discurso propriamente régio daquele propriamente religioso. Os dois confundem-se. A sacralidade legitima os feitos do rei. Como negar que o conteúdo da segunda parte do sermão também era do rei? Como saber até que ponto o rei influencia o sermão por inteiro? Esta questão extremamente movediça complica-se com o fato de que se tem acesso ao sermão por intermédio do cronista que, por sua vez, deixa claro não poder reproduzi-lo na íntegra. Devemos deixar de lado a tentativa de identificar os conteúdos próprios do franciscano. Só conseguimos resolver o problema admitindo a explicação utilizada em Fernão Lopes. O sermão franciscano integra o discurso do cronista. Não são palavras de um frade, mas do cronista atribuídas ao frade (...). Tal como Luís de Sousa Rebelo constatou no caso de Fernão Lopes, o sermão atribuído a frei João Xira reflete o que Zurara expõe ao longo de sua obra. Colocar palavras na boca

119 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XXVI, pp.79 e 80.

120 BERRIEL, Marcelo S. **Cristão e Súdito: representação social fanciscana e poder monárquico em Portugal (1383-1450)**. 230f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. 2007.

de um franciscano era angariar mais uma autoridade na legitimação do discurso. Ademais, se o discurso régio possui homologias com o discurso franciscano, talvez o sermão do confessor não fosse muito diferente se Zurara tivesse a possibilidade de reproduzi-lo fielmente<sup>121</sup>.

Dessa forma, a crônica apresenta que o Rei e a Igreja se aglutinavam com o objetivo de convencimento dos fiéis, assim, D. João I pede para o Frei João Xira explicar sobre o verdadeiro motivo para invadir a cidade de Ceuta. O Frei obedecendo ao Rei, diz que o verdadeiro objetivo dessa batalha é uma cruzada.

Agora honrrados senhores, que sente que he rrazoado de vos seer rrevellado, vos faz saber que consirando elle as muitas e grandes mercees, que Deos teem feitas a estes seus rreynos e a vos outros seu povoo, dandolhe tantas e tam grandes vitorias contra seus immiigos, pollas quaaes trouxe seus feitos a este fim, e porque em tratando assy aquellas primeiras cousas, ainda que contra sua voontade fosse, se fezerom muitos danos contra os christaãos, dos quaaes elle sempre muito deseiou fazer comprida peemdença nom porque elle sentisse sua consciencia por ello agravada, ca pequena culpa merece o que erra sem consentimento de sua voontade, mas porque das boas vontades he, segundo diz sam Bernardo, conhecer homem culpa onde culpa nom tem, quis elle moversse de fazer tall serviço a nosso Senhor Deos, per que merecesse pera ssi e pera vos outros parte na sua gloria o quall por certo nom podia seer mayor que guerrear os immiigos da nossa santa ffe catholica. Ca aquelle que pode contradizer ao erro e nom o contradiz, por esse meesmo consentimento parece que o aprova, segundo he escripto na terceyra causa e na terceyra questam do degredo dizendo que aquelle que pode contradizer e empachar aos maaos e nom o faz, nom he outra cousa saluo darlhes favor a sua malldade, e nom carece descrupollo da sospeyçom da companhia escondida, o que manifestamente vee o pecado contra a santa ffe, e nom o contraria. E pois tall como este, que he outra cousa senom semelhavell aaquelle immiigos que o fazem pollo quall he digno e merecedor daquella meesma culpa, e assy deve por Deos seer jullgado.<sup>122</sup>

A justificativa para a invasão tornar-se cristã, converter o povo e julgar os inimigos por todo o mal que fizeram a Igreja católica, a invasão passa a ter um ideal e, o discurso do Frei foi utilizado para convencer os Cavaleiros da batalha em Ceuta, assim, D. João I seria uma espécie de salvador daquelas almas pagãs e também seria o instrumento do juízo de Deus contra os pecadores de Ceuta e ainda, receberiam como benção divina as terras da região. Esse discurso ideológico foi utilizado pelo Rei e apoiado pela Igreja para convencer os fidalgos e justificar a

121 Ibidem, pp. 154 e 155.

122 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. LII, pp. 156 e 157.

batalha.

Se houver uma comparação com o discurso da Igreja, principalmente na crônica de Fernão Lopes, é possível observar o mesmo recurso na oratória de ambos os cronistas, para convencer os cristãos portugueses, partindo desse pressuposto, é possível afirmar que na crônica da Tomada de Ceuta, existe a possibilidade de associar a representação do discurso do Rei com o da Igreja, como instituição.

A justificativa da Igreja visava a conversão dos mouros, através da invasão da região, por essa razão, após a tomada da cidade, foi realizado, na Mesquita, uma missa para demonstrar que a Igreja venceu o paganismo, o local da missa foi estratégico, visto que a Mesquita é o símbolo da representação da religião muçulmana.

A sexta feira seguinte que eram xxiii dias do mês, mandou el Rey chamar o meestre frey Joham Xira e Affonso Eannes seu capelão moor, e disselhes. Domingo prazendo a Deos, eu entendo de hir ouvir missa solene e preegaçam aa mezquita mayor porem teerees cuidado de ajuntar todollos capellaães de meus filhos, e quaaesquer outros clerigos, que venham em minha frota e assy mandarees fazer prestes todollos corregimentos pera a capella, que mester fezerem pera semelhante auto. E logo no outro dia o capellam moor foy veer aquella mezquita, e achou que lhe compria de seer limpa, ca posto que ella fosse muy bem ladrilhada acerca do chaão, jazia em ella grande multitudam desterco e esto era por rrezam das muitas esteiras velhas e podres que em ella jaziam por quanto os mouros quando fazem sua oraçam, muitas vezes jazem em terra e outras vezes estam descalços, lançam assy aquellas esteiras por rrezam da friellidade e segundo parece, que depois que a primeira esteira que alli lançaram apodreceo, nom a quiseram tirar, e lançaram outras sobre ella e assy fezeram sempre ataa aquelle tempo, de guisa que as primeyras esteyras eram saãs, e todallas outras se moeram jazendo, per tall guisa que eram tornadas em esterco por cuja rrezam em aquelle sabadoforum juntadas muitas enxadas e cestos, com que lançaram toda aquella esterqueyra fora e alimparam muy bem toda a casa e trouxeram hi isso meesmo huua tavao larga pera o altar com seus pees e per semelhante todollos outros corregimentos, que perteeciam pera aquelle officio do dia seguinte. No outro dia muito cedo forom juntos em aquella casa todollos clerigos, que viinham em aquella companhia os quaaes todos juntos faziam um fremoso colegio e foy assy que aaquelle tempo nom sse acertou alli nehuu bispo porque naquelle ansseio que sse a armada fez, huus morreram, outros estavam em seu estudo, outros eram em corte de Roma e assy per acertamento nom foy ally nehuu empero sua presença nom foi alli muito necessaria ca assaz avia hi clerigos bem soficientes pera acabarem aquelle officio. E porem tomaram logo muitos daquelles clerigos suas capas muy rricas, de que hi avia assaz e o prestes sua calldeyra com agua e sall pera fazer seu officio. E em esto chegou el Rey e seus filhos com elle e assy ho comdestabre e o meestre de Christo e o priol do Espitall com todollos outros baroões e rricos homees e grandes senhores que alli eram os quaaes todos eram vestidos muy rricamente por honrra de tamanha festa. E entom começou aquelle sacerdote primeiramente a fazer suas esconjurações sobre o sall,

dizendo sobre elle huua oraçom que sse rreza em na santa madre egreia, (...).<sup>123</sup>

Essa batalha na cidade de Ceuta foi considerada também uma forma da Igreja demonstrar sua vantagem bélica, econômica e militar sobre os mouros. A cada vitória portuguesa, era celebrada uma missa de agradecimento a Deus, assim, o cristianismo e o militarismo se associavam na vivência da sociedade portuguesa.

Dessa forma, a representação da Igreja feita por Gomes Eannes de Zurara, passava pela figura do Rei D. João I, o mesmo se apropriava do discurso da Igreja para convencer fiéis e justificar atitudes, como a invasão da cidade de Ceuta, visto que a tomada da região e a exploração econômica do local se baseava na questão religiosa, que era fundamentada na bíblia cristã e de acordo com a vontade de Deus.

### Representação do casamento

Na crônica da tomada de Ceuta, o casamento também é representado como em toda a Idade Média, ou seja, acordos matrimoniais para a ampliação de negócios políticos e alianças para fim de guerras entre regiões, sendo que nessa literatura, o principal objetivo é casar os filhos do Rei D. João I, assim, Reis de outras regiões ofereciam suas filhas aos filhos do Rei de Portugal para firmarem acordos políticos.

E foi assy que tanto que em Castella foi determinado que os embaixadores viessem a Portugall, logo alguus daquelles senhores do conselho escpreveram a el Rey Dom Fernando fazendolhe saber todo o feito como passara ca posto que elle estevesse assy alomguado, nom sse fazia nenhuua cousa de peso em Castella que a elle nom soubesse e esto era porque os mais daquelles eram sua feitura e assy como lhe fezeram saber a partida dos embaixadores, assy lhe escpreveram depois tosa a rresposta que levaram. Mas entom ficou a elle outro muito mayor cuydado, porque comsiirou em ssi, que pois el Rey de todo se segurava o rregno de Castella, firmando as pazes per juramento como dito he, que poderia seer que seria a verdadeira tençom de hirem contra elle ou contra alguu lugar de seu senhorio. E este pensamento tiinha elle assy, por quanto ouvera o rregno per aquella guisa que já ouvistes, do quall avia tam pouco que estava em posse e foralhe dito como ho conde dOrgel, que pensava teer mayor derecho no rregno que elle, veemdo como já per ssi nom podia cobrar nome de rrey, que escprevera a el Rey Dom Joham, como elle era assy forçado do seu e que pois naquelle rregno nom podia cobrar

123 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XCV, pp. 251 e 252.

dereito, que lhe prouvesse de o ajudar e que pois naquelle rregno nom podia cobrar direito, fezesse acerca dello, seria de todo posto em posse delle, ca os mais e per força, ca conhecido era a todos, que o rregno justamente pertecia a elle mais que a el Rey Dom Fernando. E que sse a Deos prouvesse delle cobrar assy a dita posse, que elle nom queria filhar nome de rrey mas que elle tiinha duas filhas pera casar, e elle isso meesmo a Deos graças tiinha filhos, que as casasse com dous delles com tanto que o que casasse com a mayor, tomasse logo nome de rrey dAragam e que ao outro filho seria dada terra em aquelle rregno, em que podesse viver honrradamente e que per seu fallicimento lhe ficaria o seu condado com toda sua terra.<sup>124</sup>

Portugal e Castela ficaram muitos anos travando batalhas, depois firmaram um acordo de paz, porém, o Rei de Aragão, região situada em Castela, já sabendo que D. João I tomaria a cidade de Ceuta e com medo do mesmo quebrar o tratado de paz entre as duas regiões, ofereceu suas filhas em casamento aos filhos do Rei de Portugal.

O objetivo dessa crônica é cavalheiresca e religiosa, por essa razão, o cronista não enfatizou em representar casamentos em sua narrativa, diferente de Fernão Lopes que apresentou várias vezes, acordos matrimoniais entre os fidalgos. Assim, o mínimo que foi escrito sobre o matrimônio na crônica, Gomes Eannes de Zurara continua perpetuando a representação do casamento medieval, onde o principal interesse eram acordos geopolíticos e militares.

### Representação do herói

Os heróis mais importantes dessa crônica são os filhos do Rei D. João I, no capítulo VIII, o cronista apresenta que o Rei tinha um desejo em tornar seus filhos cavaleiros, os filhos aceitaram a condição por obediência, todavia, no decorrer da literatura, é possível observar que os principais interessados na nomeação, eram os próprios infantes, filhos do Rei.

A crônica, a princípio demonstra que para ser um herói não era necessário se esforçar muito, o pré-requisito para ser um cavaleiro seria somente ser um fidalgo, e nesse caso, os filhos do Rei, não precisariam entrar em acordo político para serem cavaleiros, eles só obedeceriam ao Rei. Fator diferente da representação do herói Nuno Álvares apresentado na análise da fonte de Fernão Lopes, Nuno Álvares foi um grande cavaleiro, pois lutou muitas vezes contra Castela, firmou acordos políticos, fez inúmeras estratégias militares em favor de Portugal.

124 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XXXIII, pp. 101 e 102.



Todavia, observa-se uma mudança na linha de pensamento do cronista, visto que no mesmo capítulo VIII, da crônica escrita por Gomes Eannes de Zurara, ele apresenta o discurso do Conde Barcelos, filho ilegítimo do Rei, afirmando que para ser cavaleiro era necessário fazer esforço.

E sendo hum dia todos tres juntos e ainda o conde de Barcellos com elles travaram em aquella rrezam como cousa que nom andava muito longe de suas lembranças e esto era na camara de seu padre sendo elles apartados de sua presença dandolhe lugar a alguus feitos em que por entam estava ocupado e tanto falarom naquelle feito de sua cavalaria movendose antre elles muitas rrezões a concrusam detreminaram de o falarem el Rey. Vamos disserom elles falar a el Rey nosso senhor e padre e digamoslhe que ordene alguma cousa em que possamos fazer de nossas honrras onde nos elle possa fazer cavaleiros como pertence aa grandeza de seu estado e a excellencia de nosso sangue. Ca pois as pazes de Castella sam firmadas e da parte de Grada nam temos esperança certa nom ha hy pollo presente cousa nenhuua azada em que possamos rreceber estado de cavalaria se novamente nam for buscada.<sup>125</sup>

Essa citação demonstra que mesmo sendo filho do Rei, o Conde estava disposto a se esforçar para ser merecedor de tal título, provavelmente, pela necessidade de autoafirmação do Conde de Barcelos, visto que era filho ilegítimo do Rei. Assim, o esforço do filho bastardo, era um desejo pessoal. Os irmãos também acharam que seria necessário realizarem um grande feito para merecerem o título de cavaleiro, nesse caso, invadir a cidade de Ceuta seria a oportunidade perfeita. Os filhos do Rei resolveram participar de uma grande batalha para receberem o título por merecimento, por essa razão, tentaram convencer D. João I para iniciar e autorizar a tomada de Ceuta. Mesmo sendo um desejo do Rei, tornar os filhos cavaleiros, ele tinha receio sobre a real necessidade da invasão da cidade dos mouros.

E ainda senhor consiire vossa mercee quantas vezes começastes em vossos trabalhos passados muitos e grandes feitos, em cuios começos nom tinhees abastança de dinheiro com que tam soamente podesses chegar aa meetade do feito, e prouve a nosso Senhor Deos de vos proveer pera todo muito melhor do que vos poderees pensar assy prazera a elle por sua mercee de vos ajudar em este feito, que nom he menos de seu serviço do que os outros eram. E ainda senhor este he huu arripiamento que nehoo principe nunca deve de tomar, por que nunca homem pode teer tamanha abastança de dinheiro, que lhes nom pareça que he pouco nem as rremdas do rregno nunca podem seer tam certas que homem nom pareça que som muito aaquem do necessario. E quanto he senhor aos navios que

125 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. VIII, p. 25.

dizees que nom teerees em abastança, isto senhor he a mais pequena torua que vos neste feito podees aver e isto he por quanto vos poderees enviar vossos rrecados per toda a costa da Galiza e de Bizcaya, e assy a Imgraterra e a Alemanha, e as outras partes donde vos podem viinr navios em grande abastança, de cuja viinda homem deve tomar pequeno rrecoo, consiirando com quanta diligencia elles veem ao frete do sall e do azeites einhos, quando quer que pera ello som rrequeridos. E sobre todo poderres antre tant rrepayar vossas galles e fazer outras de novo, e avisar os navios que ha em vossos rregnos, que seiam prestes pera aquelle tempo que vossa merce hordenar de partir. E ainda sse segue huu muy grande proveito porque por aazo do chamamento destes navios que assy mandarees avisar pera seu frete, correra a fama de vossa armada aa quall muitos boos homees estrangeiros viinram pera vos servir deseiendo fazer de suas honrras.

126

A citação acima demonstra os argumentos dos Infantes para persuadir o Rei, partindo desse pressuposto, é possível declarar que o modelo de herói representado por Gomes Eannes de Zurara, além de ser corajoso, ele precisa ter a habilidade de persuasão. O Cronista ao descrever o herói, aborda as suas virtudes e define cada uma delas no capítulo XV, ele faz analogias com filósofos, demonstrando o seu aprofundamento intelectual ao descrever os adjetivos de um cavaleiro. Na verdade, a crônica foi escrita sobre a justificativa em tornar os Infantes em cavaleiros. E a demora do Rei em aceitar a decisão de invadir a cidade de Ceuta, ajudou na descrição dos adjetivos de seus filhos na literatura, feita pelo narrador, assim, os diálogos de convencimento do Rei, abordavam inúmeras qualidades de seus filhos. Dessa forma, entraram também na narrativa, os diálogos dos Infantes com a Rainha, pedindo que a mesma concordasse com a decisão em tomar Ceuta, visto que o Rei estava disposto a acarretar qualquer decisão da Rainha. Após a decisão da Rainha, o Rei concorda em invadir a cidade e convida o Condestável para ajudar na tomada de Ceuta, um herói que já foi representado anteriormente na crônica de Fernão Lopes.

Que aeguymento de pallavra senhor, rrespondeo o condestabre, posso eu fazer nem outra nenhuua pessoa que aqui seja ante vossa presença que pareça rrezoado soamente dizervos como profeta. Esto he feito ao Senhor, e he maravilhoso ante os nossos olhos. Nem vos nom queyraaes meter este feito no conto dos outros porque as outras cousas sobre que vos filhaavees conselho ainda que justamente o fizessees, era porem pera buscar certos caminhos per que mais ligeiramente podesse segurar vossa vida e honrra, e assy de vossos sogeitos e naturaes mas este feito soamente perteece ao serviço de Deos e salvaçam das almas he mais nobre que o corpo, tanto nosso Senhor Deos toma

126 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XIII, p. 44.

mayor cuydado denderençar os conselhos daquelles que sse movem pera sua salvaçom. Porem eu nom sento outro conselheo que vos em ello dar, soomente que o carrego deste feito principallmente leixees a Deos, Remereçendolhe o cuydado que teve e tem de vossa salvaçom e eu de minha parte ponho ley a mym meesmo de lhe dar muitas graças por ello, polla parte que a mim acontece. E assy como vos servi em todallas outras cousas, assy vos servirei em esta e ainda quanto a cousa he melhor e mais proveitosa, tanto poerei em ello mayor voontade e diligencia. Em acabando esta pallavra, sse alevantoudonde estava, e foi poer os giolhos ante el Rey, e em lhe beyiando a mão disse. Eu vos faço esta rreverença teemdvos muito em mercee de me aazardes cousa em que vos sirva em meu officio de cavallaria em que meo Deos por sua mercee pos, seendo cousa tanto de seu serviço.<sup>127</sup>

A fidelidade do Condestável com o Rei foi representada mais uma vez, por um cronista diferente, visto que a sua destreza militar era inegável para todos os de sua época.

No decorrer da crônica, Gomes Eannes de Zurara apresenta os grandes feitos dos Infantes na guerra, exaltando as suas iniciativas e estratégias, ao fim da batalha, os filhos do Rei D. João I foram coroados cavaleiros.

E tanto que chegaram ante elle, o Iffante Duarte sse pos primeyramente em joelhos, e tirou a espada da bainha e beyiova, e meteo na mão a seu padre, e fezeo com ella cavalleyro e per semelhante guisa fizeram seus irmãos. E esto assy acabado beyiaromlhe a mão, e afastaramsse pera huua parte cada huua pera fazer os de sua quadrilha cavalleiros.<sup>128</sup>

O grande objetivo dessa batalha era a nomeação dos filhos do Rei e a questão econômica da tomada de terras que se ocultava através da justificativa religiosa da conversão dos mouros. Assim, Gomes Eannes de Zurara foi o cronista perfeito para narrar esses fatos, visto que ele tinha o perfil da escrita cavaleiresca e a dos grandes feitos em suas obras.

### Representação do anti-herói

O anti-herói considerado no capítulo destinado a análise da crônica de Gomes Eannes de

127 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XXVII, pp. 81 e 82.

128 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XCVI, pp. 256 e 257.

Zurara, são os mouros. O objetivo é demonstrar como um anti-herói para Portugal pode ser considerado um herói, para outra região, como no caso dos mouros. Assim, analisando na perspectiva dos mouros, os mesmos lutavam por seus ideais, como os cristãos portugueses.

Nem os mouros nom estavam tanto ouciosos, ca nom cessavam de rrepayrar todallas cousas, que sentiam que lhe poderiam prestar pera sua deffenssam e assy andavam correndo per aquelles muros de huua parte aa outra, mostrando que nenhuu medo nom som avia rrepouso em seus corações. Mais outro cuydado era o dos mouros velhos e todos aquelles, que sabiam a declaraçam daquelles synaaes que já dissemos e huus andavam escondendo seus averes, outros estavam descallços em suas mezquitas, com os corpos tendidos ante as rrelliquias de seus profetas, pedindo mercee aas divinaaes virtudes, que uizessem trazer aquelle feito a tall fim, que a sua cidade nom ficasse quebrantada ante a yra daquelle rrey. Aa Deos deziam elles, e pera que era tall fundamento de cidade, cuja nobreza nas partes dAffrica tiinha coroa, sse a fremosura das nossas rruas ha de seer tinta de nosso sangue. E tu santo profeta Maffamede, que na casa de Deos padre tees a segunda cadeyra, porque nom abres os olhos da tua divinall majestade, e esguardas sobre nos que vivemos sso a tua deceplina, e nom nos leixes assy trilhar em poder destes imfiees, que com tamanha soberva querem destruyr a tua ley. E sse tu sabias que a tua cidade avia de seer casa de christaãos, porque nom revellavas a nossos padres que a leixassem despovoar, mas agora que os seus ossos iam ssom desfeitosem ciinza darredor das tuas sagradas mezquitas, cujas pardes elles com seus trabalhos allevantaram, e nos obrigados de as acompanhar, queres tu agora comssentir que nos vaamos buscar as terras alheas, participar com aquelles em igualleza, que por rrezam de nobreza da nossa cidade nosviviam em obediencia. Certamente a tua divinall clemencia nom comssentira a ora de tamanha crueza e sse per ventura a grandeza de nossos peccados te forçarem de o comssentir, tu ouviras os nossos gemidos no meo da nossa cidade, quando rrecebermos os derradeyros gollpes ante as aras sagradas das tuas mezquitas, espargendo nosso sangue sobre as sepullturas de nossos padres, e nos alli tendidos rreceberas nossas allmas, que sahiram de nossos corpos.<sup>129</sup>

Como os cristãos de Portugal, oram a Deus, pedindo ajuda e explicações para as tribulações, os mouros também oram em suas mesquitas pedindo auxílio divino, visto que os mesmos sofreram uma invasão estrangeira. O Rei mouro conhecido como Çalla bem Çalla estava organizando estratégias para combater Portugal, uma atitude digna de qualquer herói e de um Rei que visava defender seu povo e suas terras.

Quando o farey eu já saber a el Rey de Feez, ou quando teera elle tempo pera mandar avisar suas gentes, e espaço pera se correger, que primeiramente os muros de Cepta nom seiam desfeitos pedaço e pedaço. Em estes pensamentos estava muy duvidoso de nehuu boom aqueecimento. A Deosrazia dezia elle, que peccado foi este meu tam grande, que me trouxe a tanta maa ventura acerqua de minha velhice. Estando assy em triste cuydado, chegou a elle huua grande companhia daqueles mouros mancebos, que sse ajuntaram pera

129 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. LXVIII, pp. 193 e 194.

deffender a cidade e por quanto o acharom assy estar pensoso, começaram de o rreprender dizendo, que era escarnho pera semelhante pessoa mostrarsse de tam pequeno esforço sem periigo arzeoado. Que ha hi mais, deziã elles, senã viirem os christaãos sobre nos os quaaes em numero nom ssã tantos que nos muy bem nom possamos pelleiar com elles. E que sabemos nos, sse per ventura sua viinda he a fim da nossa mayor honrra e acrecentamento de nosso proveito ca pode seer que esta fremosura de frota, que elles juntaram pera nos cerquar, ficara ainda nas nossas taracenas e suas baixellas douro e de prata ficaram pera casamento de nossos filhos e os corregimentos das suas capellas poeremos em nossas mezquitas por testemunho de nossa vitoria.<sup>130</sup>

A citação demonstra a preocupação de um Rei com o advento da tomada de Ceuta, visto que um herói se preocupa com a ideia de uma guerra iminente e orienta o seu povo para a mesma. E chora numa guerra declarada e quando perde seus guerreiros na mesma. Do ponto de vista de Portugal, eles são inimigos que precisam ser combatidos e convertidos ao cristianismo, por isso são considerados anti-heróis, pois a dissertação é baseada na região portuguesa, considerando a dinastia de Avis. Todavia, os inimigos de Portugal, são os heróis dos mouros, analisando a crônica sobre a perspectiva de Ceuta.

Ora disse Çalla bem Çalla, hy e dae avisamento a todos, que cerrem muy bem as portas da cidade, e trabalhem muy bem de as deffender de cima do muro, quanto poderem. E estando assy pera enviar aquelles, chegarom outros depenando suas barbas, e fazendo grnde doo. Já disseram elles, nom presta nehoo avisamento acerqua dello, que os christaãos sã já dentro na cidade, e sobrevem outros muitos mais, e matam nos nossos, como se fossem caães. E assy como vieram estes, sobrechegarom outros muitos mais, que contarom aquellas meesmas novas e outras muito peores ca lhe disseram, como os christaãos se espalhavam já pollas rruas, e faziam nos mouros muy grande mortiindade. Çalla bem Çalla virou o rrosto pera outra parte pera esconder a força das lagrimas, que lhe corriam dos olhos e tornando contra elles lhe disse. Pois que a minha maa ventura e a vossa assy hordena, que ajamos de perder nossa honrra e nossas casas e fazenda, trabalhae por sallarades vossas vidas o melhor que poderdes, porque das rriquezas já me parece que mall vospodees aproveitar. E pois que na cidade posestes tam maa remedio, eu nom sento como sse guarde o castello. Os Iffantes e conde de Barcellos e os que eram com elles, depois que forom dentro da cidade, filharom logo huua pequena altura que alli esta, per consselho do Iffante Duarte e esto era huua mota que sse alli fezera com as esterqueiras das casas, que sse alli per grande tempo costumara lançar e alli estiveram huu pouco esperando que rrecrecesse mais gente, porque ainda nom eram com elles mais daquelles quinhentos que já dissemos, porque a cidade he muito grande, e era necessario que sse espalhassem aquelles per ella e poderia seer que nom viimriam outros tam asinha, que podessem empachar os mouros, que nom carrasem as portas. Mas a tardança nom foy muy grande ca a gente da frota nom punha vagar em sua sahida e em breve tempo sse juntarom alli outros muitos. E Vaasco Fernandez dAtayde nom sse teve por contente dentrar por aquella porta, por onde os Iffantes entraram e apartousse com

130 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. LXX, pp. 197 e 198.

alguus seus, e assy com outros alguus de pee de Gonçallo Vaz Coutinho seu tio e fuisse per acaram do muro da parte de fora a huua outra porta, que estava acima daquella, e começou de a britar em esto chegaromsse outros alguus que viinham de fora, e a força de machados e de fogo forom aquellas portas de todas britadas. Mais esto nom foy ligeiramente acabado, ca primeiramente morreram alli sete ou oito homees daquelles, que nom eram tam bem armados, ca os mouros eram ainda muitos sobre os muros, e rrecreciam pera alli cada vez muito mais, porque penssavam deffender a entrada aos christaãos com a força das pedras e armas, que lançavam de cima e empero esto era grande engano, que elles tiinham ca posto que as suas portas estiveram fechadas, abastante era a fortelleza dos christaãos pera as abrirem, assy como Vaasco Fernandez aquella e empero elle foy ferido, por cuja rrazom lhe conveo estar alli, ataa que foy entrada. Grande maa ventura diz o autor, que foy aquella dia acerqua da morte de tam boom homem ca por certo elle era huu fidalgo, em que avia muitas bondades e assy era muito amado del Rey e de todos seus filhos, e especiallmente do Iffante Dom Hamrrique que com que elle vivia e como elle fez seu fim, fallaremos em outro lugar.<sup>131</sup>

O cronista narra diversas mortes de mouros, porém o que parece mais importante para o autor, é o óbito do fidalgo português, que Gomes Eannes de Zurara chama de “bom homem”, o choro do Rei mouro perdendo seus aliados de guerra, não foi narrado com tanta ênfase quanto a morte de Vasco Fernandes, mostrando assim, que a perspectiva da representação do herói, para o cronista, é de escolha portuguesa. Apesar de o cronista narrar as lamentações dos mouros, os mesmos são considerados infiéis e inimigos do cristianismo. Tornando a representação da crônica numa lógica em que os heróis são os portugueses e cristãos, os anti-heróis são mouros, infiéis a Deus e a Igreja.

### Representação da arraia-miúda

A primeira aparição da arraia-miúda na crônica de Gomes Eannes de Zurara foi para exaltar a bondade e a virtude da Rainha, esposa do Rei D. João I, o povo aparece no capítulo XXVII da crônica, no momento em que a Rainha foi acometida de uma enfermidade, fazendo o cronista lembrar as atitudes da esposa do Rei.

Alli nom curou ella de fisicos nem de cofessores, mas jeiuava muito a meude, e fazia

131 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. LXXXIII, pp. 206 e 207.

grande oraçom aalem do que tiinha costumado ca tanto que era manhã loguo sse hia aa egreia, honde estava ataa o meo dia e tanto que comia e filhava huu pequeno rrepouso, loguo tornava a sua oraçom. Mandava visitar as casas dos santos, e dar grandes esmollas aos pobres, e fazer outros bees por acrecentar seu merecimento. E de como lhe el Rey contou determinadamente sua tençom, e desy o seguimento de sua door, ataa que a Deos levou deste mundo, (...).<sup>132</sup>

A aparição do povo faz referência a esmola aos pobres, porém esses pobres não foram caracterizados pelo cronista. Não se sabe se esses pobres eram camponeses ou pessoas que viviam pelas ruas de Portugal. O que se sabe que a primeira aparição da arraia-miúda se deu de forma passiva, cujo único objetivo era homenagear os feitos da Rainha, visto que em seguida, a mesma veio a falecer. Já no capítulo anterior, o povo é retratado através da peste. Muitas pessoas foram contaminadas pela peste, inclusive a Rainha

E estando assy alguus dias, seguiosse que adoeceram alguuas pessoas de pestenença em aquelle lugar de Sacavem e esto era porque a pestenença andava muy grande em Lixboa, como já ouvistes e por seer tam preto, a conversaçom da gente que era necessario que tevesse huua com a outra segundo a necessidade do tempo, nom podia seer que o dito lugar fosse longamente livre daquelle padecimento. E como el Rey soube que assy alli adoeceram aquellas pessoas, disse aa Rainha que seria bem que sse partissem loguo ante de comer. Senhor disse ela, vos vos podees partir, e eu depois que acabar meus officios, me partirey ca molher tam velha como eu, nom deve aver medo de pestenença. E esto dezia a Rainha, porque ella era entom de hidade de cinquenta e tres annos. Pois que senhora disse el Rey, vos assy querees, podello fazer mas pecovos que o mais cedo que poderdes, vos partaaes deste lugar. E entom sse partio el Rey caminho do moesteiro dOdivellas, e a Rainha nom quis partir ataa meyo dia, como já dissera. E estando assy em na egreia, lhe deu a door de pestenença nom porem que ella sentisse que era semelhante enfermidade, soomente maginava que seria alguua outra door, que lhe viimria por parte de sua fraqueza, segundo lhe já outras vezes viera. E assy partio caminho do dito moesteiro.<sup>133</sup>

Mais uma vez, a arraia-miúda foi ressaltada para enfatizar a doença que matou a Rainha de Portugal. Depois a arraia-miúda foi citada novamente só no capítulo LXV, quando o Rei D. João I já estava partindo para Ceuta para realizar a batalha, seus filhos foram aconselhados por muitos fidalgos para evitarem a invasão da cidade, visto que era muito perigoso para o rei e para todos que participariam da batalha.

132 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XXVII, p. 117.

133 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. XXVIII, pp. 121 e 122.

Quer levar a frota sobre a cidade, e mandar ssahir a mayor parte da gente meuda com alguus capitaães daquelles mais somenos, e elle convosco e com os outros principaaes ficardes na frota, porque ao depois sse possa dizerdizer, que elle trabalhou por tomar terra e nom pode, e que fez sobre ello toda sua posse. O que senhor, sse assy he, vos sabe que sera muy gram mall, ca outra melhor cautella devia vosso padre buscar, que nom aquesta, que notorio he, que nos espedaçaram alli todos na meetade daquella area ante a vista de vossos olhos, sem nehuua esperança de rremedio. Porem vos sabe, que posto que nos ouçamos tall mandado, que muitos ham de poer duvida de o comprir porem vollo fazemos assy a saber por vosso avisamento, que consirees se sera bem de o fazerdes saber a vosso padre ca segundo creemos nom menos tem em voontade todollos outros.<sup>134</sup>

Observa-se que o povo também estava partindo para Ceuta, porém só eram lembrados, quando estavam ligados a nobreza ou ao clero, assim, como os cavaleiros estavam na batalha, o cronista também ressaltou a participação da arraia-miúda, com o objetivo de causar mais impacto na declaração textual e engrandecer os nobres e futuros cavaleiros.

## CONCLUSÃO

A presente dissertação apresentou seis possíveis representações, de forma comparativa, entre dois importantes cronistas de Portugal, Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara, baseado nisso, é importante ressaltar os principais fundamentos de cada capítulo apresentado. Dessa

134 ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Academia das Ciências de Lisboa. 1915, cap. LXV, p. 189



forma, no capítulo I fez-se necessário desenvolver um debate historiográfico sobre as consequências da Revolução de Avis e o legado da nova dinastia, esse debate é de suma relevância, visto que ao analisar as crônicas escritas para a produção da memória de Avis, foram identificadas as consequências da Revolução que, de certa forma, acabaram orientando os herdeiros da casa de Avis em suas decisões e a produção literária dos cronistas contratados pela dinastia. Sobre a análise das fontes, o trabalho utilizou narrativas de dois importantes cronistas que escreveram sobre a dinastia de Avis, Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara, a opção por essas duas fontes, deu-se baseada no propósito de análise comparativa, visto que a *Crônica do Rei D. João I* e a *Crônica da Tomada de Ceuta* utilizaram o mesmo objeto de estudo nas suas literaturas, o Rei D. João I.

A decisão favorável por essas seis representações, associa-se ao tópico de teoria, especificamente, na relação entre indivíduo e sociedade de forma interdependente, baseado em Norbert Elias. Dessa forma, a representação de D. João I analisada nas duas crônicas, demonstram um Rei que atendia a expectativa da sociedade portuguesa, obedecia as regras locais e além disso, era exaltado devido as suas atitudes individuais, como a devoção cristã e a destreza militar, ocasionando assim, uma sintonia harmoniosa entre o indivíduo e a sociedade.

A opção pela representação da Igreja passa pela ideia de convivência pacífica, onde religião tem o objetivo de unir as pessoas, partindo disso, o indivíduo só consegue conviver em uma sociedade com valores cristãos, inspirando-se em uma realização pessoal. E no caso da religião, o prazer vai para além da vida na Terra, e sim para o gozo eterno ao lado de Deus.

Segundo Norbert Elias, a sociedade influencia e é influenciada pelo indivíduo reciprocamente, por essa razão, a representação do casamento também é importante para a dissertação, visto que atende aos interesses políticos de uma região e o desejo individual de perpetuação de uma dinastia.

A preferência pela representação do herói e do anti-herói também estão ligadas a interdependência entre indivíduo e coletivo de Norbert Elias, pois a vitória dos heróis e a traição dos anti-heróis afetam toda a sociedade. A ideia de relações e funções de Norbert Elias também influenciou na decisão em representar a arraia-miúda, visto que a função com peso social menor liga-se a outra, de peso social maior, através da interdependência, entretanto, por menor que seja a função social, sempre existirá espaços para as decisões individuais.

Ainda relacionando as seis representações com a teoria da dissertação, no qual Claude Flament escreve que o lugar de coerência significa o núcleo central, pode-se dizer que a representação de D. João I, baseado em Fernão Lopes e condizendo com a memória coletiva de modelo de Rei, que o seu núcleo consiste na ideia de estratégia militar e de temor a Deus, pois as questões das virtudes cristãs do Rei, ligam-se a base comum de toda a Idade Média, já o seu perfil militar, está basicamente ligada a crônica de D. João I, onde foi narrado a batalha com Castela, fazendo parte do imaginário do cronista.

O que diz respeito a representação da Igreja, é possível observar na crônica de Fernão Lopes, a questão do arrebanhamento e a obediência do povo, assim o núcleo de tal representação refere-se a obediência a ideia do sobrenatural. A crônica demonstra essa questão, principalmente, nos finais das batalhas, em que para Fernão Lopes, a vitória fora concedida pois houve obediência a Deus, e este é representado pela Igreja, mas especificamente, na figura dos frades franciscanos. As analogias com o povo de Israel realizadas na narrativa, são outros exemplos que denotam obediência seguida da vitória.

Os casamentos medievais também possuem um núcleo principal para a representação baseada na escrita de Fernão Lopes, assim a crônica apresenta a ideia política, a união dos nobres visavam vantagens para as famílias de ambos os lados, dessa forma, as alianças matrimoniais se tornavam políticas com fundamentos que visavam conquistas territoriais e acordos militares.

O consenso para o herói medieval e o anti-herói são antônimos, estes se referem a ideia de lealdade e traição, para ser leal a alguém, o indivíduo pode correr o risco de trair outra pessoa, por isso, o conceito de herói e anti-herói estão ligados, assim o traidor pode ser o herói de alguém e o anti-herói de outro e vice-versa. Importante ressaltar que a representação do herói de Fernão Lopes é inspirada no ciclo Arturiano, mas especificamente, *Os Cavaleiros da Távola Redonda*.

Sobre a arraia-miúda, o ponto central relaciona-se com a ideia de massa quantitativa para a Revolução em Portugal, essa massa é mais controlada pela Igreja do que pelos nobres. A religião é sinônimo de esperança para a população, a fé no sobrenatural é como uma renovação diante das adversidades da vida.

Essas seis representações retiradas da análise da crônica de Fernão Lopes, formam seis grupos que constroem um consenso no centro de cada grupo, um grupo pode entrar em conflito com um outro grupo, porém entre esses seis grupos existem algo em comum, que diz respeito a

representação do contexto social de Fernão Lopes, através da escrita do autor é possível compreender a forma de pensar do cronista. Assim, como tarefa, Fernão Lopes tinha a cumprir a representação de uma nova dinastia, essa nova família ascendeu em Portugal e provocou algumas mudanças no sistema tradicional português, como por exemplo a subida de um bastardo ao trono. Dessa forma, na crônica de D. João I, além das virtudes cristãs do Rei, Fernão Lopes enfatizou o perfil militar, através de situações de combate entre Portugal e Castela, abordando ambos os lados, analisou a perspectiva de Portugal e também o ponto de vista de Castela, além da questão militar, existia o perfil religioso também na ideia do cronista, visto que Portugal era temente ao papa de Roma e Castela, aliada ao anti-papa de Avignon. Assim, baseando-se nessa mesma linha de pensamento que obedece a *teoria do núcleo central* da representação, foi utilizada com a análise da crônica de Gomes Eannes de Zurara.

Na crônica de Gomes Eannes de Zurara, D. João I é representado como um homem mais prudente, devido a sua maturidade, um homem que escuta conselhos de sua esposa e de seus amigos, sua principal preocupação são seus filhos, por essa razão, resolveu tomar Ceuta, pensando na ordenação dos Infantes em cavaleiros, assim, o núcleo da representação continua ligada a ideia de estratégia militar, com um novo componente, o legado para os filhos do Rei e para a nova dinastia, dessa forma, os grandes feitos militares dos membros da família de Avis, baseavam-se numa ideia vindoura, com o objetivo de apresentar para as futuras gerações, os seus feitos.

A Igreja representada na crônica de Gomes Eannes de Zurara, se aglutina com a figura do Rei e com o discurso de Gomes Eannes de Zurara, o cronista não enfatiza muito a instituição religiosa e sim o discurso da Igreja na voz do Rei D. João I e a figura do Frei João Xira, dessa forma, o objetivo do convencimento e do arrebanhamento de fiéis passa para a figura do Frei em concordância com o discurso do Rei e do cronista. Assim, o núcleo continua sendo o objetivo de tornar as pessoas obedientes, porém agora, existe uma confluência entre a Igreja, o Rei e a produção do discurso de Gomes Eannes de Zurara. A explicação cristã para a invasão da cidade de Ceuta, também se baseia numa estratégia de convencimento de todos, em que o objetivo para a invasão da cidade era a conversão de novos fiéis e não era baseado na exploração econômica e humana da região, por essa razão, Deus concedeu vitória para os cristãos portugueses sobre os mouros de Ceuta.

Gomes Eannes de Zurara não enfatiza muito a questão do casamento em sua crônica, porém é notório a preocupação da fidalguia portuguesa e espanhola sobre o matrimônio dos filhos e filhas de D. João I. Assim, as alianças políticas poderiam se perpetuar nos anos posteriores, garantindo a paz, principalmente entre Portugal e Castela.

A *crônica da Tomada de Ceuta* narra a disputa entre cristãos e mouros por um território, onde os cristãos, com o apoio de Deus, ganharam a batalha, segundo a perspectiva do narrador. Porém, cristãos e mouros possuíam ideais parecidos, como a fé, a crença em dias melhores, os seus líderes se preocupavam com a situação do povo, armavam estratégias militares para lutas e orações para obterem vitórias na guerra, porém o diferencial que para Gomes Eannes de Zurara torna um povo heroico e o outro não, é a questão do cristianismo, assim, os mouros possuíam os mesmos objetivos na guerra, todavia, não eram cristãos, sendo descritos, na crônica, como os vilões da narrativa. Dessa forma, a dissertação agrupou os mouros na categoria de anti-heróis, diferente da crônica de Fernão Lopes, aqui não existem traidores, visto que são de diferentes civilizações, com religiões diferentes, porém com a mesma ideologia, em que visavam a vitória nas guerras, através de crenças religiosas.

A arraia-miúda só é lembrada na crônica escrita por Gomes Eannes de Zurara quando exaltam os feitos da nobreza, principalmente do Rei e da Rainha de Portugal, como por exemplo, a esmola para os pobres ou quando os nobres passavam por algum tipo de perigo, então, se associavam ao povo, como foi citado no capítulo dedicado a representação da arraia-miúda, dessa forma, o povo estaria diretamente ligado a nobreza portuguesa, provavelmente para acentuar as qualidades dos fidalgos em se preocuparem com os mais necessitados.

Essas seis representações também formam seis grupos que possuem algo em comum, que diz respeito a representação do contexto social de Gomes Eannes de Zurara. Observando a escrita do cronista, nota-se, além de sua característica bastante erudita, o perfil militar que é parecido com a crônica de Fernão Lopes, porém a ênfase é maior no conflito entre cristãos e mouros, partindo assim, para a questão religiosa, o escritor procura convencer o leitor que os portugueses ganharam a batalha porque eram cristãos, tementes a Deus e por essa razão, os portugueses foram agraciados com a vitória sobre os mouros. Assim, com os registros apresentados durante o trabalho, os grupos das representações foram se construindo e se constituindo, com diferentes grupos que possuíam algum elemento semelhante que, segundo Claude Flament, significa o

núcleo central da representação.

Para concluir, ao término da dissertação é possível afirmar que a mesma contribui para a fomentação dos estudos medievais no Brasil, com ênfase em Portugal e mais especificamente, a dinastia de Avis. Possibilita também uma ampla reflexão sobre a relação da História com a narrativa, repensando o papel da narrativa como fonte histórica, através dos discursos cronísticos. A pesquisa proporciona também a relação interdisciplinar com a Psicologia Social, baseando-se no conceito de representação. Também acrescenta no debate sobre a produção de discurso na Idade Média, referindo-se à linguagem dos cronistas medievais das narrativas que foram analisadas para o trabalho.

Baseando-se nessas contribuições, a dissertação permite a extensão para futuras pesquisas, a partir, da produção dos discursos dos cronistas medievais, possibilitando análises comparativas de suas diferentes formas interpretativas, como por exemplo, uma abordagem maior sobre a função da arraia-miúda na sociedade e a influência cristã no cotidiano da cavalaria medieval portuguesa.

## **REFERÊNCIAS**

### **Fontes**

LOPES, Fernão. **A Cronica de D. João Ide Fernão Lopes**. Clássicos Portugueses, director litterario – conselheiro Luciano Cordeiro, proprietário e fundador – Mello D'Azevedo.

ESCRITORIO. 147 – rua dos Retrozeiros – 147. Lisboa. 1897.

ZURARA, Gomes. E. **A Cronica da Tomada de Ceuta de Gomez Eannes de Zurara (1601 – 1700)**. Lisboa. Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Fortunato. **História de Portugal – segundo volume – instituições políticas e sociais de 1383 – 1580/1580 – 1816**. Bertrand Editora. Lisboa. 2004.

AMADO, Teresa. **Os pensamentos do cronista Fernão Lopes**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007.

AMEAL, João. **História de Portugal – Das origens até 1940**. Livraria Tavares Martins. Porto. 1968.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BERRIEL, Marcelo S. **Cristão e Súdito: representação social franciscana e poder monárquico em Portugal (1383-1450)**. 230 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-graduação, Universidade Federal Fluminense. 2007.

CORTESÃO, Jaime. **Os factores democráticos na formação de Portugal**. Livros Horizontes, LDA. Lisboa. 1964.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador - volume 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador - volume 2: formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

JODELET, Denise. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, Denise (org.), **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

- LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean – Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: Edusc, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. **Sociedade e Discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- LOPES, Fernão. **Cronica de D. João I – 2 vol.** Introdução: Humberto Baquero Moreno. Lisboa: Livraria Civilização, 1994.
- MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: SP, Papirus, 2000.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **Fernão Lopes**. In: SERRÃO, Joel (Dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1976.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal – Desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Pinheiro de Azevedo – Volume I. H.** Palas Editores. Lisboa. 1974.
- MATTOSO, José. **História de Portugal – Segundo volume – Monarquia feudal (1906 – 1480)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Tempos de Revolução – História de Portugal (III Volume)**. Editorial Caminho, SA, Lisboa. 1995.
- MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. Edições Vercial, Lisboa. Portugal. 2012.
- PEREIRA, F. M. Esteves. **Vida de Gomes Eannes de Zurara**. In: ZURARA, Gomes Eannes. **A Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.
- RAPP, Francis. **La Iglesia y la vida religiosa em Occidente – a fines de la Edad Media**. Barcelona: Editorial Labor, S. A. 1973.
- REBELO, Luís de Sousa. **A concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- SARAIVA, Antônio José. **O crepúsculo da idade média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998.
- SERGIO, Antonio. **Breve Interpretação da História de Portugal**. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa. 1978.

SERRÃO, Joel. **Dicionário da História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1971.

\_\_\_\_\_. **O Carácter Social da Revolução de 1383**. Livros Horizonte, Lda. 1976.